ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

3.ª Série / Número 1

S. N. I. e A. N.
LISBOA E RIO DE JANEIRO
1949

SUMÁRIO

VINHETA DA CAPA, DE *ANTÓNIO SENA DA SILVA*.
MÁSCARAS, DE *INÊS GUERREIRO*.

ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

DIRECTORES:
ANTÓNIO FERRO
ANTÓNIO VIEIRA DE MELO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO:
JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

REDACTOR:
ORLANDO VITORINO

3.ª Série / Número 1

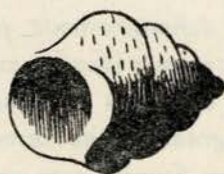
S.N.I. e A.N.
LISBOA E RIO DE JANEIRO
1949

EDITORIAL

O primeiro número da primeira série desta revista abria com Algumas palavras de António Ferro — *seu director português — e nelas se justificava o título, que era, por si só, um programa : «Porque chamamos* Atlântico *à nossa revista, porque somos tão ambiciosos? É porque precisávamos de encontrar uma palavra suficientemente elástica, ondulante, para sintetizar o vago e o concreto das nossas aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal. Que fizemos, portanto? Juntámos a palavra brasilidade à palavra lusitanidade, duas luminosas parcelas, e obtivemos, sem custo, este resultado, esta soma : Atlântico». E mais adiante : «Existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes, por graça de Deus e dos homens. Mas também existe, sonoro búzio onde se repercute a voz da raça, o* mare nostrum, *o Atlântico, pátria maior, pátria infinita...» Continuava António Ferro : «Qual o nosso objectivo? Qual o nosso programa? Revelar Portugal novo aos brasileiros. Revelar o novo Brasil aos portugueses». E concluía : «Para nos conhecermos cada vez melhor, para nos entendermos definitivamente, para nos respeitarmos, não devemos ter a preocupação de nos mostrarmos iguais mas diferentes. Porque só essa diferença de planos no mesmo pano de fundo (sentimentos iguais mas estilo e ritmo próprios) nos poderá igualar e engrandecer na harmonia dos contrastes que se fundem, na afirmação magnífica, sem lisonjas nem subserviências, da nossa idêntica força criadora. Uma raça, duas nações, um mundo, eis a nossa legenda, a nossa bandeira...»*

Temos a consciência de ter tentado tudo para realizar esse programa, e julgamos ter conseguido aproximar-nos um pouco do ideal, que seria o perfeito conhecimento mútuo dos dois povos de língua portuguesa e de espírito lusíada, voluntàriamente submetidos, um e outro, à lei do Atlântico. Não está codificada, essa lei, que nem sequer encontrou ainda quem a exprimisse em termos precisos, tão difícil é definir o que pertence ao sentimento colectivo de dois povos que vivem em climas diferentes, com estilos de vida diversos. Mas haverá algum português consciente ou algum brasileiro com o instinto da nacionalidade, que não sinta, como um imperativo, mais do que a verdade ideal, a realidade dessa lei? Ficaremos muito longe da desejada definição se dissermos que essa lei é a da comunhão espiritual?

De tal maneira a sentimos, e a julgamos realmente sentida por portugueses e brasileiros, que, quando esta revista iniciou a sua segunda série (imposta pelos circunstâncias), não demos explicação alguma. A prova evidente de que o nosso programa continuava a ser o mesmo (porque é o da própria comunidade de sentimentos e de culturas a que pertencemos, tanto uns como outros), estava no facto de o primeiro número dessa nova série abrir com um soneto a Camões, de um poeta brasileiro de hoje.

A única introdução admissível numa revista como esta, que tem o título do «nosso mar», que pode manter-se fiel ao seu programa e que realizou uma obra no sentido do superior ideal comum (não obstante todas as contingências), seria uma meditação atlântica. escrita no «finisterra» do cabo da Roca, com o pensamento no mundo novo em que o nosso sangue e o nosso génio se projectaram, dividindo-se e multiplicando-se. Mas seria mais uma tentativa insuficiente para definir com palavras o que só se exprime pela acção quatro vezes secular de uma raça (raça no sentido histórico) partilhada entre dois Continentes que o Atlântico une (mais do que pode aproximar a continuidade das terras), pois que os mais fortes laços são os do espírito.

SÍNTESE BONAVENTURIANA E SEU SIGNIFICADO

Nunca S. Francisco imaginou que as suas efusões íntimas e as suas intuições pessoais pudessem, algum dia, vir a ser organizadas em sistema. Mas, estou em crer que havia de ficar imensamente satisfeito, apesar da sua profunda humildade, se tivesse chegado a saber que fora tomado por modelo no *Itinerarium* bonaventuriano que a mente deve percorrer na sua tendência para a Verdade (1). É que, deste modo, se desvaneceriam por completo no seu espírito os receios duma ciência vã e presunçosa, tão execrada por ele nos seus Frades... Como observa justamente Gilson: se S. Boaventura «c'est bien à l'Université de Paris qu'il doit sa science, c'est à l'âme de Saint François qu'il a demandé son inspiration» (2).

Por demais se tem falado de corrente augustiniano-franciscana... Se o Doutor Seráfico teve o mérito de elaborar a síntese definitiva do augustinismo medieval, fixando nìtidamente o rumo que iria ser o da Escola Franciscana até Duns Escoto — metafísica do exemplarismo, e a Ideia de Cristo como centro de tudo e Mestre único do saber — contudo o sistema bonaventuriano é muito pessoal para se poder rubricá-lo pura e simplesmente de augustiniano (3). O contacto com a complexidade dos homens e das coisas (o facto de ter abandonado a cátedra parisiense e de ter sido introduzido no coração da Igreja e da Ordem, como Cardeal e como Ministro Geral) impôs a S. Boaventura, durante largos anos, a necessidade de aprofundar o espírito e, como consequência, de ordenar os valores filosóficos e religiosos dum modo mais compreensivo e equilibrado, à luz da experiência própria. Desta forma, a tradição augustiniana recebe uma síntese nova por meio de comentários, não de livros, mas duma vida que se lhe impunha, o comentário da vida franciscana e eclesiástica.

Neste sentido, pode e deve falar-se dum «problema ou dum caso bonaventuriano», no qual pensamento e acção, filosofia e vida, razão e fé, se compenetram ìntimamente. S. Boaventura quis realizar uma filosofia que correspondesse cabalmente às aspirações humanas; ou quis realizar a unidade entre a especulação, o

afecto e a acção, valores que hão-de jerarquizar-se em ordem à paz extática, termo da actividade espiritual. E, neste ponto, o *De reductione artium ad theologiam*, que é o «Discurso do Método» do franciscanismo, é flagrante e decisivo, como dissemos já noutro lugar (4).

Por uma natural ilusão de perspectiva, é sobremaneira difícil, como adverte Gilson, discernir actualmente todo o influxo exercido pelo sistema do Doutor Seráfico (5), a respeito do qual observou Ehrle ser surpreendente que nem o próprio S. Tomás lograsse formar, dentro da sua Ordem, um grupo de discípulos mais eminentes do que os da escola bonaventuriana (6). Como quer que seja, é inegável a influência de S. Boaventura na teologia ascético-mística, designadamente pela sua característica afectiva, assim como é indiscutível ter o Santo franciscano conseguido infundir no organismo científico aquela vida de elevação mística, que sublima, sem alterar, o rigor filosófico (7). Certamente, por isto, os Sumos Pontífices não têm cessado de recomendar a doutrina do Seráfico Doutor (8). E, de facto, os estudos bonaventurianos atingiram modernamente um incremento como nunca tiveram nos séculos pretéritos, como claramente atesta a abundante bibliografia (9).

Mas, porque S. Boaventura cultivou o aspecto afectivo da sabedoria, o amor contemplativo, por isso também acentuou a parte emocional no problema estético. Mantendo, embora, firmemente o valor objectivo do belo, se não chegou a formular o dito problema no sentido moderno, focou, no entanto, a modalidade psicológica do belo, como ninguém antes dele (10). E pela sua mística da vida e do amor — donde, a opulência de simbolismos, tão queridos ao período renascentista — é que, igualmente, o Santo de Bagnorea teve influência apreciável na arte e na poesia; nomeadamente em Dante, nessa síntese da cristandade medieval, que se chama a *Divina Commedia*. De facto, além do Poeta haurir do Santo as suas mais belas imagens, autores vários têm relevado — como Gilson (11), Gemelli (12), Iallonghi (13) e outros (14) — que, se a estrutura doutrinal da obra dantesca é tomista, é bonaventuriana a sua concepção da vida. O *Paradiso*, particularmente, não passa da forma poética do *Itinerarium mentis in Deum*.

Entretanto, o que mais importa saber ou perguntar é se o sistema bonaventuriano não traria real contributo e como que um refrigério à especulação filosófica que, duma parte, empenhada em defender a todo o custo os direitos da razão, por demais se estilizou num formalismo conceptual; e que, doutra parte, pretendendo superar o «essencialismo» ou o objectivismo ontológico, veio a parar em formas morbosas e decadentes de tormento e de angústia, em que vive o recente existencialismo — tipo Heidegger-Sartre (15) — se exceptuarmos a atitude, pois o existencialismo é mais uma «atitude» do que uma filosofia, de G. Marcel e doutros, como Carlini e Guzzo.

Há, com efeito, através da história, duas maneiras polares de encarar a filosofia: ordenar as ideias, de sorte a ter uma sistematização racional da fenomenologia; ou responder à problemática da vida, que nenhum homem pode evitar. Estas duas tendências constituem orientações incomensuráveis — muito embora por um fenómeno de *transfert*, tão frequente na vida do espírito, uma passe sub-repticiamente à outra, tratando de consolidar o que lhe falta na base por meio duma construção superior rigorosamente sistemática: uma reclama o que é absolutamente inteligível, e portanto impessoal; a outra quereria centralizar na nossa existência pessoal a vida plena...

Ora, já se nos ofereceu oportunidade de apontar alguns filósofos actuais,

católicos e não católicos, que lêem pela cartilha do Doutor Seráfico para resolver o problema filosófico; assim como, no último Congresso Internacional de Filosofia, houve quem chamasse a atenção para a importância do pensamento bonaventuriano em face da direcção existencialista (16). E, entre nós, o itinerário mental de Leonardo Coimbra é bem a tradução portuguesa da filosofia do espírito franciscano-bonaventuriano, pois que, não lhe satisfazendo nem o *cousismo* científico moderno — daí, a crítica implacável à experiência-abstracção de Aristóteles e a valoração que dá ao mundo inteligível (17) — nem a realidade circunstancial da vida, donde partira, caracteriza-se por uma filosofia das deficiências e das exigências do pensamento; e que, afinal, se o pensar é da essência do espírito, não é todavia o seu apanágio: não é a verdade, mas o *amor da verdade* que constitui como que o instinto da conservação do espírito. Simplesmente, no pensador franciscano, ao contrário do que sucede em Leonardo Coimbra, o termo de chegada é já termo de partida.

Não discuto o severo varejo que Trölsch infligiu ao desvio que se operou a favor do aristotelismo e à ruptura da tradição (18). Não discuto o ponto de vista de Baudin, que proclama eloquentemente a reintegração do augustinismo bonaventuriano na mentalidade de hoje (19). Não discuto a tese de Blondel, para quem «seule la perspective augustinienne permet non seulement la philosophie catholique mais aussi la philosophie pleinement humaine» (20) ...O certo é, porém, que esses e outros autores relevam, nas suas conclusões (à parte o valor relativo dos meios), a actualidade da solução dada pelo Seráfico Doutor; e que todos aqueles que se têm dedicado ao estudo do conceito da chamada «filosofia cristã» concordam, ao menos, nisto: tendo em consideração a mudança dos tempos e das preocupações dos espíritos, achamo-nos novamente em presença do problema — mais complexo do que pode parecer à primeira vista — das relações entre a filosofia e a teologia, entre a razão e a fé, tais como foram concebidas pela corrente bonaventuriana e tomista; ou, em última análise, pelo augustinismo e pelo tomismo (21).

O facto é tanto mais expressivo e sintomático quando se atenta em que, de bom ou mau grado, são os próprios neo-escolásticos a pôr em foco o valor da orientação augustiniano-bonaventuriana, de modo que a filosofia católica esteja absolutamente conforme com as exigências críticas e realistas de hoje e, ao mesmo tempo, por tendência intrínseca e natural — e não por acomodação, meramente extrínseca e mais ou menos feliz, da especulação helénica ao cristianismo — se coadune harmònicamente com a ordem sobrenatural (22). E para confirmação negativa do valor dessa orientação não falta quem aduza o influxo ténue, senão nulo, da filosofia neo-escolástica fora das Universidades católicas ou dos Seminários. Assim Romeyer, segundo o qual a razão principal deste facto está em a neo-escolástica haver adoptado por demais a doutrina aristotélica da abstracção, que está inquinada de certo materialismo ideogenético ou, como diz Brunschvicg, de sensismo metafísico (23). E não falta, igualmente, quem, por este motivo, duvide se os filósofos católicos, aderindo mais à letra do que ao espírito dos Mestres medievais, não frustraram a grande esperança e a intenção certa de Leão XIII, quando tomou sobre os seus ombros a árdua tarefa de restaurar a Escolástica (24).

Por aqui se explica o interesse, dentro da neo-escolástica, pela direcção blondeliana, a qual, revivificando a ontologia tradicional — «non plus réduite à l'état de squelette logique par schématisation formelle» — e superando as negações da crítica kantista e as tentativas da filosofia moderna, reincarna numa síntese original

as duas grandes correntes do pensamento cristão, tomismo e augustinismo (25); tanto mais que o autor da trilogia *La philosophie et l'esprit chrétien* recebeu, em 2 de Dezembro de 1944, uma carta altamente elogiosa do S. Padre Pio XII, na qual se diz, entre outras coisas, o seguinte: «Só um cego não descortina a importância de semelhante assunto, onde se estudam, com tanta sagacidade, as relações da filosofia e do cristianismo, da razão e da fé, do natural e do sobrenatural, e onde vós mesmo sublinhais, com toda a razão, a sua «incomensurabilidade», sem contudo excluir a «simbiose», e ao mesmo tempo aquele destino único, ao qual o homem não pode legìtimamente subtrair-se» (26)... Em verdade, tudo isto parece ser muito significativo.

E não será sinal dos tempos o chamado «neo-tomismo» franco-belga (Rousselot, Maréchal...), o qual, de facto, não passa de verdadeiro e estreme neo-augustinismo? Eis porque observou Descoqs que tal atitude — «se faire passer pour thomiste dans ces conditions» — só pode ser interpretada como uma ilusão inconsciente ou como uma mistificação voluntária (27). E se critica a posição de Maréchal — em cuja defesa, aliás, saiu E. Wingendorf (28) — não é por ele ter adoptado o ponto de vista augustiniano, mas sim pelo motivo de a teoria do conhecimento de Maréchal se caracterizar, a seu ver, por um augustinismo exagerado, por um augustinismo *sui generis*, enfim (29); tanto que é o próprio Descoqs quem chama à concepção augustiniana «réalisme très net... réalisme éminemment sain et bienfaisant», e reconhece que ela «fait à l'heure actuelle de sérieux progrès» (30). E também Grabmann reconheceu que o pensamento contemporâneo vai manifestando intensa simpatia, e com razão, pela corrente bonaventuriana (31). E do próprio Maritain não se poderia dizer que «l'habit thomiste ne changerait rien de substantiel à l'affaire»? (32)

Mas, seja qual for a opção por uma dessas duas correntes, tomista ou bonaventuriana, não deve negar-se que a filosofia cristã atingiu a sua plenitude com o Santo de Bagnorea, pois, sem rejeitar de modo algum a distinção formal entre os dois domínios da fé e da razão (33), focou como ninguém a influência benigna da primeira na segunda, relevando ao máximo a importância do papel da *stella rectrix* e do *sidus amicum* — como se exprimem, respectivamente, Pio IX e Leão XIII (34) — na sistematização do saber humano. Com efeito, se no dizer do próprio Höffding, a filosofia escolástica, se outro mérito não tivera, aprofundou a vida do espírito, dando-lhe a primazia — visto o destino eterno da personalidade estar determinado pelos acontecimentos da vida interior (35) — acrescenta Gilson: «jamais aucune doctrine ne mettra en plus complète évidence les expériences de l'âme qui sont les sources éternelles de la mystique, ni ne se fera plus compréhensive ou plus systématiquement organisée que celle de Saint Bonaventure en vue de leur rendre justice» (36). Por isso, se existe sistema ao qual não possa aplicar-se a afirmação do moderno idealismo «la filosofia toglie ogni campo alla religione» (37), esse é, sem dúvida, o bonaventuriano, que vai ao encontro da realidade com toda a alma.

P. ILÍDIO DE SOUSA RIBEIRO

NOTAS:

(1) *Itiner.*, c. 7, V, 312: «positus est (S. Francisco) in exemplum perfectae contemplationis, sicut prius fuerat actionis... ut omnes viros vere spirituales Deus per eum

invitaret ad huiusmodi transitum et mentis excessum magis exemplo quam verbo». Cfr. também *In Hexaëm.*, coll. 22, V, 440-441; *Apol. paup.*, c. 9, VIII, 247; *Serm. 5 de B. Franc.*, IX, 590-597.

(2) *La Philosophie de S. Bonaventure*, Paris, 1924, pág. 472.

(3) De resto, S. Boaventura nem sempre segue S.[to] Agostinho, apesar de ser o Doutor preferido, quando se encontra em conflito com uma opinião comummente recebida. Cfr., por exemplo, *II Sent.*, d. 13, a. l, q. 1, II, 312-313; d. 12, a. l, q. 2, II, 296-298... Além disso, já tive ocasião de notar o valor da expressão «augustinismo medieval» (*Escola Franciscana*, Lisboa, 1943, págs. 33-39).

(4) *Redução das Ciências à Teologia de S. Boaventura*, Coimbra, 1948.

(5) *Ob. cit.*, pág. 469.

(6) *Das Studium der Handschriften der mittelalterlichen Scholastik* em *Zeitschrift für katholische Theologie*, VII, 1883, pág. 42 e seguintes.

(7) Escreve Gilson (*ob. cit.*, págs. 465-466): «Saint Bonaventure... c'est un philosophe parce qu'il a conçu le projet de systématiser le savoir et les choses en fonction de la mystique; et c'est même un grand philosophe parce que, comme tous les grands philosophes, il a conduit jusqu'au bout l'expérience qu'il tentait sur une idée».

(8) *Obras de San Buenaventura*, I, Madrid, 1945, pág. 79 e seguintes.

(9) *Ibid.*, págs. XVII-XXXIX. Esta bibliografia, porém, não está completa, pois falta-lhe um ou outro trabalho como o de Harry B. Gutmann, *Franciscan Interpretation of Raphael's «School of Athens»* em *Archivum Franciscanum Historicum*, XXXIV, 1941, págs. 3-12; o de D. Scaramuzzi, *Itinerario della mente in Dio* (tradução, introdução e notas), Pádua, 1943, etc.. Desde 1945, já apareceram não poucos estudos.

(10) Gemelli, *Il Francescanesimo*, Milão, 1932, págs. 57-58.

(11) *La conclusion de la «Divine Comédie» et la mystique franciscaine* em *Revue d'histoire franciscaine*, I, 1924, págs. 55-63.

(12) *Ob. cit.*, págs. 113-114.

(13) *Il misticismo bonaventuriano nella Divina Commedia*, Città di Castello 1935. Este autor opondo-se decididamente à opinião, bastante espalhada, de que a *Divina Comédia* é apenas «la filosofia dell'Angelico adunata e poetizzata», estabelece e defende esta tese (pág. 28): «L'opera dantesca fiorisce tra le grandi sintesi dei due dottori italiani che, lungi dal contradirsi si coodinano e armonizano, fiorisce tra lo scolasticismo di Tommaso ed il misticismo di Bonaventura, che caratterizzano col medio-evo il ricco mondo spirituale del *Theologus Dantes*».

(14) Cfr., por exemplo, H. Matrod, *L'Histoire franciscaine dans la Divine Comédie* em *Études Franciscaines*, XXVIII, 1912, págs. 576-591.

(15) Com mais rigor diríamos só «tipo Sartre», uma vez que Heidegger, no seu opúsculo *Platons Lehre von der Warhrheit* e na carta adjunta sobre o Humanismo (Berna, 1947), declara que ainda não desistiu de inquirir o *ser* e, por isso, nega qualquer ponto de contacto com Sartre.

(16) *Redução das Ciências à Teologia de S. Boaventura*, págs. 13-14.

(17) Cfr., por exemplo, *Notas sobre a Abstracção Scientífica e o Silogismo*, Porto, 1927.

(18) *Augustin, die christliche Antik und das Mittelalter*, Munique-Berlim, 1915, págs. 169-170.

(19) *La raison et la foi dans la philosophie du Moyen Âge* em *Revue des sciences religieuses*, III, 1923, págs. 518-520.

(20) *Les ressources latentes de la doctrine augustinienne* em *Revue Neo-Scolastique de Philosophie*, XXXII, 1930, pág. 275; *Pour la philosophie intégrale* em *ibid.*, XXXVII, 1934, pág. 49 e seguintes, etc..

(21) Descoqs, *Praelectiones Theologiae Naturalis*, II, Paris, 1395, págs. 315-320.

(22) Cfr., entre outros, Cochet, *En vue d'une philosophie chrétienne* em *Revue Apologétique*, LVIII, 1934, pág. 258.

(23) *Autour du problème de la philosophie chrétienne. Essai critique et positif* em *Archives de Philosophie*, X, cah. 4, 1934, págs. 35-36.

(24) Cochet, *Adaptation spirituelle et formation personnelle* em *Revue Apologétique*, LVIII, 1934, pág. 162: «Depuis des siècles nous avions perdu le goût de penser par nous-mêmes et l'habitude de parler tout haut; même quand Léon XIII nous a invités à faire revivre l'esprit de S. Thomas et la tradition des Docteurs chrétiens des premiers siècles, nous avons été lents à comprendre ce qu'il voulait dire. Nous étions tellement accoutumés

à penser par procuration, à répéter les formules et à commenter les textes de nos devanciers que nous prenions cet exercice pour la pensée personnelle et l'appropriation de la vérité». Mais ou menos o mesmo já haviam dito Sertillanges e o C. Mercier; e, ùltimamente, o repetiu J. Zaragüeta, *Escolástica y Filosofia cristiana* em *Revista de Filosofia*, VI, 1947, págs. 602-603: «Pero yo imagino que si Santo Tomás volviese entre nosotros en el siglo XX, desaprobaría a aquellos que, invocando su nombre para responder a las necesidades intelectuales de nuestro tiempo, se contentan con repetir y comentar su gran *Suma* del siglo XIII».

(25) Cochet, *Ontologie blondelienne et ontologie traditionnelle* em *Revue Apologétique*, LXIV, 1937, págs. 682-683. Sobre o valor da solução blondeliana para a mentalidade contemporânea, cfr. P. Valori, *Il problema del soprannaturale e gli ultimi scritti di M. Blondel* em *La Civiltà Cattolica*, 1949, vol. I, págs. 161-170 e 392-399.

(26) *La Documentation Catholique*, n.º 942, 8 de Julho de 1945. Cfr. a tradução portuguesa em *Revista Portuguesa de Filosofia*, I, 1945, pág. 204. Nessa carta apenas se observa: «se exceptuarmos uma ou outra expressão, que o rigor teológico quereria ver mais precisa».

(27) *Institutiones metaphysicae generalis*, I, Paris, 1925, pág. 538.

(28) *Das Dynamische in der menschlichen Erkenntnis*, 2 vols. Bonn, 1939-1940.

(29) *Praelectiones Theologiae Naturalis*, I, Paris, 1932, pág. 73 e seguintes.

(30) *Réalisme et consentement a l'être* em *Revue Apologétique*, LXVII, 1938, pág. 230.

(31) *Il concetto di scienza secondo S. Tommaso d'Aquino e le relazioni della fede e della teologia con la filosofia e le scienze profane* em *Rivista di Filosofia Neo-Scolastica*, XXVI, 1934, pág. 130: «per la quale, anche al nostro tempo, si va ridestando, e con ragione, calda simpatia».

(32) Assim Romeyer (*l. cit.*, pág. 10, n.º 1), aludindo à obra de Maritain, *De la philosophie chrétienne*, Paris, 1933, faz este comentário: «Si M. Maritain en tirait mieux les conclusions, ne s'apercevrait-il pas qu'il s'y meut, non plus dans la perspective fermée de l'aristolélisme, mais dans l'horizon chrétiennement ouvert de S. Augustin et de M. Blondel? Mais il verrait par là même qu'il faut choisir: ou le contenu de son livre jusqu'au paragraphe 16 exclusivement, et alors il se borne à christianiser du dehors l'aristotélisme antique, — ou le contenu de ce même livre à partir du paragraphe 16 avec l'appendice relatif à ce paragraphe, et alors c'est la philosophie specifiquement chrétienne de S. Augustin qu'il adopte. L'habit thomiste ne changerait rien de substantiel à l'affaire».

(33) P. Ilídio de S. Ribeiro, *Escola Franciscana*, pág. 27 e seguintes.

(34) Denzinger, *Enchir. Symb.*, 1937, n.º 1.681, pág. 474; encíclica *Aeterni Patris*.

(35) *Historia de la Filosofia Moderna* (trad. por Pedro González-Blanco), I, Madrid, 1947, pág. 8 e seguintes.

(36) *Ob. cit.*, pág. 466.

(37) B. Croce, *Estética*, Palermo, 1901, pág. 67.

ECCE-HOMO

Sigo os passos do místico judeu
Que no monte do Gólgota imolaram:
São as minhas as mãos que derramaram
Num lenho o sangue de que a luz nasceu!

Também de opróbio e dor me coroaram
Um dia rei... A vida e a fé sou eu!
Conduzo a cruz para ascender ao céu
Pela escada sem fim que me deixaram...

Se a Verónica alguma vez limpasse
O pranto que me escorre pela face
E mana sem cessar dos olhos meus,

No meu sudário as lágrimas vermelhas
Não se enxugavam mais... Pastor de ovelhas,
Subo o calvário ardente e não sou Deus!

Do livro a publicar: «ECCE-HOMO»

A M É R I C O   D U R Ã O

D I A B Ó L I C O

Na túnica me envolvo
e ponho o véu
para afastar o Inferno.
E nem os olhos volvo
sob o Céu
deste meu espelho eterno

A poesia renego
e aos nervos puros
com que desfiro o canto.
Em troca o instinto cego
o abismo impuro
livre de altura e pranto

Sem túnica, sem véu
e sem aroma
sem a metade do meu ser divino,
sem consciência inútil na redoma
de um terreno destino

A jornada faria
calma e forte
sem olhos irreais.
Sem companheiros frios,
sem a morte
de dias corporais

Santa? Anjo? Miragem
de Anjo, de sóis ou astros?
Toda me curvo e afogo na folhagem
para pecar de rastros.

Os meus segredos de asa
e de cilícios
enormes, os trocava,
pela candura sábia, pelos vícios
da sinuosa escrava.

Renego o azul
e o oiro dos meus dias
— mel e aroma subtis —
Renego a cruz
das minhas harmonias,
liberto o Anjo
E incenso-me feliz.

A poesia renego
e aquele mundo
que do meu ser arranco.
Ai! ambição de meu corpo
prisioneiro
do meu cansaço branco.

N A T É R C I A F R E I R E

BOA VIAGEM

Amigo
vai agora que é tempo!
Boa viagem!

O mundo é grande!

Eu pedirei a Deus por ti, Amigo,
e quando percorreres os caminhos do mar
livrar-te-á dos naufrágios
e das surpresas dos piratas chineses.
Quando voares pelo espaço
livrar-te-á dos perigos da aviação.
Quando fores por essas terras além
não terás descarrilamentos na tua viagem
nem desastres de automóveis velozes
nem te prenderão os sortilégios das mulheres fatais.

O mundo é grande!

De cada porto
escreve-me um postal ilustrado.
Mas de cada cidade
manda-me cartas longas
e conta-me
os teatros, as festas, as maravilhas,
os amores...
Conta-me histórias dos homens também
desses que andam pela Onu
pelas intrigas da política
pelos segredos dos Estados-Maiores
escondendo detrás de cada sorriso
e nas reticências de cada frase
ameaças de guerra e destruição.

São eles, Amigo,
que perturbam o sossego das nossas vidas
e riscam o nosso destino.

O mundo é grande!

Vai agora que é tempo, Amigo,
agora que és jovem, agora que és poeta
agora que tens fé nos teus sonhos
agora que são puras as tuas ilusões
agora que as tuas ironias são sem sarcasmo.
Vai, Amigo!
O *Kodak* pronto
os olhos e a alma
ávidos de sensações!
Já te vejo
cruzando oceanos e continentes.
Passarás veloz nas estradas asfaltadas
rolando cómodamente sobre pneus macios.
Subirás montanhas e verás lá do alto
grandiosos panoramas
como não há em nossa terra.
Atravessarás areais desertos
no dorso de um camelo.
O vento depois apagará os vestígios
da passagem da caravana sobre as areias
mas

o mundo é grande!

Manda-me fotografias
de Paris
de Veneza
de Nanquim,
da estátua da Liberdade
das cataratas do Niagara
do Cristo Redentor abençoando o Rio de Janeiro
das Pirâmides
do Danúbio azul
da Grande Muralha.

Sei lá!
manda-me fotografias.
E se atravessares a Cortina
cuidado, Amigo!
cuidado, Amigo!
manda-me a fotografia do Kremlin e do homem dos bigodes..
Quero uma do Imperador do Japão
vestido à americana.

O mundo é grande!

Vai agora, Amigo!
agora que és jovem
agora que és poeta.

Amigo:
o mundo é grande!
A nossa terra é que é pequena...

Boa viagem!
Boa viagem!

Ilha do Sal

JORGE BARBOSA

A L D E I A

O que eu estimo em ti, não vem escrito em almanaques,
nem é o que os poetas recitavam.
Também não é a tua gente, egoísta e suja,
— além de extremamente pobrezinha...
Haverá causa de amores, mais recôndita
do que a dos mil amores que te dou?
— Amei mulheres. E não foi assim...
Amo alguns livros mais do que as mulheres
...e mesmo os livros trocaria por ti,
se me exigisses essa provação;
se te mostrasses ciumenta, exclusivista,
como a Aldeia de Montmartre, Capital de Paris,
onde, porque escutei um «refrain» do *Caf'Conc'*,
me perdi de todas as leituras
e gastei todo o dinheiro em absinto,
já que não sabia tocar «acordéon»
para rezar a obcessão melodiosa do meu ouvido
— a que as «grisettes» nunca segredaram nada do seu tesoiro...
Tu, aldeia beirota, capital de coisa nenhuma,
— tão humilde que foste ao meu nascimento
e reparaste nele como num facto;
— tão crédula, que acreditas na alegria
do vinho, dos morteiros, do arraial,
(assim como nas rezas negras contra o quebranto,
na ciência médica dos barbeiros,
nos rituais medievos das parteiras
e nos rogos às estrelas cadentes);
— tão deserdada, que a lepra dos teus muros
não é o pior dos ostracismos;
— tão nua como nasceste;
— tão pequena como nasceste;
— tão pura como nasceste
(visto as tuas relices não conhecerem intenções
nem remorsos);

— tu, aldeia beirota, capital de coisa nenhuma,
nem dos milhos verdes
(que outras terras engordam melhor)
nem dos verdes rios
(os do Minho são mais doces e lindos)
nem dos pinheirais alertá,
nem dos engenhos árabes para a sede dos poços,
nem dos solares remendados
e hostis a novos donos adventícios,
nem das capelas arruinadas,
nem das Primaveras mimosamente confeiteiras,
nem dos Outonos violoncelistas e pintores neuras;
— tu, aldeia de penhascos, capital de coisa nenhuma,
onde, por tanta humildade, tive o meu presepe,
mais baço que o de Jesus
e comecei vendo o sol envolto em crepe
e iniciei o arrastar de estranha cruz...
— ...és a quem eu pertenço!
Nunca soube, nem quis, de outro Portugal!
És a quem eu peço o fim do arfar imenso:
a urgência mansinha dum coval!

R O D R I G O M E L O

MENINA—FLOR

A menina é como uma flor:
olhos diluídos em luar,
debruçados no mundo, prontos a dar
um mundo de ternura e de amor.

A menina é como as andorinhas:
boca inquieta e mãos de flor
— mãos que não sabem estar sòzinhas,
que só dão, só oferecem amor.

A menina é como a nuvem leve:
cabelos de ouro e sol, braços de espuma,
ondulante e branca como a neve
— país encantado num manto de bruma.

A menina ri, a menina é como uma flor.
Realidade! não a acordes; deixa-a sonhar
— que os seus olhos diluídos em luar
só dêem, só recebam amor.

Deixa-a, não a acordes, ainda é cedo;
deixa-a viver no seu mágico jardim;
deixa-a quieta, viver assim,
sem recear a Vida, sem ter medo...

Deixa-a, deixa-a ainda sonhar;
deixa-a crer na luz que a alumia,
no seu dourado país de fantasia;
deixa-a estender as mãos e alcançar...

Mundo! esquece-a; a lua sobe e vela;
sonha, sorrindo — menina e flor.
Deixa-a viver só de paz e amor;
passa, e esquece-te dela!

12 de Junho de 1949

ISABEL DE CASTRO

O ARGONAUTA

Quem fosse ao mar secreto, aos pés do mundo,
dizia o Mito das remotas eras
querer dos peixes seu mistério fundo
abria um mar de monstros e panteras

E mais e mais e tanta alegoria
pelo correr do mundo não cessava:
o mar salgado abismo só seria
que nos degraus das trevas se acabava

O passo foge àquele que recua
a deusa oculta numa gruta nua
encanta e amedronta o argonauta...

Mas se se atreve ao fim da vez terceira
subir o Longe, o Medo, a Treva incauta
com seu poder se abraça à Terra inteira

VASCO DA GAMA RODRIGUES

DESTINO

Não foi porque a estrada nunca se alongou...
Não foi porque o mistério não permaneceu...
Tu me impelias, vida!
Mas a porta que empurrei com força
Não cedeu.

Nada restava já senão partir!
Tudo tombara já.
O inacabado diálogo cessou...
O relógio parou.
A casa ardeu.

Como chegar menos só, menos cansado,
Através da minha noite fria,
tão perdido, sob o céu inconquistado,
Enquanto, longe, a abandonada casa ardia?

Não sei onde cheguei,
nada mais sei...
Minha boca colara-se no solo...
Bebi quantas lágrimas chorei.

FERNANDO DE PAÇOS

MOMENTO MUSICAL

Se a Morte vier,
Nem lágrimas, nem rezas, nem lamentos...

Mandem vir antes um pastor da serra
Rude e singelo como as nascentes
Para me adormecer ao som da flauta...

E hei-de sentir-me então cair na terra
Como um fruto da árvore.

SERRANINHA

Este poema é para ti, menina.

Tu, que nunca hás-de ler os meus poemas,
Sentes a melodia do meu canto
Desvanecer teu sono sossegado.

Ao pé da minha casa
Lá na serra
Corre um ribeiro manso.
E um rouxinol canta de madrugada.

Sou eu que canto para ti, menina.

OS MORTOS

Porque os vestem de negro?
Se eles vão dar o sangue às flores
E o coração à grande paz da Terra...?

Antes um rito alegre e pastoril
Os restitua ao húmus maternal...
Que eles hão-de voltar, purificados,
No hálito da tarde ou no sonho da virgem...

JOÃO MANUEL DE MASCARENHAS

L E G A D O

Acaba-se comigo esta tristeza
No dia em que eu morrer!
Na hora derradeira
Em que, calado,
Justificado
Como a Lei mandou,
Fique na paz silente
Da terra verdadeira.

Vai comigo o que fui e o que sou!
(Um sonho deste tamanho
Ou se descobre
Ou morre ignorado!)
E venha quem vier depois de mim,
Nos versos que eu deixar
Há-de encontrar
Sòmente a promessa inútil
Deste chão semeado!

TABORDA DE VASCONCELOS

P O E M A

Ao anoitecer na cidade,
Encontrámo-nos depois das lojas fecharem,
Quando os manequins das montras morreram de vez,
As roupas vazias ficaram irremediàvelmente caídas
E as luzes de lâmpada do mundo das montras
Não puderam evitar que as cores dos tecidos anoitecessem

— Trazias um vestido sem cor
A cobrir-te o corpo orvalhado,
E os teus pés calavam, descalços,
Os teus passos que se juntaram aos meus.

— Andámos de mão-dada a anoitecer-nos e,
Quando nos sentimos tão puros e tão longe
E tão dispersos
Como o escuro da Noite,

Subimos à nossa casa
Por cima da cidade.

À nossa passagem, acendiam-se os candeeiros das esquinas
E cada outro que encontrávamos ficava distante,
Pequeno, pequeno,
A perder-se no longe.

Como gostámos um do outro
E como sabia a saudade a nossa presença na casa fechada.

Fora, chovia silêncio
E o vidro embaciado tornava irreal o último candeeiro.

Era chegada a altura das confidências,
Mas a sombra veio matar-te antes de teres dito a primeira palavra.

Dezembro de 48

A N T Ó N I O   S E N A   D A   S I L V A

O MURO AMARELO

A vista provara-lhe que sim, e a reminiscência depois reafirmava-lho, teimosa, opondo-se à realidade, ao reino das coisas tangíveis e deste mundo.

Por certo que havia sonhado, mas deveria ter sido então sonho muito firme, tão firme que lhe ficara enclavinhado nos sentidos: ilha de manhã de nevoeiro à qual jamais o pescador torna a abicar, e de que até, por vergonha, nem sequer fala, conquanto a retina continue desesperadamente fiel à nascente que lá topou, e onde foi o primeiro e derradeiro a matar a sede: fiel, a garganta, à sua água de milagre: os ouvidos também fiéis ao próprio rebentar das suas bolhinhas: sempre os beiços a memorarem o seu líquido consolo.

A reminiscência questionava: — que sim, que fora verdade natural e sem enganos, e, em face de tanta firmeza, só angustiadamente ele perguntava se, antes e apenas, o vira nalgum daqueles romances de abusiva imaginação que a tão devaneadora tia Henriqueta nunca se fartava de reler, e entre cujas páginas deixara um jardim de flores secas: amores-perfeitos, violetas, folhinhas de hera e de avenca.

Daí que talvez na combinação da leitura e do sonho estaria o segredo, pois muito certo era que a tia Henriqueta lhe havia pegado a romanesca propensão. Por uma daquelas compridas noites da Quinta dos Corujões, teria ele possìvelmente lido qualquer dos livros que ela deixara — quase todos até forrados por sua mão, de sedas e gorgurões de vestidos antigos, do tempo de menina nova, de quando aprendia harpa e lia Tennyson com a boa *miss* Rosalind —, e, então, alguma das aventuras lidas lhe haveria ficado a abeberar a cabeça, até finalmente sonhar.

Talvez que assim acontecera, talvez, mas a certeza negava. Ele vira! Ele vira! — Manuel, tu viste! Lá isso é que tu viste!

Há quanto tempo ele não via esse muro amarelo, muito comprido e alto!

Primeiro, apenas o não via há instantes, pois que por ele acabava de passar, e, assim, ainda lhe coloria o lá de dentro dos olhos: amarelo e muito comprido, alto como se fora uma fortaleza.

Depois, o tempo ia a medir-se pelos anos em que ficava sem ir à Quinta dos Corujões: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete anos.

Havia conseguintemente sete anos que o tinha visto, e, porque de novo tornava aos Corujões, em cujo caminho ficava, novamente ia vê-lo: muito comprido e alto, amarelo de oca. No cimo — quem sabia? — junto de uma roseira de toucar, que se derramava por ele abaixo...

Ah! que ia atento, a calcular até quando apareceria. Vira-o à esquerda, na volta dos Corujões, havia agora portanto de aparecer à direita: amarelo de oca, alto e comprido, bem comparante aos que se vêem nas pinturas. E por aí que lá em cima...

Ia atento, bem atento. O breque rodava e rodava. Já pouco faltaria.

Nisto, o breque estacou ao portal dos Corujões.

Quê! Estavam já nos Corujões?! Era o portal dos Corujões?! Então o muro alto, muito amarelo e comprido, também com um portal a meio?! Como é que o não tinha visto, se, por aquelas três horas, nunca lhe saíra do pensamento?!

Bem podia perguntar ao pai ou ao cocheiro, o *Farrapa*, bem podia perguntar, sim, pois todo o santo ano se fartavam de rodar para os Corujões, na vitória ou no breque...

Bem podia ter perguntado, sim, mas não quis. Tanto e tanto lhe pertencia a recordação daquele muro, tanto e tanto, e só a ele, que não perguntou. Demais que, por aí, fàcilmente indagariam que interesse poderia ter num muro que, para eles, tanto faria se existisse como se não existisse, e ele é que não queria explicar.

Acaso não haveria, então, esse tal muro amarelo que, há sete anos, juraria ter visto?!

Claro que havia! Ele é que pelo caminho se distraíra, tal e qual como se adormece, que nunca se percebe quando é! Pois, na volta dos Corujões, tomaria mais cuidado! A meio do caminho, lá havia o muro de aparecer, à esquerda. E, debruçada, possìvelmente ao pé da roseira que vinha por ele abaixo, como as vistas dum foguete...

Ah! que, nesse ano de há tantos anos, ele nem gozou estar nos Corujões, donde tantas saudades supunha ter! Tentações que sentiu de se atirar no breque até à vila, sob qualquer pretexto, para ver o muro amarelo! Mas tentações que matou, visto que a própria ideia do muro a pretendia apenas para ele, e, pela voz ou pelo silêncio, temia denunciá-la quando saltasse para a boleia. Certo que, de feliz, a própria cara o diria. O simples e inicial assobio, o estalo do chicote — no ar, não nas éguas —, provàvelmente indicariam quanto lhe saltava o coração, de ir ver o muro amarelo...

Quando voltou dos Corujões, bem vigilante que veio. Devia estar a aparecer esse tão querido muro amarelo...

Pois de igual forma aconteceu que na ida, só que, em vez de ao portal dos Corujões, foi ao portal da casa da vila que o breque parou.

Estava então já na vila?! Era aquele o portal da casa da vila?! Mas não podia ser! E, o muro amarelo, onde é que tinha ficado?! Fiel como a alma, porém, a reminiscência teimava. Durante os compridos sete anos em que andara tão longe, nunca esse muro amarelo, entrevisto a um entardecer de Outono, deixara de lhe estar nos olhos, existia adentro deles. Sete anos havia, exactamente sete anos, por uma tarde já meio noite, de retorno dos Corujões, com o pai e as duas irmãs, aí por obra de um minuto a vitória se detivera junto de um muro amarelo, muito comprido e alto. No cimo e ao pé de uma roseira, bem tinha visto uma menina que só teria aí menos dois anos que ele, aí uns dezasseis, portanto. E a menina olhara-o muito, e ele olhara-a muito, enquanto o *Farrapa* destorcia a correia dum tirante. Depois recomeçara a vitória a rodar, e o *Farrapa*, sem ser costume, chicoteara as éguas, pelo que a menina desaparecera em menos tempo do que devia desaparecer. Palerma do *Farrapa!*

Ah! Não! Tinha a certeza! Havia um muro amarelo, muito comprido e alto, aí a meio caminho da Quinta dos Corujões, e, no cimo desse muro, por uma tardinha de fins de Outubro, vira uma menina toda vestida de luto, de cabelo apartado ao meio, e sem fazer nada, só a olhar para ele. Ah! que tinha a certeza!

Pois tinha a certeza, tinha, mas na mesma daria o contrário, já que, por

várias e muitas vezes, depois, andou entre a vila e os Corujões, sem que avistasse o muro amarelo, quanto mais a menina: e a reparar sempre, no entanto, fiando-se mais da alma que da vista, pois que tinha de haver tanto o muro como a menina!

Era que, de facto, havia um muro amarelo, amarelo e muito comprido, em cima do qual, há uma data de anos, estava uma menina muito bonita, de cabelo apartado ao meio e vestida de preto. Vestida de preto, como eles, que andavam de luto pela mamã... Vinha o pai e ele, a Tininha e a Zé, quem guiava era o *Farrapa*, as éguas eram baias e estreladas: a *Rolinha* e a *Mimosa*. Ora no alto do muro estava uma menina, e ai que bonita ela era!

Afinal não havia muro, tão-pouco havia menina. Chegou por isso a pensar, a tal disparate foi, se de facto não seria verdadeiro viverem-se muitas vidas, e que numa delas fora que tinha visto uma menina em cima dum muro amarelo.

Agora iam passados vinte anos, e nem queria pensar no equívoco da sua vida errada e sem remédio: pedra caída ao mar. Já nem sabia palavras de dor, a todas já gastara.

Não de breque ou de vitória, guiados pelo *Farrapa*, visto que também de há muito esse estava com a terra em cima dos olhos, agora, de automóvel, guiado por um neto do *Farrapa*, ainda por muitas vezes se atirava até à Quinta dos Corujões.

Precisava, ao menos, de continuar vivo para os filhos, já que só eles aceitavam e queriam que para eles vivesse...

Adiante, pronto! Não ia falar alto?!...

Pois agora e muitas vezes se deitava ainda até aos Corujões. Ora um dia, a um Domingo, por aí que o neto do *Farrapa* se desmandou na bebida, e, aí a meio da viagem, chapou-lhe o carro num barroco. Também, que estrada impossível: antes azinhaga de serra, descarnada pelos enxurros e do tempo dos Sarracenos, que estrada de gente cristã que anda da automóvel!

Chapou-lhe o carro, quase à noite, o Laurentino *Farrapa*, e de tal modo chapado que só uma junta de bois o safou. Pois ao saltar é que viu. Estava ao pé do muro amarelo!

A expressão é errada, mas de carne e osso ali o tinha, sempre comprido e alto.

Ao pé do muro amarelo?! Então sempre existia?!...

— Quem mora aqui, Laurentino? — perguntou, fora de si.

O rapaz também pasmava, a olhar para todas as bandas, como se igualmente para ele existira o problema dum muro, tanto visível como invisível, tinto de amarelo.

— Sei lá, patrão! Eu topo que não pode morar ninguém e que nem nós estamos em sítio nenhum, que por aí nos veriam as feiticeiras e, quando tal, andamos é pelos ares fora! O patrão desculpe, mas, caminho mais estuporado... Que eu nunca em dias de minha vida aqui passei...

Disse ao Laurentino, dominando-se, que, a ter percebido que vinha assim como vinha, enturvado, que então teria ele pegado no volante. E agora, com o carro ali atascado até aos eixos?

— E agora, Laurentino?

Mas tudo era fingimento, não passava de fingimento, o que era, sim, é que ali estava o muro amarelo. Bem que tinha a certeza de tal muro existir, e tanto

que ali estava, muito comprido e alto, evidente e de carne e osso. E tanto e tão verdadeiro estava, tanto ao de dentro morava alguém, e não andavam por esses ares, como cuidava o Laurentino, que do portal saía um criado, com um gasómetro aceso, dizendo que a senhora ali o mandava para se alguma coisa fosse mister. E que, até, a senhora é que vira o automóvel atolar-se, que o vira de cima do muro.

— A senhora? — perguntou. — Mora aqui alguma senhora?

— Mora sempre, ora essa, ora porque não havia de morar? A senhora D. Mariazinha!

Com isto, já anoitecera de todo, e o leque da acetilena descorava o amarelo do muro, o qual para um e outro lado ia escurecendo, até ser negro e invisível, como se fora indefinido.

Quanto ao Laurentino, devia levar a bateria perto de já descarregada, que insistia e acelerava, até metia em marcha atrás. As rodas só patinavam, só iam atirando lama contra os guarda-lamas, que nem pedraço em clarabóia. Desmesurada, a sombra dele prolongava-se como se dum gigante, esbarrava no muro e entranhava-se-lhe na pedra.

Afinal o muro ali estava, sempre o tal muro existia! Estava, sim, mas, de ser *tarde*, o que ele agora tinha era de teimar que não, tanto como dantes havia teimado o contrário. A partir de certo risco, têm as pessoas de negar o que é, têm de afirmar-se o que não é...

— O carro, Laurentino? — disse, para fugir de pensar, e, mais que de pensar, de sentir.

— Atoladinho, patrão! Ai isso, agora, daqui só arrastado por uma junta de bois!

— Uma junta de bois? — atalhou o criado da luz. — Se faz preciso uma junta de bois, nem ele há coisa mais fácil!

Estava ali o muro amarelo, estava. Ainda mais do que um dia teimara que sim, tinha ele agora de teimar que não... Agora tinha de violentar-se a crer que tudo fora imaginação, que nunca em cima dum muro amarelo vira uma menina de cabelo apartado ao meio.

Rodeando o carro, espreitando os eixos, forcejava por naturalmente fazer como faria numa estrada sem vivalma, sem um muro ao lado, sem uns prováveis olhos que de cima o veriam. E ouvia o rapaz do gasómetro falar doutros automóveis também desguiados ali pela estrada velha, também atolados, falar da senhora D. Mariazinha. Verboso, pegava nuns assuntos e largava-os, passava a outros, tornava aos primeiros. Pois ali naquela casa morava uma senhora, morava sempre, nunca dali saía, uma senhora muito linda, que não queria casar, embora os pretendentes fossem às dúzias. Morava ali sòzinha, tocava piano e tinha a paixão das flores: mais de cem qualidades de roseiras, mais de cem qualidades de cravos. Tão linda, e sem querer casar! Fossem lá entender as mulheres!

De novo a caminho dos Corujões, pela noite de breu, imaginava que teria passado o portal do muro amarelo, subido uma rampa, seguido muito pelos seus pés, voluntários e involuntários, até ao sítio do muro onde havia a roseira brava, e que topara lá uma sombra. Topara-a, ou cuidara-a, pela violência da vontade a obrigaria a existir. E então a sombra tinha falado.

Que linda, a sombra, embora devesse já ir além dos trinta e cinco anos:

cabelo apartado ao meio e vestida de preto! Ah! que linda! Ouvindo-a, sentia-se liberto de quanto fosse, de encontrar palavras, quase liberto de estar vivo. De começo nem dera por que a sombra principiava por fim a falar, tanto e de tão manso lhe nascia a voz do silêncio, emendada no ramalhar dalguma folha: voz ainda quase silêncio e já princípio de som, água de levada que, de muito ao longe, mal se ouve, até normalmente ser som de levada, ao ir ficando mais próxima. E a sombra falava-lhe, tão distante, pela dignidade, como se fora uma imagem, e só isso, tão perto, de familiar, que mais familiarmente não falaria mulher ao marido.

Tão bem que se lembrava, a sombra, de ele ter ali passado, com o pai e as irmãs, numa vitória de almofadas amarelas, aí há uns vinte e sete anos, exactamente há vinte e sete anos... E depois nunca mais ali tinha passado. E depois fora aberta a estrada nova. Julgava ela que nunca mais ali tinha passado, que nunca. Certa de que não... Era ela nesse tempo uma rapariguinha e estava em cima do muro. Tinha a vitória parado ao pé do muro, por qualquer desarranjo, tinha parado onde agora parara o automóvel. No mesmo sítio... Era ela nesse tempo ainda muito rapariguinha, e ficara convencida de que ele a tivesse visto em cima do muro...

Calado junto da sombra, que a seguir se calara, parecia que estarem ambos ali juntos e calados era o insuperável bem.

Mas a sombra pegava-lhe na mão:

— Quer ver-me nesse tempo, como eu era nesse tempo?...

Passado o portal, pisada a carreira de saibro, vencidas as nove escaleiras de granito desgasto, lutara com a porta emperrada e via-se finalmente nos Corujões. Que frio de abandono adentro ali do salão, das cadeiras de palhinha perfiladas rente às paredes, do tapete enrolado sob o sofá, do fogão sem ao menos um cepo meio ardido, do bufete sobre o qual amarelavam cartões de visita numa bandeja que nem parecia já de prata, mas de chumbo de urna fúnebre, que frio dos retratos, como se não a óleo mas a bolor os houvessem pintado!

Mais que nunca, muito mais, o equívoco da sua vida errada se lhe apresentava patente, como se batido por uma luz ao pé da qual a vulgar luz ainda fora menos que noite. E não havia remédio, não podia haver remédio, tanto como para a morte o não há. Assim a lembrar-se da morte, pensava que já de facto era um morto, um morto especial que se vê, que se apalpa, que se sente: um tão fundamente morto que vai ao ponto de saber que o está. E, no entanto, havia pouco mais de meia hora, juraria ter passado outro portal idêntico ao dos Corujões, o portal dum muro amarelo, pisado outra parecida carreira de saibro, ter visto e falado com uma sombra ao pé duma roseira de toucar. E a sombra, tomando-lhe a mão, ter-lhe-ia dito se queria vê-la como era na tarde em que, menina de saias curtas, vira parar na estrada uma vitória de almofadas amarelas, tirada por duas éguas baias e estreladas. A sombra e ele haveriam então entrado numa sala parecida com aquela dos Corujões, só que não húmida, só que atapetada e com jarras de cravos.

Que linda, a sombra, de cabelo apartado ao meio e vestida de preto, um preto que parecia ainda mais carregado que o do piano de meia cauda, aberto e até com uma peça de música na estante...

Que linda!...

Sentada num sofá de palhinha, com rosetas de bronze no respaldo, as três

velas duma serpentina amostravam-na como se fora pintada e não de carne. — «Quer então ver, Manuel, a rapariguinha desse tempo?».

Havia de facto sido a rapariguinha antiga que a sombra tirara dum álbum. Queria ele esse retrato, queria acaso levá-lo?...

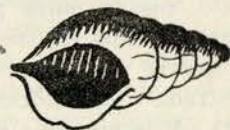
Mais que irmãos, menos que noivos, principiavam insensìvelmente a tratar-se de tu.

Teria metido o retrato ao bolso, e logo a ideia da morte lhe permitira falar com pureza, como se homem livre, lhe permitira falar-lhe dignamente de amor. Misterioso, isso da morte... Diziam uns que se morria, outros que não se morria bem, que se tornava noutro corpo. Ah! se era assim, então não estava tudo perdido! Ponto que, nas próximas vidas de ambos, ela com dezasseis anos e ele com dezoito ou vinte, de novo se encontrassem... — «Maria, pode ser! E não te esqueças de andar sempre vestida de preto! E não te esqueças de apartar o cabelo sempre ao meio! E manda pintar de amarelo o muro da quinta onde morares... E planta-lhe, se lá não houver, uma roseira brava... E, de vez em quando, vem até ao muro, a ver se calha de eu passar numa vitória e a fivela dum tirante se desaperta... Maria, para eu te reconhecer... Maria, para tu me reconheceres... Maria...».

De mãos nas mãos, ambos teriam chorado silenciosos, até ouvirem que já estava o automóvel desempancado.

Meter a mão ao bolso, ver se lá existia o retrato?

Não, não meteria, mais valia não. E, também, agora bem pouca ou nenhuma razão de queixa lhe parecia ter da vida, pois em curtos instantes a teria vivido mais plena e pura do que jamais alguém a vivera.

T O M A Z   D E   F I G U E I R E D O

FÁBULA DO OVO

PERSONAGENS (POR ORDEM DE ENTRADA EM CENA):

O HOMEM, A SENHORA BEM DISPOSTA, O MOÇO PREOCUPADO, O HOMENZINHO, O FILÓSOFO, A SOMBRA DE NABUCODONOSOR II, A JOVEM ASSASSINA, O POETA INSPIRADO.

Ouvem-se os ruídos característicos de uma estação de Caminhos de Ferro, no momento da partida de um comboio. Corre o pano. Fundo de cortinas de um tom uniforme. À direita e à esquerda — frente — duas aberturas. Bancos de cor verde — dois ao fundo e outros dois à direita e à esquerda — fundo. Em qualquer sítio bem visível da cena, uma tabuleta, onde se lê : «Isto é uma sala de espera de uma estação de caminhos de ferro». No banco do fundo — esquerdo — está sentado o HOMEM. Pela porta da direita vêm entrando a SENHORA BEM DISPOSTA e o MOÇO PREOCUPADO que traz as malas.

SENHORA :

Vais pôr as minhas malas... com muito cuidadinho *(Aponta para o canto direito)* ali. *(O Moço executa)* Isso mesmo.

(A Senhora instala-se no banco desocupado do fundo. Com uma manta de viagem cobre as pernas friorentamente).

SENHORA :

Rapazinho! *(O Moço perfila-se)* Tens que aprender a rir. Vejo que não sabes... É fundamental!

MOÇO (com ar muito triste):

Sim, minha Senhora.

(O Moço sai. A Senhora tira do saco de viagem um jornal e os óculos).

SENHORA (pondo os óculos, ao Homem):

Creio que também perdeu o comboio?

MOÇO (cuja cabeça aparece sùbitamente à porta da direita):

É o quinto comboio que aquele senhor perde! *(suspira e desaparece).*

(Silêncio curto)

HOMEM (manifestamente irritado):

É espantoso!

SENHORA (que se pusera a ler o jornal, sorrindo):

É incrível!

(O Homem e a Senhora entreolham-se, admirados por se ouvirem recìprocamente. O Homem levanta-se e aproxima-se dela meditabundo).

HOMEM :

A Senhora come ovos?

SENHORA :

De tempos a tempos.

HOMEM :

E... nunca achou nada de extraordinário?

SENHORA :

Nos ovos?

HOMEM :

Sim.

SENHORA :

Não... *(Hesitação)* Isto é, por vezes, sabem a palha.

(O Homem encolhe os ombros e volta para o seu lugar. A Senhora retoma com serenidade a leitura do jornal, que interrompe uns segundos depois com uma gargalhada sonora).

SENHORA :

Ora ouça... que vale a pena *(Lendo gostosamente)* «Oslo, 24 — Causou sensação nos meios clínicos... tal, tal, tal... um rapaz... tal, tal... engoliu um despertador... tal, tal, tal... Uma hora depois ouvia-se ainda distintamente o som do mecanismo...» *(Olhando para o Homem)* Quem acredita em histórias destas!

HOMEM (levantando-se bruscamente):

Eu.

SENHORA (tirando os óculos):

O Senhor?!... *(Sorrindo)* Mas que engraçado!

HOMEM:

Perfeitamente! Porque não acreditaria eu que se engulam despertadores... ou se saibam de cor todas as listas telefónicas do Mundo?...

(Ouve-se um apito e os ruídos de uma máquina que se põe em andamento. Pelo canto da esquerda surge o HOMENZINHO. Uma combinação de cortinas dará ao espectador a impressão de que esta personagem acaba de atravessar a parede.

O Homenzinho veste casaco e calças de cor clara nos quais se destaca em preto o desenho de vários telefones de feitio e tamanho diferentes. A palidez do rosto faz sobressair um imenso bigode que de certo modo lembra um auscultador de telefone. Anda depressa, com passos curtos. Quando o Homenzinho entra, o Homem encontra-se no ponto oposto, isto é, no primeiro plano à direita. O Homenzinho atravessa a sala em diagonal. A Senhora vendo o Homem absorto, abana a cabeça, sorri e põe-se de novo a ler. É evidente que ela não vê o Homenzinho).

HOMENZINHO (entra, recitando em voz baixa):

3.26.57, Marques, Joaquim Santos, Rua do Sol, Lisboa; Ópera 42.53, Armagnac, Pierre Jean François, Rue Victor Hugo, Paris *(Ao chegar em frente do Homem cumprimenta-o com ar modesto).*

HOMEM:

Muito bem. Continue.

HOMENZINHO:

56.03.47, Salvati, Pietro, Via Petrarca, Roma; 24.75.86, Marco y Cuartero, D. José Lopez de Ayala, Alcalá, Madrid...

HOMEM:

Basta *(o Homenzinho volta a cumprimentar)* Felicito-o mas não me admiro da sua memória *(exaltado)*. Eu nunca me admiro! *(transição; amável)* Não se quer sentar?

SENHORA :

Costuma falar sòzinho?

HOMEM :

Só, não, minha senhora. De quando em quando, converso com as minhas ideias.

(Entretanto, o Homenzinho sentou-se no banco da esquerda, tirou do bolso uma lista telefónica e pôs-se a folheá-la. Por vezes levanta a cabeça, fecha os olhos e murmura números de telefone.

Entra pela direita o FILÓSOFO, seguido do MOÇO que traz uma mala.

O Filósofo tem o aspecto de um Major de infantaria — robustez física e rigidez do andar e gestos).

SENHORA :

Bom dia, querido amigo. Que lindo cravo traz na lapela! *(O Filósofo inclina-se, respeitosamente)* Já acabou o seu tratado de astrologia?

FILÓSOFO :

Não sou astrólogo, minha Senhora.

SENHORA :

Então, que é?

FILÓSOFO :

Sou filósofo *(Transição ; atitude e voz de orador)* A Filosofia é de longe a mais indispensável de todas as ciências. A nós, filósofos, se dirigem os humanos para obterem certezas *(À Senhora, com condescendência)* Sem certezas, minha boa amiga, a vida é um caos. *(Voltando ao tom anterior)* É mercê da nossa actividade, que tudo explica de modo translúcido e coerente, que o caos se transforma em cosmos!...

SENHORA :

Ouvi dizer que tinha uma cadelinha.

FILÓSOFO (sentando-se, enternecido).

É verdade! Uma cadelinha adorável. Tão pequerruchinha...

HOMEM (ao Filósofo):

Já que é filósofo, diga-me, por favor, o que é um ovo.

FILÓSOFO (espantado):

Um ovo?!... Deixe ver *(Pensa)*. Ora, um ovo!... o que havia de ser?!... É insofismàvelmente um ovo. *(Levantando-se)* O que é, é — princípio de identidade. Donde vem o ovo? Do galináceo. Não há efeito sem causa — princípio de causalidade. *(Muito satisfeito)* Em matéria de ovos, esgotam-se por aqui os conhecimentos da Filosofia.

HOMEM:

O senhor é um ignorante!

FILÓSOFO (abismado):

Han?! *(à Senhora)* Que disse ele? *(ao Homem)* Que insinuação foi essa?!

SENHORA:

Deixe-o lá!... É um moço tão divertido.

HOMEM (andando agitadamente):

Não admito semelhante absurdo! *(Para o Filósofo, ameaçador)* Ouviu?!... Antes supor... sei lá o quê?...

(Pelo mesmo processo por que apareceu há pouco o Homenzinho, surge agora a SOMBRA DE NABUCODONOSOR II — mas pelo fundo centro, entre os dois bancos — Nabucodonosor vem evidentemente vestido de rei da Caldeia do século VII antes de Cristo).

NABUCODONOSOR (cruzando os braços sobre o peito, com ar majestoso):

Sou Nabucodonosor.

HOMEM:

Porque não?... O espectro de Nabucodonosor numa estação de caminhos de ferro... Prefiro isso.

FILÓSOFO (desconfiado):

Será céptico... ou simplesmente irracional? *(virando-se para a Senhora)* Pois a minha estimada amiga ficaria abismada se visse a minha cadelinha...

HOMENZINHO :

Nabucodonosor? !... Não tem telefone: não conheço *(levanta-se, põe a lista no bolso e sai pela direita).*

(A Senhora tão depressa lê o jornal como escuta o Filósofo. É manifesto que ambos ignoram a presença do rei da Caldeia. Este último atravessa a cena em passos solenes, parando em frente das malas da Senhora ; vira-se então para o Homem, cumprimenta-o com dignidade e senta-se sobre uma mala. O Homem aproxima-se de Nabucodonosor e observa-o com curiosidade).

HOMEM :

Admirável! *(Nabucodonosor sorri satisfeito)* Sempre ambicionei conversar com um morto! *(Vai sentar-se num banco)* E ainda por cima, com um morto imortal... *(Novo sorriso de Nabucodonosor)* embora o teu processo de alcançar a imortalidade tenha sido matar, roubar e saquear *(Nabucodonosor faz um gesto de protesto)* Vamos ao que interessa. Ouvi dizer que em vida te interessavas por desvendar mistérios e sonhos... Pensaste alguma vez no mistério do ovo?

NABUCODONOSOR (preocupado):

Que mistério é esse?

HOMEM (admirado):

Ignora-lo? !... *(Levanta-se, desconfiado)* O quê? Depois de morto ninguém to revelou? !...

(Nabucodonosor parece perplexo. Neste momento entra apressadamente o MOÇO, corre até à mala do Filósofo, pega nela e espera. O Filósofo levanta-se, cumprimenta a Senhora que lhe estende a mão e se põe imediatamente a ler o jornal. O Filósofo seguido do Moço encaminha-se para a porta da esquerda. Ao chegar em frente do Homem, pára e espeta o dedo no ar. Toda esta cena é muda e muito rápida).

FILÓSOFO :

Não esqueça nunca, jovem estudioso, que o absoluto é cognoscível. *(Secamente)* Passe muito bem.

(Saem ambos pela esquerda).

NABUCODONOSOR :

O mistério do ovo?!... Os mistérios apavoram-me. Preciso de encontrar Daniel, o adivinho... Ele me explicará... *(Saindo pelo fundo).* Daniel! Ó Daniel!... Daniel!

(Ouvem-se um apito e os ruídos de uma máquina que se põe em andamento. Entra pela direita o Homenzinho com a lista telefónica nas mãos, lendo. Atravessa a cena e sai pela esquerda).

SENHORA :

Que monstruosidade! Credo!... que divertido!... *(rindo)* Ah! Ah! Ah!... Não imagina o que estou a ler.

HOMEM :

A Senhora não está no seu perfeito juízo. Eu imagino tudo... por mais horrendo que seja!

(Neste momento surge do fundo — canto da direita — a JOVEM ASSASSINA. Mais uma vez o «jogo» de cortinas dará a impressão que se trata duma aparição. Vem toda vestida de verde, traz uma carteira igualmente verde e desmedidamente volumosa).

JOVEM (olhando para os bancos):

Que lindo verde têm estes bancos! *(Acaricia o assento de um deles. Olha então para o Homem, corre até ele, e fita-o nos olhos; parece decepcionada).* Que pena!... Tem os olhos castanhos!

(Entra Nabucodonosor pelo fundo; vem desolado).

NABUCODONOSOR (deixando-se cair sobre um banco, voz magoada):

Chamei, ninguém respondeu. Escutei, nada ouvi. Procurei, foi em vão; a morte tudo me roubou... *(Com um certo ímpeto).* Velha ladra, que fizeste do meu corpo... e do meu querer?... *(Com um sorriso magoado)* Não tenho o direito de me revoltar: os mortos são dóceis.

HOMEM (apresentando):

Nabucodonosor, rei da Caldeia. Uma Senhora amadora de verde.

JOVEM (rectificando):

De olhos verdes... Ah! os homens de olhos verdes!... *(Deliciada)* Ai! que horror!... a brilharem, a fitarem-me... *(Dando um estalido com os dedos e estre-*

mecendo histèricamente) Tric! Uma mola salta dentro de mim... Tric! Tric! *(Fazendo festas na carteira)* Abro a carteira, puxo do revólver e disparo sobre o homem de olhos verdes que está à minha frente... Depois, arranco-lhe os olhos, desinfecto-os e guardo-os numa cómoda Império que tenho no meu quarto *(Deliciadíssima)* Ai! que horrorzinho! *(Assustada)* Receio ter abatido todos os homens de olhos verdes que havia no mundo.

HOMEM :

Procure, talvez ainda encontre algum... Sobretudo, não desista. *(Pensativo)* Eu também não desisto...

NABUCODONOSOR (levantando-se, resoluto):

Nem eu!... Apesar de morto hei-de encontrar o Daniel. *(Chamando)* Daniel! Ó Daniel...

(Nabucodonosor sai pelo fundo. A Jovem que distraìdamente olhava para a porta da direita, estremece).

JOVEM (apontando com a mala, muito nervosa):

Passou por ali um homem... Terá os olhos verdes?

(A Jovem precipita-se para a porta, enquanto que o Homem vai lentamente sentar-se no banco da Senhora. Esta lança um sorriso bondoso).

SENHORA :

Vai então viajar?

HOMEM :

Vou... e a senhora?

SENHORA :

Também.

(Ouvem-se o apito e os ruídos do costume. Entra pela esquerda *o Homenzinho que atravessa a cena muito ràpidamente e sai pela direita onde aparece pouco depois a Jovem).*

JOVEM (aborrecida):

Ei-lo!... Tem uns horríveis olhos azuis.

(Entra o POETA INSPIRADO. É alto e magro ; vem vestido

de Poeta dos fins do século passado e tem um ar inspiradíssimo ; cabeça deitada para trás, andar e gestos lentos, ondulantes, voz quente. O Moço segue-o com uma mala muito pequena, a uns passos de distância).

POETA (parando à entrada, gesto largo):

A genialidade só nasce no seio da arte!... Mas *(dá um passo para a frente)...* em que consiste a genialidade? Em captar!... Mas *(outro passo)* captar o quê? O fugidio *(Põe-se a andar sinuosamente)*, o escorregadio, o inefável. *(Pára)* Em suma, captar o incaptável.

HOMEM :

E o senhor captou?

POETA (erguendo-se na ponta dos pés e levantando os braços):

Quase! *(mais alto)* quase! *(mais)* quase!

SENHORA :

Estes poetas são tão cómicos!

(A Jovem aproxima-se do Poeta, indecisa).

HOMEM (ao Poeta):

O que faria se estivesse ao seu lado uma jovem assassina de homens de olhos verdes?

(A Senhora dá uma gargalhada).

POETA (depois de um silêncio):

Captei!... Sou genial! *(Deslizando graciosamente enquanto se ouve uma melodia celestial)* Vejo-a!... Sinto-a! Falo e parto com ela...

MOÇO :

Só faltam três minutos.

(O Poeta lança-lhe um olhar de desprezo do alto da sua genialidade e volta a andar ao som da melodia).

POETA :

Partimos por uma manhã clara. Para onde? País verde... Vivemos!... Como? Em verde... Sonhamos, amamos, morremos... Mortos pelo verde...

(Saem o Poeta, a Jovem e o Moço. Cessa a melodia).

SENHORA (para o Homem):

Para onde vai?

HOMEM :

Para o campo.

SENHORA :

Vai descansar

HOMEM :

Não. Ver galinhas.

SENHORA :

É verdade! Já me esquecia da sua atracção pelos ovos e as galinhas. *(Com ar de dúvida)* Como passatempo acho pouco divertido.

HOMEM :

Engana-se. É colossalmente divertido! Depois de ter visto muitos ovos e muitas galinhas, poderei dar largas à minha fantasia. *(Recostando-se com à-vontade)* Por exemplo: para acabar com a história do Homenzinho...

HOMENZINHO (surgindo pela direita como um autómato):

4.56.78.

HOMEM (continuando):

...do rei Nabucodonosor...

NABUCODONOSOR (aparecendo ao fundo):

Para os mortos tudo é inútil!

HOMEM (prosseguindo):

e da Jovem assassina...

JOVEM (entrando pela esquerda):

Detesto os poetas.

HOMEM (continuando sempre):

imaginarei um desfecho trágico. Que lhe parece?

SENHORA:

Assim, assim...

HOMEM:

Talvez este: a Jovem descobre que os olhos de Nabucodonosor são verdes.

(A Jovem aproxima-se de Nabucodonosor e fita-o, hesitante).

JOVEM (deliciada):

Não tinha reparado... Tric!

(A Jovem aproxima-se mais, abrindo ostensivamente a carteira. Nabucodonosor recua assustado e sai de costas pelo fundo, seguido pela Jovem. Ouve-se logo em seguida um tiro e a queda de um corpo pesado).

HOMEM (apontando para o Homenzinho):

Quanto ao Homenzinho... haverá incompatibilidade entre saber de cor todos os números de telefone do mundo e amar perdidamente uma jovem vestida de verde?

(O Homenzinho, que dera sinais de impaciência, precipita-se para o fundo, vira-se para o público, leva as mãos ao peito, trágica e apaixonadamente, e sai).

HOMEM (para a Senhora, com naturalidade):

Isto tudo é bastante aceitável... não acha?

(Neste momento entra o Moço pela direita, muito atarefado).

MOÇO (para a Senhora):

Não perca o comboio. Por favor...

SENHORA :

Gostava de te ver sorrir uma vez pelo menos.

MOÇO (esforçando-se):

Sim, minha senhora.

SENHORA (para o Homem):

Quanto à sua história, confesso que a não acho muito verosímil. É cómica... e basta!

(Cumprimenta gentilmente o Homem e sai apoiando-se no ombro do Moço. O Homem levanta-se e encaminha-se lentamente para o meio da cena).

HOMEM :

De facto, esta história é pouco verosímil... Mas, haverá alguma coisa verdadeiramente verosímil? A começar por um ovo, é tudo tão estranho! *(Tira um ovo da algibeira)* Esta coisa de aspecto pouco transcendente que é um ovo!... *(Em tom de confidência)* Um dia a casca rompe-se e sai daqui um pequeno ser que começa com o seu cérebro minúsculo a criar o mundo, a dar-lhe forma, cor, sabor... sentido! Com as suas correrias pela capoeira, o pinto enche o Tempo e o Espaço... Conhece a dor, o prazer, os pequenos momentos de vaidade, os grandes sonhos, e o amor... Um golpe de pouco mais de um centímetro põe fim a esta história tragicómica... E os homens comem ovos e galinhas com perfeita tranquilidade de espírito... *(Põe o ovo na algibeira)*. Pois bem, farei como eles... Mas, desde que a história do nascimento, vida e morte de um pinto, deixou de ser para mim um enigma palpitante, não sei porque havia de admirar-me com as aventuras de Nabucodonosor, da Jovem assassina e do Homenzinho.

(O Homem vai a sair pela esquerda mas neste momento entra o Moço. O Homem mostra-lhe o ovo).

MOÇO (espantado):

Um ovo!

C A R L O S   M O N T A N H A

NOTA. — Esta peça foi representada pela primeira vez em 25 de Junho de 1948 no Teatro Estúdio do Salitre, encenada por Gino Saviotti, com apontamentos cenográficos e figurinos de Graziella Molinari e a seguinte distribuição: o Homem: Ricardo Alberty; a Senhora bem disposta: Fernanda Martins; o Filósofo: Luís Horta de Mendonça; o Poeta inspirado: António Manuel Couto Viana; a Sombra de Nabucodonosor: Artur Ramos; a Jovem assassina: Lucília Farinha; o Moço preocupado: António Saraiva; o Homenzinho: João Garcia. Caracterizações de Júlio de Sousa.

PROBLEMAS DE ESTÉTICA LITERÁRIA

I — COMUNICABILIDADE, REVIVESCÊNCIA E TRADUÇÃO DAS OBRAS LITERÁRIAS

A *revivescência* da obra de arte, o mais vivo, intenso e pessoal acto de cultura, é, como por esta palavra quero pròpriamente definir, um acto independente da sua criação, um acto de *outro*, mesmo quando, porventura, do seu criador se trate, pois será *outro* já o que a revive como obra feita, diverso daquele que, em dado momento, e só nele, a pôde criar.

A revivescência da obra de arte não tem por base um acto criador mas um acto de identificação com ela e o génio que a fez, por vezes só com ela, outras vezes mais particularmente com este, e, quando melhor, com a unidade viva e complexa que é a obra e a personalidade que a criou. Sem essa indentificação basilar não há *revivescência* da obra de arte. Podemos ver e ouvir e mesmo o que, cumummente, se diz *admirar* e até sentir um *prazer*, através daqueles sentidos físicos através dos quais a obra se nos transmite. Mas não haverá revivescência verdadeira da obra de arte, nem, para o indivíduo, o gozo, mais intenso e já inefável e engrandecedor, que representa a sua identificação com os mais altos momentos da perpétua criação humana.

Creio possível definir o que seja a comunicabilidade verdadeira da obra de arte, qualquer que seja a matéria de que ela for feita, linguagem ou argila, *material* de construção ou música, *processos* picturais ou pedra bruta, objecto que se afeiçoa e permanece ou momentânea estatuária de gestos e movimentos representativos.

A obra de arte é comunicável pela faculdade que tem todo o homem (embora em grau muito variável, de indivíduo para indivíduo) de a reviver ele próprio. Não é de modo algum essa faculdade a do mero gozo espectacular nem com ele necessàriamente coincide. É uma faculdade, mais profunda e mais alta, de *identificação*, momentânea mas repetível, embora sempre diversa, com o criador e a sua obra.

Uma obra de arte só verdadeiramente se comunica aos que a revivem. E tanto mais intensa e mais funda será a sua comunicabilidade quanto mais perfeita puder ser a sua *revivescência* e mais naturalmente possível a *identificação* em que ela se baseia e que por ela se torna perfeito e profundo prazer espiritual e meio de enriquecimento da personalidade.

A identificação é mais natural e mais intensa quando quem revive a obra de arte possui, ele próprio, o domínio da matéria artística de que ela for feita. Assim o acto criador e a obra criada serão revividos com inteireza e a identificação na revivescência será mais íntima e mais profunda.

Isto é verdadeiro para todas as formas da criação artística, embora em graus muito diferentes e tão característicos para cada uma delas que poderia, com base no valor da inteireza daquela indentificação, estabelecer-se um novo sistema das Belas-Artes.

Há que distinguir prèviamente, porém, entre a simples provocação de um prazer estético de superfície e o verdadeiro e

profundo gozo estético que implica a *revivescência* da obra de arte e do seu acto criador ou da intenção e ideal que por ele foram realizados. Distinguir mas não considerar opostas a facilidade no primeiro, e superficial, e a dificuldade no segundo, e mais intenso e verdadeiro gozo estético. Essa oposição nada representaria de verdadeiro e profundo.

Há obras de arte que fàcilmente transmitem um superficial prazer estético e de que, no entanto, só dificilmente se pode alcançar a inteira e perfeita *revivescência*, origem de um gozo estético profundo. E há prazer estético superficial, embora por vezes intenso e mesmo alto, que em nós é suscitado por causas naturais ou objectos de arte (mas, então, produtos de arte, apenas, e nunca verdadeiras *obras)*, sem possibilidade ou com inutilidade do seu aprofundamento em revivescência e identificação com o seu acto criador.

O que não quer dizer que perante coisas naturais, as paisagens e as formas da Natureza, não haja a possibilidade das mais intensas e altas revivescências estéticas pela identificação momentânea, que pode ir até ao sublime e ao êxtase, com as forças da criação, o esforço vital ou a Divindade.

Quando se afirma, porém, a comunicabilidade da obra de arte, seja, por definição, necessária, só relativamente à maior ou menor inteireza com que pode realizar-se a sua revivescência pela identificação, momentânea mas profunda, de quem a revive, com o acto criador e genial que nela se perpetuou.

Se para todo o homem é possível reviver a grande obra de arte e *cultura* do indivíduo é, em grande parte, o desenvolver dessa possibilidade, tornando-a extensiva a todas as *artes* e fazendo mais intensa e de maior inteireza aquela comunicação com o génio criador e sobre-humano.

Grande parte dessa possibilidade está no *sentimento*, mais ou menos intenso e completo, mas verdadeiro, da matéria artística com a qual a obra de arte foi criada.

O *sentimento* natural da matéria artística é compenetração entre ela e o indivíduo e não significa o conhecimento da técnica da arte, geral ou particular, do criador. Esse conhecimento pode, ou não, coincidir com uma viva e intensa compenetração do homem culto e da matéria artística da obra que ele revive. Pode facilitá-la, muitas vezes, mas também fazê-la mais difícil ou imperfeita.

A faculdade de revivescência das obras de arte não é, por modo algum, restrita aos conhecedores das suas técnicas.

Exige uma cultura prévia, sim, mas que leve a *sentir* directa e profundamente a matéria artística. É cultura do *sentimento artístico*, não ciência dos processos técnicos.

O sentimento artístico é mais natural e mais susceptível de aprofundamento se a matéria artística de uma obra constitui a própria forma de expressão do sentir de quem a revive.

A forma natural de expressão de todo o homem — a linguagem — é por isso também a matéria artística que mais directa, profunda e inteiramente pode ser *sentida* por alguém. De todas as formas de criação artística a mais natural e perfeitamente comunicável é a que emprega a linguagem e a tem por matéria — a obra literária.

Ela é mesmo a única inteiramente comunicável.

Só a obra literária permite uma revivescência integral e a identificação perfeita com o génio que a criou.

Mais inteira e profundamente comunicável a obra de arte que tem por matéria a linguagem... E no entanto (é o que se tem dito) por esse mesmo emprego de uma linguagem está limitada a sua comunicabilidade aos que *possuem* a própria linguagem com que ela foi criada.

Mas estará, de facto, limitada a comunicabilidade verdadeira de uma obra de arte feita com uma linguagem àqueles sòmente que a possuem, também, como sua? Haverá uma invencível discordância entre a extensão e a inteireza dessa comunicabilidade?

Será a Literatura uma arte que, permitindo a mais inteira e natural *revivescência*, só a permita a quem sinta e pense e se exprima na linguagem com que foi feita a obra e que condicionou a sua criação?

A interrogação posta, assim, com um carácter absoluto, desde logo demonstra que seria um erro a afirmativa.

O problema é muito mais complexo e precisa ser elucidado porque na sua exacta compreensão está implícita a directriz verdadeira da cultura perante as obras literárias, precisamente aquelas obras de arte em que mais directa e profundamente se exprime o Homem e que mais naturalmente e com mais inteireza podem ser revividas.

É evidente que quem tenha por sua a linguagem com que foi feita uma obra literária estará nas condições naturais de a reviver e se identificar com o seu acto criador.

Mas, aqui mesmo, haverá diferenças muito grandes, dependentes da perfeição com que se possua a própria linguagem. Ter como sua e natural uma linguagem não é o mesmo, evidentemente, do que conhecê-la, possuí-la inteiramente, torná-la o instrumento, não apenas da comunicação entre indivíduos mas de outra, mais alta, do indivíduo com a sua Nação, com a Cultura e consigo próprio, pois que a linguagem é a forma por que se lhe torna consciente a vida psíquica.

Na sua grande maioria, os homens, mesmo os muito *instruídos*, porque se não elevaram à consciência do humano que neles é possível e não são verdadeiramente cultos, não chegam a viver e a possuir a *linguagem*. Falam e dizem *palavras* e comunicam com os outros, por meio delas, qual o viajante que emprega um manual de conversação. Falam mas não pensam e vivem a linguagem.

O povo português tem uma expressão, muito curiosa, que poderá definir esta vacuidade, para muitos, das palavras que empregam: «Quer dizer amor e não lhe chega a língua». Quantas pessoas, na verdade, viverão repetindo palavras, ricas do mais extraordinário conteúdo humano, sem que para si sejam senão *palavras?*

Quantos falarão por falar, ou para com outros conviver, sem nunca terem sentido que, na linguagem, eles próprios se exprimem e adquirem a consciência do que são, desejam e sofrem?

Para todos esses, a linguagem não é expressão pessoal. E também não pode ser, ou muito menos poderá ser, um meio de conhecimento e revivescência das obras literárias.

Quem se eleva à consciência do valor real e profundo da *linguagem* estará apto, por um esforço de *conhecimento*, a compreender qualquer obra literária, e de qualquer língua, mais apto do que a sentir as obras na sua língua nacional aqueles que só falam por falar.

O homem que possui o verdadeiro sentido íntimo da *linguagem*; para o qual ela é expressão e meio de conhecimento, revelação da vida psíquica, *Verbo*; esse homem pode sempre alcançar a integral revivescência de qualquer obra literária, porque é neste mesmo valor da linguagem que ela se funda, é esta sua qualidade expressiva o que a faz matéria artística. Pode perfeitamente admitir-se a existência de um *idioma* que não seja meio de expressão nem de conhecimento mas apenas o meio dos homens comunicarem entre si, o que nada importa à vida interior e profunda mas é necessário no quotidiano. De que outra forma serão empregadas as próprias linguagens nacionais, tão ricas de conteúdo humano, pelos poliglotas? Estes faladores sabem dizer «pão» e «dinheiro»

em muitos idiomas mas talvez quando queiram dizer «amor» não lhes chegue a língua.

Não é de modo algum verdadeira a frase: «quantas línguas fales tantos homens vales». Tantos faladores valerá, sim, mas nenhum *homem*, aquele indivíduo que, por um constante jogo de adaptações, substituir, à sua linguagem e ao seu verdadeiro *eu* expressivo, o emprego superficial de significados.

Parecerá que com esta observação, e a implícita condenação do triste caso (desumanizador) dos poliglotas, se deverá concluir pela verdadeira impossibilidade de uma perfeita e humana comunicação entre pessoas que possuam diferente linguagem nacional.

Mas é, precisamente, o contrário o que ela exige que concluamos. As várias línguas nacionais que possam empregar os faladores poliglotas perderam para eles todo o seu conteúdo. São, quais os gestos e pouco mais do que eles (e às vezes menos), um meio de comunicação superficial, imperfeito e sem nenhum sentido humano.

O automático, e às vezes muito *exacto*, emprego dos significados faz das várias linguagens usadas, no seu conjunto, uma dessas monstruosidades que se crismaram *idiomas internacionais*. São, no seu conjunto, um *esperanto*, ou seja, uma desumanização da linguagem, uma estúpida e inútil monstruosidade.

Não é dos menos graves sintomas de desumanização que se têm manifestado na nossa época, o desejo e o aparecimento (sempre artificial e sempre votado a breve ruína) desses idiomas internacionais que, querendo e devendo reduzir-se ao «essencial» para a comunicação entre os homens, não permitem exactamente o *essencial* da sua verdadeira comunicação de seres humanos.

Em vez de procurarem entender-se pelo que constitui o valor humano, sério e verdadeiro da linguagem, sem diminuição funda da sua capacidade de expressão, os homens apressados, que dirigem a própria vida por um *manual do viajante*, querem limitar-se a falar um mínimo de palavras que seja *básico* para tudo o que não tenha nada do humano essencial.

Mero gosto do fácil e do que não requer o esforço natural da expressão.

E porque no emprego da própria linguagem há, necessária e naturalmente, esse prévio esforço de expressão, para que seja consciente o que se diz, vivido e real o que se traduz em palavras, acabam todos os «apressados» por não possuir nenhuma verdadeira linguagem. E porque a fala que empregam, mesmo que seja a sua, é reduzida e sem conteúdo verdadeiro, estarão inaptos a saberem e possuírem outra linguagem, o que não acontece a quem possui autênticamente a sua linguagem nacional.

Todas estas deduções levam a compreender que há, para além das diferenças, quaisquer que elas sejam (e por vezes são enormes), que dividem as linguagens entre si, uma base comum, que permite a sua mútua e verídica inter-tradução.

Esse fenómeno, idêntico em quase toda a Humanidade, que é o da expressão pela linguagem, pela palavra articulada, consente a *tradução* e permite a compreensão de qualquer delas. Da mesma forma, pela tradução directa ou por meio de um *intérprete* verdadeiro, de um verídico e seguro tradutor, a matéria verbal da obra literária poderá ser apreendida de modo a permitir a sua *revivescência* e o gozo estético que nela se funda.

Menos naturalmente do que a obra feita com a linguagem nacional de quem revive uma obra literária mas não menos inteiramente, se há o correspondente esforço necessário. Esse esforço, que é estudo e saber mas também meditação do comum valor da linguagem através das suas diferenças, varia de intensidade mas é sempre fundamentalmente o mesmo e sempre possível.

A condenação bíblica da confusão das linguagens não foi absoluta. O que foi pensado e vivido numa linguagem é susceptível de ser repensado, ou, melhor, revivido pela sua tradução.

Insisto no palavra *tradução* porque é esse e não outro o fenómeno verdadeiro da penetração inteira e verídica de qualquer outra linguagem que não seja a nacional. Ninguém pensa e se exprime senão numa linguagem, e na sua e própria, embora se *traduza* fàcilmente em outras línguas, e tanto mais fàcilmente quanto mais afins.

E também a compreensão verdadeira de outra linguagem é feita por uma tradução, não das palavras nem já dos sons, por vezes, mas do sentido expressivo e do significado profundo e último da linguagem, daquilo que se não aprende senão porque se pensa através de uma outra e só linguagem que é a própria e nacional.

É esta a limitação irredutível e invencível do *nacional*, na Literatura. Não a das palavras mas a do pensamento verbal que serve de base à compreensão da obra literária. Quer dizer, é como nacional que se compreenderá bem o estranho.

Não se esqueça, no entanto, que as línguas nacionais em que foi principalmente pensada e fixada a Cultura do Ocidente, e também se expandiram a quase todo o Globo, têm uma afinidade basilar que permite, a qualquer homem *instruído* e capaz de um esforço de atenção, *traduzir*, directa e integralmente, o seu pensamento verbal para a linguagem que lhe é própria.

Direi mais: qualquer homem instruído e culto do Ocidente pode, com um pequeno esforço e quase naturalmente, possuir, com capacidade de *tradução*, além do Latim, as quatro línguas de expressão universal — o Inglês, o Francês, o Português e o Espanhol, e ainda o Italiano, tão importante pela Cultura que fixou, e o Provençal, que lhe deu início.

Falo, é bem de ver, do homem de qualquer dos países de que seja, uma destas, a língua nacional.

Mas acrescento que para todos os homens instruídos, no Mundo, é já, e será naturalmente sempre e cada vez mais, uma, duas ou mais daquelas quatro línguas, já mundiais, do Ocidente (o Inglês, o Francês, o Português e o Espanhol), e só essas, o meio de comunicação universal.

E já não é possível considerar pouco extensa a comunicabilidade — directa e por tradução — das obras literárias, sendo tão vasto o campo linguístico. Dentro dele a tradução directa requer um fácil esforço, para qualquer pessoa instruída. Menor esforço mesmo será esse do que a posse verdadeira da própria linguagem, sem o qual aquele será, aliás, inútil. Os erros principais e as incompreensões dos *tradutores* provêm menos de um deficiente saber da língua de que traduzem do que de um insuficiente conhecimento da língua para que traduzem e da imperfeita posse da sua mesma e nacional linguagem.

É esta que leva naturalmente ao saber e posse de outras linguagens afins, para a tradução directa e pessoal. E é essa tradução, não a conversa, o que importa à Cultura Nacional e à *revivescência* das obras literárias que é indispensável à cultura individual e tanto a eleva.

Ficam-nos de fora do âmbito (já, porém, muito vasto) da fácil comunicação das linguagens afins, pela tradução directa, outros e importantes *mundos de cultura*. De um deles — o Grego — depende, no entanto, em grande parte, a nossa Cultura Ocidental.

Será caso, por isso, de exigir, como verdadeira e perfeita instrução e meio de conhecimento indispensável à cultura, a ciência da língua grega?

Não o creio, nem o consente dizer a verdadeira compreensão do que seja a posse de uma linguagem. Esta só existe se é

perfeita, íntegra, meditada e continuamente vivida. *Tinturas* de grego e de latim são absolutamente inúteis. O que é de exigir, como elemento indispensável de uma verdadeira cultura nacional, é que se realizem traduções das obras gregas e latinas, para a linguagem nacional, por pessoas que possam ser os justos e profundos intérpretes dos valores da linguagem em que as obras foram feitas.

Digo mesmo para o Latim, apesar de relativamente fácil a tradução directa, porque diferentes são o espírito da língua latina e o das línguas que nele se dizem baseadas. Digo especialmente para o Grego.

E o mesmo direi das línguas do *Mundo Germânico* e especialmente Alemão, verdadeiro e alto mundo de cultura, de conhecimento indispensável. E o mesmo do *Mundo Slavo* e dos outros, para mim mais importantes, das Línguas Semitas, e das Línguas Orientais, e as de todos os pequenos mundos de Cultura, às vezes tão alta e tão valiosa, embora não vasta, de línguas *mortas* ou de poucos faladas.

Pela tradução, justa e verdadeira, das obras valiosas de todas essas línguas aumentar-se-ia o valor e poder cultural da nossa própria linguagem. E não seria inútil que com essa tradução, mais difícil de fazer, também se vertessem, para a linguagem nacional, mesmo as obras das outras línguas afins. Com estas traduções o homem instruído e capaz de realizar a sua tradução directa, só teria a ganhar, pois elas lhe permitiriam uma comparação, incitante do seu esforço. Para outros, incapazes desse esforço, seria o meio único de um necessário conhecimento de muita obra essencial.

Isto implica afirmar a necessidade de uma organização de tradutores como um dos meios de enriquecimento, sério e constante, da Cultura Nacional. Organização de tradutores que só o Estado poderá fazer, com a necessária vastidão, e que deverá fazer para bem cumprir uma das suas principais funções.

Uma das forças enormes das Culturas Inglesa, Francesa ou Alemã (e em parte, ainda, da Italiana) é terem integrado nas suas línguas nacionais as obras valiosas de outras e as mais diferentes.

Assim, por exemplo, na língua nacional Inglesa é possível conhecer e *reviver* a obra dos Trágicos Gregos ou a de Virgílio, os Livros Sagrados do Oriente ou os romances de Tolstoi. Pela tradução para uma linguagem nacional, pois. E necessàriamente.

Que cérebro humano e que tempo de vida poderiam admitir a directa e pessoal tradução de obras de línguas tão diversas?

A tradução (e sempre há uma tradução para a linguagem nacional) será sempre mais segura, e mais vantajosa mesmo, quando feita por um justo e profundo intérprete que, a esse trabalho, tão alto, de interpretação, possa dar a sua principal actividade.

Para as obras literárias das línguas não afins da nossa a revivescência carece, pois, de um *intérprete*.

Terrível limitação da comunicabilidade da obra literária, ocorrerá, imediatamente, dizer, aos precipitados.

Mas, medite-se um instante sobre a chamada *linguagem universal*, sobrè a matéria artística a mais fàcilmente comunicável que é a Música. A quase totalidade dos homens não conhecerá a Música apenas e exclusivamente através da sua interpretação por alguns poucos especializados em, por esse modo, engrandecerem a Cultura Humana?

Não será quase sempre através de intérpretes que nós podemos reviver as obras de arte musicais?

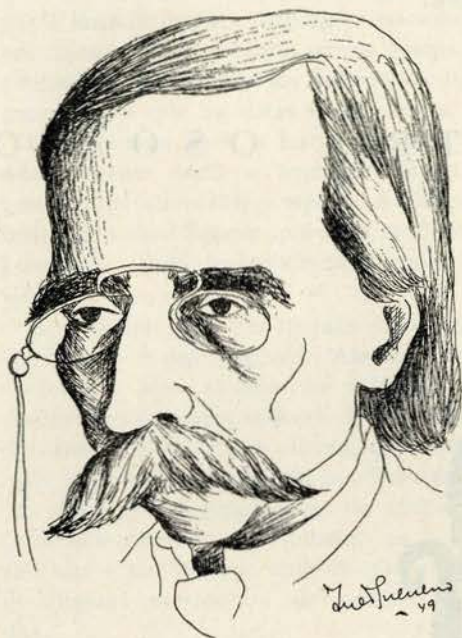
E essa interpretação tem sempre muito de pessoal (tem-no por necessidade, até, da sua beleza e vibração) e muito menor é, portanto, nela, a directa comunicabilidade que provoca a pessoal revivescência da obra de arte.

É quase certo que (a não ser para um *maestro* e um verdadeiro intérprete e artista músico) qualquer pessoa mais naturalmente e com mais inteireza pode reviver a criação literária que conheça por uma tradução alheia do que realizar a verdadeira *identificação* e a *revivescência* da sua mais amada obra musical.

E outro exemplo maior não será necessário do que esse, constante, da revivescência, dominadora, dos Evangelhos.

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

MARGINÁLIA CAMILIANA

«CRONISTA DE MOÇAS»

A mais graciosa, humorada, autodefinição de CAMILO acha-se porventura neste intercalar do magistral conto «História de uma Porta», nas *Noites de Lamego :* «— Pode-me contar a história dessa moça? — interrompi eu com a grossaria desculpável à curiosidade de um futuro cronista de moças».

«CRONISTA DE MOÇAS» — memorável corruptela designativa do nosso mais acendrado inquiridor de fatais paixões femininas, pertencendo, e primando nela, à geração que Ramalho bem focou : «Para todos estes homens, moços, aparentemente despreocupados, violentos, desabridos, uma só coisa grave, irredutível, sagrada, parecia existir na vida. Era o amor. De tudo o mais zombavam. Havia um desprezo convicto e geral pela fortuna, pelo dinheiro, pela consideração social, pelo próprio trabalho, e até pela saúde. A mulher, porém, a mulher sensível, a mulher amante e amada, a simples mulher romanesca, era um ídolo para cada imaginação, tinha em cada coração um culto, — culto pasmosamente ingénuo e cândido, resistindo a todas as provocações do ridículo : ao namoro de rua pela hora portuense do *despegar da agulha,* ao namoro da igreja durante a Semana Santa ou na missa da uma hora aos domingos, à carta clandestina com erros de ortografia, à recitação ao piano, ao anel de cabelo, ao bordado a missanga!»

...CRONISTA DE MOÇAS — quase equação para o cronista de doze casamentos felizes e à roda de doze mil infelizes amores!... Em tudo, ou menos pouco, se vislumbra o expressivo aposto. Para o interessadíssimo em mulheres, a perspicácia óptima com que a Rainha D. Luísa de Gusmão, destremou, menos ingènuamente do que El-Rei, uma das tramações dos Mascarenhas (Óbidos e Soure) contra os Césares (depois Sabugosas), tramações que — como as de sentido inverso — compõem a «*Luta de Gigantes*», queda explicadíssima «*com subtil dialéctica de senhora*», predicado que optimistamente lhes dá, às senhoras todas, optimistamente, sem ver que rara ou nenhuma a detém!... O mesmo livro, da mesma tecla, traz ainda esta verdade aparente (porque muitas mulheres padecentes azedam — e aí viria o Freud mostrá-lo) :... «ninguém sabe consolar como mulheres que sofreram». (Ver Cap. VI de «*Anátema*» — «*Em que o autor diz o que pensa a respeito das mulheres ; pedindo vénia para ousadia tamanha*»). Mesmo romance, a págs. 65 da 8.ª ed. : «D. Inês

da Veiga principia a ser romântica ou desgraçada, que é quase sempre o mesmo». E, na 99: «Tinha sofrido o que só podem sofrer mulheres espiritualizadas por brios de uma grande afeição». O panegírico genérico torna, nas págs. 194 e 195: «A mulher que nasceu boa do coração e cresceu com as suas ilusões inocentes, quando o homem lhe aparece por detrás dos seus sonhos, exala, como a flor de Abril, os perfumes da sua candura, abre-se ao sol do amor com todo o viço da sua generosa afeição, e, como a flor de Abril, morre na manhã dos seus amores, queimada por um raio desse sol que lhe fecundara no seio a esperança florida dos afectos puros».

Verdade imensa e comprimida, como as do Autos de Gil Vicente, esta, de pág. 353: «O amor dá coragem e dá fraqueza. É, e será sempre, um mistério». Tão provado e clarinho como tal, o que eu ouvi à *Carmo-do-guarda-portão,* analfabeta e viúva da minha terra: «— Ai, *mê* senhor! O casamento só me dava *felicidades tristes!*».

No «*Cavar em Ruínas*», chega Camilo à superlativa hipótese galante de um «método de quem ensinasse química a senhoras».

O *Discurso proemial* dos «*Anos de Prosa*» trinca esta ironia: «Há cinquenta anos que as senhoras não liam romances, por uma razão cujo descobrimento me custou longas vigílias: — não sabiam ler. Algumas, rebeldes à vontade paternal, conseguiam soletrar e escrever à tia uma carta em dia de anos, copiada do *Secretário português* de Cândido Lusitano. Os pais aceitavam com repugnância aquele abuso de inteligência, e castigavam a filha, forçando-a a um trabalho literário semanal: escrever em cada segunda-feira o rol de roupa».

...Mas «Quem decide do futuro do homem, fora do comum das massas, que se mexem como máquinas, é a primeira mulher que se ama» — *decide* Padre Dinis nos «*Mistérios de Lisboa*» (Vol. I, 9.ª ed., pág. 252); e Frei Baltasar, no Vol. II, pág. 18, descreve a condessa de Viso: Esta mulher tinha tudo que perde um homem. Era de uma formosura peregrina, e de um espírito enriquecido por tal arte com os dotes da inteligência, que pelo amor de tal mulher, pelos afectos desperdiçados ao homem boçal com que a casaram, eu seria um anjo, e um demónio, seria um virtuoso humilhado a todo o mundo para dominá-la a ela, seria um assassino dos meus amigos, se a condição do meu domínio fosse tal. Um homem, que sente assim, não é seu nem da virtude, nem do crime, nem de Deus, nem da sociedade... É dela... é o que ela quiser que ele seja».

Ai! Já no *Livro Quarto,* (Vol. III da citada edição, pág. 6) quem não se escravizará ao riso ante o *fino* quadro deste encontro: «Alberto entrou na sala, em que era esperado pela duquesa, (de Cliton, elucidamos nós) que palitava os dentes, com estudada indiferença, ou com a mais tranquila familiaridade». !!!...É esta mesma, aliás, que partilha com Eugénia de Magalhães, mulher de Alberto depois de serva e amante do conde de Santa Bárbara, — *uff*!!!... — uma cena impossível, na pág. 31: «A duquesa tirou um lápis, chegou em passo de rainha de tragédia à parede, e escreveu:

MANEL, THACES, PHARES.

D. Eugénia reparou, e riu-se.

— Achou galantaria aos meus apelidos? — perguntou a duquesa, persuadida do riso ignorante de Eugénia.

— Galantaria, não; parece-me ridícula a sua mão, querendo arremedar a mão de Deus no festim do rei de Babilónia!

E continuou a rir-se com a mais pungente zombaria.

A duquesa enfiou.

— Ria, senhora; mas imagine aquelas letras escritas com sangue, e não com fogo...

— Isso é muito bonito em romances,

Sr.ª duquesa; mas aqui... repare... uma pouca de saliva e uma luva faz desaparecer a sua legenda.

Eugénia cuspiu no letreiro, e com uma luva deixou apenas uns laivos escuros.

— Acho-a sublime, senhora»!

Hoje, ninguém decente receberia a duquesa ou D. Eugénia, vezeiras em palitar os dentes e cuspir nas paredes!!!...

Pág. 119: «O coração da mulher é um abismo. Este axioma é já tão velho, que não é habilidade nenhuma repeti-lo. Habilidade é sondar o dito abismo e adivinhar a mulher. Muitos o tentam, e poucos conseguem vir a lume com a pedra filosofal. É uma exploração perigosa como a dos exploradores. É como as viagens do polo, em cujos gelos ficam sepultados os nautas atrevidos. E, se não fosse assim difícil a conquista, a mulher não valia nada. O que a faz preciosa é o segredo». Já nas 121 e 122, a *sonda* é empregada assim: «As mulheres, de tempo a tempo, quando principiam a duvidar da sua formosura, gostam de colher bons resultados das tais experiências. Se há alguma superior a estes louváveis caprichos, não a conhecemos. As mais veneráveis matronas, as Octávias que levam a mão ao nariz quando as incomodam os perfumes das Lésbias e das Márcias, essas mesmas, que seguem à letra as imposições do sacramento, que as fez boas esposas e boas mães, não se mortificam desmasiadamente se o binóculo impertinente de algum importuno as persegue, inclusivamente na terceira ordem».

Camilo defendeu a pícara e afanosa Guiomar Torrezão, assim, das «alusões não provocadas» de Silva Pinto: «Se não tem motivo justo de agressão, pedia-lhe que a considerasse inofensiva e *mulher*».

«Os olhos reflectiam extraordinaria alegria, transição misteriosa que será sempre um problema, como muitos outros fenómenos do coração da mulher» — confessa o *Cronista* em «*Livro negro de padre Dinis*», pág. 56 do Vol. II.

Agradecendo (em carta do Porto para Coimbra, com data de 19 de Fevereiro de 1875) um livro de Adelino das Neves e Melo, assim reflexiona uma discordância a certa página: «*O desprezo ou indiferença pela mulher* não me parece bastantemente provado antes do cristianismo. Veja V. Ex. no *Banquete de Platão* (...) E se descermos aos enxurdeiros da Roma cesária topamos devassíssimas mulheres muito amadas de grandes homens, e por modo nenhum desprezadas. As Lais, Leôncias e Aspásias não eram menos queridas dos sátrapas e dos filósofos. Quer-me, pois, parecer que o desprezo das mulheres, antes da divinização da Mãe de Jesus, é de algum modo um reflexo do púlpito católico, menos digno de entrar como luz nas profundas observações que V. Ex.ª faz na filosofia da história».

No «Entre-Parêntesis» da pág. 102 da 7.ª ed. de «*A filha do arcediago*», vem o seguinte sorrir: «Oh filosofia das mulheres, tu és sobre todas a melhor das filosofias! A teu respeito poderia eu escrever este capítulo XIII, que ficaria sendo um capítulo de abalo no espírito público, mas não tenho agora vagar, nem me lembra nada que se tenha escrito a respeito da filosofia das mulheres.

Apesar da minha ignorância neste ramo (único em que não sou profundo) tentarei, indulgentes leitores, iniciar-vos na filosofia de Maria Elisa, que foi, honra lhe seja, a mais fervorosa sacerdotisa do culto».

Percuciência de pág. 106: «Quando emprego a palavra «ciúme», não se persuadam que a filha do defunto arcediago era rival de Elisa. Justiça lhe seja feita: D. Rosa era rival do senhor António. Como estas coisas são, não me importa a mim sabê-lo. Há no coração de duas mulheres muito amigas puerilidades assim, segundo me consta».

A partir da 168, o *Penitente,* como lhe chamaria tão transidamente Pascoais, impudora hipóteses hilariantes de ser

«mulher com uma cara sofrível» (!!!) estabelecedora de teorias para acabar (como *Solteira* ou como *Casada*) com «a seita ridìculamente cómica dos *cansados*, dos *cépticos*, e dos *não compreendidos*». Por sinal, na primeira emergência inverosímil, torna a esta preciosidade de *elegância*: «Frutas, comeria uma laranja, uma amêndoa torrada, e o resto do tempo entretê-lo-ia com o palito». Vejam lá!...

Formosa compaixão de novelista por suas figuras (ah! seco e peco Eça!...), a que o faz dizer a *Rosa Guilhermina* (pág. 175) glosas deste motivo: «Ai!... porque cheguei eu a interessar-me na tua sorte, se nunca te conheci!... Porque há-de esta fantasia pintar-me realidades que me fazem dores no coração; quando as vejo saírem infelizes dos bicos da minha pena!... Tenho coisas de muito criança, leitores!... Desculpai-me estas imbecilidades...

Para que vieste tu à janela Rosa, se quase me obrigaste com a tua palidez a discorrer com ternura sobre coisas que me fazem lembrar mil outras, e tão tristes são elas, que nem eu sei se era mais feliz não vindo ao mundo para recordá-las, ou, menos vê-las e esquecê-las para sempre... Forte puerilidade!... Se me não chamam para jantar, neste momento, eu reduzia-me à condição piegas de verter uma lágrima... por quem?

Uma lágrima!...

Sabeis o que é uma lágrima de um homem!... É a perdida essência do sangue que nos alimentaria a existência longos anos!...»

...Também Alexandre Dumas-Pai foi surpreendido a chorar quando acabava a descrição da morte do bom gigante mosqueteiro *Porthos!*

R O D R I G O M E L O

L E I T U R A S

O COMPLEXO E SUGESTIVO SÉCULO XVII

Como vai longe o tempo em que se falava desdenhosamente do século XVII, considerando-o uma época de notória decadência literária e de baixo nível filosófico! O próprio movimento colectivo do Portugal Restaurado, a grande epopeia da reconquista da autonomia política, na Metrópole e no Império, era então apreciado à luz baça dum patriotismo acanhado, que servia de pretexto, todos os anos, pelo 1.º de Dezembro, a salivosas e confrangedoras manifestações de oratória. Os Jesuítas, a casa ducal de Bragança, o Gongorismo, a historiografia alcobacense, o Sebastianismo, — tudo isso, para a mentalidade de há cinquenta ou setenta anos, eram outros tantos motivos para considerar a admirável centúria de Seiscentos um eclipse profundo no esplendor mental da Nacionalidade. Teófilo aconselhava a que se passasse sobre ela «como as aves por sobre as alagoas mortíferas». E, no entanto, como Frei Bernardo de Brito, ele fartou-se de errar datas e falsificar textos, talvez nem sempre com a piedosa e cívica intenção do colaborador da *Monarquia Lusitana*...

Os ventos mudaram por completo, — e a prova de que mudaram por completo dá-no-la este livro recente do Prof. Hernani Cidade — *A literatura autonomista sob os Filipes*. Ele integra-se inteiramente na corrente caudalosa que, após o aflorar de tanto estudo parcelar e disperso, foi engrossando, de há vinte e cinco anos para cá, desde o aparecimento da monografia de Manuel Múrias, *O Seiscentismo em Portugal*, magistralmente comentada e ampliada por António Sardinha num ensaio da *Lusitânia*, encorporado depois no volume intitulado *Da Hera nas Colunas*. O que até aí andava por estruturar numa síntese superior — desde as observações críticas do Camilo do *Curso de Literatura Portuguesa* e do Ferreira Deusdado dos *Educadores Portugueses* às escavações históricas dum Joaquim de Vasconcelos, dum Edgar Prestage, dum Lúcio de Azevedo — passou a ser matéria corrente entre o escol português. E ninguém mais com responsabilidade de orientação intelectual se atreveu a atirar ao século XVII a rídicula acusação de *obscurantismo*. Pelo contrário: — com o andar dos tempos, até no campo da Arte — da pintura, da arquitectura, da escultura e da música — o Seiscentismo ascendeu, graças ao labor de eruditos e de estetas, a um lugar de muito honrosa evidência.

Não pouco contribuiria para tal um facto a que talvez se não desse ainda o necessário relevo: — é que, os que mais fortemente colaboraram nessa reabilitação do século XVII — os nacionalistas portugueses deste século — encontravam-se numa posição um pouco semelhante à dos bons avós de Seiscentos. Estes, sob a pressão de Castela, esforçavam-se por valorizar ao máximo tudo quanto pudesse contribuir para o regresso à autonomia nacional. Nos séculos XIX e XX, com o estrangeiro do interior a mandar entre nós, foi necessário também, como preparativo moral e doutrinário do novo Portugal Restaurado, reencontrar as raízes profundas da nossa tradição e, na formação intelectual e cívica dos novos pioneiros da libertação, dar-lhes a importância necessária à criação do misticismo dinâmico com que uma geração inteira forçou as portas do Futuro. Assim, o labor de eruditos, arqueólogos e folcloristas, a inspiração de poetas e prosadores, a revisão historiográfica, as campanhas do Integralismo, as páginas da *Portugália*, da *Nação Portuguesa* e da *Lusitânia* tiveram, nos nossos dias, o mesmo papel que, na centúria seiscentista, desempenharam as fraudes da *Monarquia Lusitana*, os poemas de exaltação patriótica, as trovas proféticas dos sebastianistas, a oratória sagrada dos Jesuítas que encarnavam no Duque de Bragança as iluminações messiânicas que corriam de norte a sul do País. E não é por mero acaso que *O Valor da Raça*, de António Sardinha, publicado em 1915, em plena balbúrdia demagógica que se seguiu ao 14 de Maio, abre com estas palavras: — «A ideia de Raça entre nós é em Frei Bernardo de Brito que aparece pela primeira vez». Tudo isto subentendia um paralelismo de posição mental que anunciava para breve uma revisão total do século XVII, até aí — *et pour cause* — inteiramente incompreensível ao clima espiritual dominante. Permita-se-nos, pois, que julguemos inúteis as comparações com *resistências* alheias que ainda não sabemos ao certo o que foram, quando tivemos entre nós, em bastantes anos de campanhas patrióticas, uma *resistência* viril e esclarecida do espírito nacional, digna de ombrear, pelas intenções e resultados cívicos, e de sobrepujar, pelas consequências literárias, o esforço autonomista que os nos-

sos antepassados de Seiscentos promoveram sob o governo dos Filipes.

Posto isto, deve considerar-se a obra do Prof. Hernani Cidade como altamente meritória. Ela vem juntar-se a páginas não menos úteis que, a tal respeito, nos haviam já dado, entre outros, Ricardo Jorge, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Magalhães Basto. Mas, na verdade, não se descera ainda tão minuciosamente à análise de certas peças literárias, onde há nítida matéria política, como agora o faz o autor de *A Literatura autonomista sob os Filipes*. A expressão do escol português, em face do dominador castelhano, é estudada, com carinhosa compreensão, através da poesia épica, da historiografia, da poligrafia, dos estudos teológico-jurídicos. E de autores como Frei Bernardo de Brito, Frei António Brandão, Duarte Nunes de Leão, António de Sousa de Macedo e muitos outros, poetas, juristas, astrólogos e genealogistas, o Prof. Hernani Cidade soube extrair das aparências literárias as realidades substanciais de doutrinação lusitanista e de exaltação cívica. É trabalho de paciente exegese a que cumpre prestar a devida e sincera homenagem.

Pena foi que o Prof. Hernani Cidade não se tivesse demorado um pouco mais na apreciação de certos caracteres do nosso século XVII. Se a centúria de Seiscentos, em toda a Europa, é, do ponto de vista intelectual, digna do maior interesse pelo entrechoque de correntes e pensamentos opostos, em Portugal assume, pelo especial condicionalismo político em que nos encontrávamos, curiosíssimas perspectivas mentais. Em António Sardinha encontra-se matéria vasta para traçar um quadro geral da época, abrangendo tudo quanto convergia para o mesmo objectivo final: — a nossa ressurreição como nação independente. O Sebastianismo — cujas raízes bem mergulhadas nas tendências líricas da grei ninguém melhor do que Sardinha adivinhou e documentou —, o Suarismo e a sua influência no ensino seiscentista e na formação das doutrinas jurídicas em que assentaria a Restauração, a grande obra da Companhia de Jesus, que transformou púlpitos e confessionários em barricadas de portuguesismo e a quem se deve o golpe genial que tornou possível o 1.º de Dezembro: — a identificação do *Desejado* com o futuro D. João IV, etc., — tudo isso são outros tantos capítulos fundamentais duma História do Seiscentismo português que ainda está, infelizmente, por escrever.

Da importância do Sebastianismo, como amparo da alma nacional nas horas graves da sua existência, valia a pena falar auscultando esse fenómeno de sugestão colectiva para além das suas exterioridades aparentes. Sardinha deixou-nos, no *Da Hera nas Colunas* e em *A Aliança Peninsular*, especialmente, certezas e sugestões sobre que há que meditar longamente. É problema que, hoje em dia, não se pode tratar como se tratava há trinta ou quarenta anos. Bruno, por exemplo, mostrou uma incompreensão quase total do assunto e Costa Lobo, como Lúcio de Azevedo, não passaram da periferia dos factos. O *Messianismo* português — de extracção cristã e não judaica, e essencialmente ligado ao nosso *ethos* lírico — apresenta, na sequência da nossa História, modalidades diversas, em concordância estreita com o destino da Pátria. Ninguém, como os avós seiscentistas, sentiu melhor essa estranha manifestação de psicologia social. Só por o terem canalizado magistralmente no sentido que melhor convinha aos nossos interesses nacionais, merecem reconhecimento eterno dos portugueses os beneméritos Padres da Companhia de Jesus. E não esqueçamos nunca — é um manuscrito da colecção do Conde de Azevedo, existente na Biblioteca Municipal do Porto e citado por Magalhães Basto, que no-lo afirma — que os fidalgos dos palácios de Xabregas e de S. Domingos, conluiados a partir de 1634, quando se ajuntavam para conspirar «faziam discursos, liam profecias e loas do Bandarra (naquele tempo muito favorecidas) e parecia-lhes, a todos os instantes, toparem com El-Rei D. Sebastião. E é certo (acrescenta-se) que estes desejos e esperanças, que o tempo retardou, foram uns motivos que deram causa à aclamação de El-Rei D. João IV». Assim Afonso Lopes Vieira, no «cativeiro de Argel» de há vinte e cinco anos, evocava o espectro do *Desejado*...

Pelo que diz respeito à campanha patriótica dos Jesuítas, poucos documentos haverá tão expressivos como aquele que tenho diante de mim ao escrever estas linhas: — o raríssimo *Sermão que pregou o Padre Manoel de Escovar da Companhia de Jesu na Capella del Rey em Lisboa, em 21 de Dezembro de 1637 dia do Apostolo S. Tomé*, publicado em Coimbra no ano seguinte «com todas as licenças necessárias». Oferecido a D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa e membro do Conselho de Estado, já na autorização de correr, subscrita por Fr. Inácio Galvão, se assinala não ter «coisa alguma contra a Fé ou bons costumes» e, pelo contrário, se recomendar por «douto e muito a-propósito para o tempo presente e costumes dele». E na dedicatória lêem-se, logo de começo, estas palavras: — «Por seu argu-

mento e por seu autor, busca este Sermão os pés de V. Ilustríssima, pelo argumento de Portugal perdido e restaurado: porque V. Ilustríssima é o único, que com tantas veras sente suas perdas e por tantos modos procura sua restauração». Cremos que é a primeira vez que aparece a expressão *Portugal Restaurado*, com que o Conde da Ericeira sintetizaria, mais tarde, a época da recuperação nacional. Mas o sermão do Padre Manuel Escovar — clarim estridente convocando, em plena Capela Real, e no signo do nosso passado heróico, os que tornariam imorredoura a *manhã pura e alegre* — merecia, na verdade, uma divulgação ampla e uma análise pormenorizada. Esboçámos já essa tarefa, há anos, mas a nossa tentativa ficou, talvez, sem seguimento.

Todas estas observações — e porventura outras que as exigências do espaço me não permitem fazer — em nada diminuem o significado do trabalho, por tantos motivos digno de apreço e sob tantos aspectos cheio de utilidade, do Prof. Hernani Cidade. Como texto de lições professadas aos seus alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, tinha de se cingir a especiais normas de método e de desenvolvimento, acordes com as características que as forçadas limitações didácticas reclamavam da exposição de tão palpitante tema. O século XVII, na sua atraente e sugestiva complexidade, fica, pois, aguardando que o distinto catedrático lhe consagre o estudo definitivo que merece e que poucas pessoas poderão fazer melhor do que o Prof. Hernani Cidade, já credor, por tantos títulos, do agradecimento dos portugueses ciosos do nosso património literário de todos os séculos.

UM GRANDE LIVRO DE PORTUGUESISMO

Poucos livros tenho lido nos últimos anos com um tão vasto horizonte de meditações nacionalistas e um tão forte suco de saboroso lusitanismo como a excelente monografia de João de Castro Osório intitulada *O Além-Mar na Literatura Portuguesa*. É-me grato referir-me a esta obra, de tão singular densidade de pensamento e de análise crítica, porque de há muito o seu autor é um dos espíritos impregnados do verdadeiro sentido histórico da nossa terra e da nossa gente, com que mais me apraz conviver. Recordo a época já distante em que António Sardinha, ardendo apostòlicamente na pregação da boa-nova portuguesa, deixava Elvas e a sua Quinta do Bispo, à beira do belo e monumental aqueduto, rodeada de árvores e povoada de ideias, e vinha até ao Chiado falar-nos, não da miséria que os nossos olhos encaravam, mas das perspectivas admiráveis de que trasbordava a sua visão profética — e que o Destino quis que se volvessem em realidades só depois do seu corpo estar a repousar no cemitèriozinho de Monforte. Então, nesses anos longínquos, e para tantos completamente esquecidos, de 1922 e 1923, João de Castro Osório, saído dos ferros demagógicos por crime de portuguesismo, sonhava com uma acção política que reunisse todos os nacionalistas e em António Sardinha encontrou sempre acolhimento fraternal. Quantas cartas do querido morto me têm passado pelas mãos, em que plena justiça é feita ao patriotismo e à inteligência de João de Castro Osório!

Depois, as vicissitudes do drama português desviaram o revolucionário de 1922 da rota que os companheiros mais novos e mais íntimos de Sardinha continuavam a percorrer — e que os levaria, em lógica linha recta (tantas provas em reforço disto eu poderia exibir, extraídas dos últimos meses da sua correspondência!) ao Estado Novo e a Salazar. Mas, através de tudo, João de Castro Osório foi sempre duma lealdade perfeita para os seus antigos pares e — o que é mais — para as ideias de puro, sincero e ardente nacionalismo que todos defendíamos como sangue do nosso sangue. E agora, recolhido à solidão fecunda do estudo, João de Castro Osório dá-nos, em sucessivos trabalhos em que se ilustram a sua invulgaríssima preparação cultural e a intensidade inultrapassável da flama de portuguesismo que o anima, hoje como ontem, os mais sólidos reforços à campanha de restauração da mentalidade nacional em que, sempre insatisfeitos do que já se fez e obteve, continuamos todos empenhados com o mesmo ardor do tempo em que Sardinha nos exortava nas inesquecíveis cavaqueiras do Chiado.

O passado saudoso e o presente prometedor me assistiram, pois, quando me debrucei, com curiosidade de aprendiz e ternura de amigo, sobre *O Além-Mar na Literatura Portuguesa*. Da capacidade crítica de João de Castro Osório e da directriz, impregnada do mais extreme e inteligente lusitanismo, que imprimia aos seus estudos literários já eu recebera suficiente demonstração nos trabalhos com que ùltimamente nos brindara: — a *Introdução à História da Literatura Portuguesa* (1945) e a *Ordenação Crítica dos Autores e Obras essenciais da Literatura Portuguesa* (1947). Na meticulosa tarefa de valorização e integração de velhos textos no

conjunto panorâmico que traçara das nossas letras de Quatrocentos e Quinhentos mostrara-nos também as possibilidades plenas do seu gosto ou da sua penetração exegética no *Florilégio das Poesias Portuguesas escritas em castelhano e restituídas à língua nacional* (1942), e nos dois voluminhos, tão pesados, todavia, de intenção renovadora de ideias, com que colaborou na colecção *Idearium* : — *Inclita Geração* (1945) e *A Revolução da Experiência* (1947).

É muito difícil poder dar uma ideia dos mil e um problemas — todos de alto interesse intelectual e nacional — que se agitam nas quase trezentas páginas de *O Além-Mar na Literatura Portuguesa*. Aliás, não será essa a tarefa que nos propomos ao tracejar estas linhas. O assunto é vasto demais e excessivamente profundo para caber em duas ou três páginas de simples anotação. Importa, sobretudo, chamar a atenção dos professores e estudiosos da nossa Literatura para esta obra e convidá-los a meditá-la gravemente, para que desse exame consciencioso possa sair para a circulação das ideias, nos liceus e nas escolas superiores, alguma coisa de novo — uma visão clara e exacta do génio português no Século de Oiro da sua produção literária que substitua a rotineira classificação de autores e obras, que dos nossos compêndios fizeram por muitos anos uma adaptação nacional dos volumes congéneres estrangeiros.

Para se avaliar, pois, a importância que os séculos XV e XVI têm do ponto de vista, exclusivamente nacional, das nossas Letras, sublinhemos estes dizeres de João de Castro Osório no segundo capítulo do seu belo estudo: — «A verdadeira Literatura Portuguesa formou-se com a própria expansão marítima, acompanha-a, e dela recebe o primeiro carácter. O período anterior à expansão, o período Galaico-Português e a época, de crescente aportuguesamento, que termina com a geração do Mestre de Avis, mais não foram do que a colaboração, valiosa embora, na Literatura Românica, de espírito quase comum e pequena diferenciação linguística dentro da Península Ocidental. Não havia, pois, uma Literatura Portuguesa, forte e viva, exprimindo uma alma nacional, já realizada, e enformando-a, e dando-lhe estabilidade, quando se iniciou a expansão marítima. Este facto impõe uma diferença absoluta entre a nossa Literatura e as daqueles outros povos da Europa que, seguindo a linha que lhes foi traçada pelos descobrimentos portugueses, vieram a realizar também a colonização ultramarina». E acrescenta: — «Outros dois factos reforçam essa diferença: o facto de sermos os primeiros a renovar, na Era Moderna, os descobrimentos marítimos e o de, para realizarmos os descobrimentos, as guerras no além-mar e a colonização, terem sido necessárias todas as energias nacionais e uma cooperação integral, nesse reforço, de toda a nossa população, por ser diminuto o seu número». E conclui: — «Olhando estes factos, e vendo como é completo o paralelismo entre a expansão marítima e a criação de uma Literatura verdadeiramente portuguesa, caracteristicamente nacional, é que nós compreendemos e poderemos bem julgar a nossa Literatura. Não é ela uma Literatura *europeia*, já formada e que vem a receber influências da uma vida diferente. É uma Literatura que se forma com essa vida histórica e é por ela principalmente sugerida, animada e caracterizada e que, por ela apenas, se separa, ao formar-se, da base Românica, comum às outras Literaturas da Europa Ocidental».

Nos períodos acima transcritos encerra-se, na sua quase totalidade, como que o programa desenvolvido, em demonstração rigorosa de textos, nas páginas de *O Além-Mar na Literatura Portuguesa*. Tentar esmiuçá-lo para conhecimento dos meus leitores é tarefa que — repito — por impossível, me não proponho realizar, tantos são os problemas, as definições, as visões inéditas que João de Castro Osório faz perpassar nos capítulos e subcapítulos do seu belo livro. Há que lê-lo e digeri-lo, para que muitas noções correntes, còmodamente aceites, recebam as erratas indispensáveis, exigidas pela luz portuguesa a que convém estudar a nossa literatura.

Ao ler João de Castro Osório e ao tomar contacto com o alto sonho nacional que constantemente povoa as suas páginas de erudito e de iluminado, acorre-me ao bico da pena o nome de Teófilo, — não do Teófilo desvirtuado, nas suas concepções construtivas de lusitanista precursor pelas doutrinas vesgas em que se comprazia a sua defeituosíssima formação política, — mas do Teófilo que Sardinha louvou nas páginas anunciadoras da *Nação Portuguesa* e nos capítulos vibrantes de *O Valor da Raça*, do Teófilo que enformara a mentalidade saudàvelmente regionalista e especìficamente portuguesa duma geração a que faltou, depois, na generalidade, um conceito orgânico da construção do Estado. Essa concepção vertical da sociedade, contrária a todas as fantasmagorias nefastas que do estrangeiro nos vieram nos últimos séculos e que cristalizaram no absurdo figurino que, na centúria passada, asfixiou uma plêiade de valores como, desde o século XVI, se não revelara em Portugal,

— essa concepção vertical, dizíamos, não falta, felizmente, a João de Castro Osório, que dela extrai o que de útil e de belo se reflecte ao longo da nossa crónica multissecular, que foi um permanente abraço da autoridade dos reis com as liberdades dos povos.

O século XV — chave de toda a nossa grandeza — encara-o João de Castro Osório sob o seu verdadeiro ângulo ao escrever isto sobre Fernão Lopes: — «Fernão Lopes é quem, ao iniciar-se a expansão marítima, fez a obra necessária de reflexão sobre o imediato passado que a tornou possível. Com essa reflexão sobre a crise histórica do fim da Idade-Média (expressão de aceitar aqui, porque tem um mero sentido cronológico) e a vitória nacional que a resolveu temos nas *Crónicas* de Fernão Lopes a obra em que a consciência nacional primeiro se exprime em toda a sua plenitude». E logo a seguir: — «O *Evangelho Português* que, segundo Fernão Lopes, o Mestre de Avis mandou pregar pelo Reino é afinal, para a época na qual, entre lutas, se toma plena consciência da Nação, a própria obra do genial historiador nas três *Crónicas* em que todo o seu génio se pôde inteiramente realizar». Por fim, acrescenta: — «Reflexão sobre o imediato passado, as *Crónicas* de Fernão Lopes são também o conselho (porque a *história* também já para ele serve de conselho para o futuro) animador das qualidades necessárias: de justiça inteira e de ordem social; de respeito por um Rei e os Heróis e as verdadeiras qualidades e o instinto nacional do Povo; de fortaleza de ânimo; de voluntária procura da verdade». Temos, ou não, nestas últimas linhas, bem expressa, a orientação, no estudo do nosso passado, que faltou a Teófilo, para que a sua obra se volvesse, em Portugal, no que foi a de Menendez y Pelayo em Espanha?

Esperemos confiadamente que João de Castro Osório tenha saúde, tempo e meios para nos dar (finalmente!) aquela História da Literatura que todos nós esperamos que surja, na sequência da História de Portugal que nos faltava e que João Ameal nos ofereceu como antídoto necessário a um século de intoxicação intelectual. Se como repositório de factos, solução de problemas e visão acertada de épocas e de figuras, a obra em publicação do ilustre Professor da Faculdade de Letras de Coimbra, Doutor Costa Pimpão, merece justíssimos aplausos, a de João de Castro Osório que nos atrevemos, desde já, a aguardar, sem as responsabilidades e as limitações que a cátedra forçosamente traz consigo, deverá ser um panorama vivo, colorido e harmónico, em que as conclusões obtidas pela investigação se entrelacem com as intuições bebidas nos textos, de tal forma que a certeza de hoje se não distinga da certeza da amanhã.

Que João de Castro Osório é capaz de escrever essa História sabem-no quantos têm seguido o seu labor mental. E se precisássemos duma amostra da sua capacidade no género, em que o incitamos ardorosamente a perseverar, tínhamo-la nas páginas que em *O Além-Mar na Literatura Portuguesa* consagrou ao *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende e à obra de Gil Vicente. Trata-se, com efeito, duma verdadeira renovação de temas, em que as perspectivas se modificam, os valores se alteram, as conclusões se emendam. Quanto ao *Cancioneiro*, analisado minuciosamente, transmuda-se dum repositório de versos palacianos, escritos como reflexo da futilidade cortesã, no espelho em que se entrechocam todas as correntes de sentimentos e de ideias que atravessam a alma e a mentalidade dos portugueses na fase inicial da Epopeia. Garcia de Resende, coligindo as poesias dos vates seus contemporâneos, foi, no fundo, um cronista à sua maneira, que, aliás, na *Miscelânea* (que bem compreendida sai essa obrinha das mãos de João de Castro Osório!) exprimiu bem a intenção que o animava. Dos capítulos em que se debruça sobre Gil Vicente há que admirar a perspicácia e a nitidez de análise com que conclui pela íntima e gloriosa associação do génio que nos deu o *Auto da Fama* («drama simbólico da grandeza de Portugal») e da Epopeia nacional que guerreiros e mareantes escreviam, com as pontas dos mastros e as das espadas, em oceanos e terras novamente descobertos.

Insistimos, porém: — este livro de João de Castro Osório, que, com ele, ganhou a responsabilidade de nos dar outros e outros volumes que nos ensinem a genuína raiz das nossas Letras através dos séculos e nos valorizem as obras que verdadeiramente interessam à compreensão do carácter nacional, não pode resumir-se ou comentar-se, sequer. Viveiro de sugestões e certezas, rasgado de iluminações que abrem espaços novos de orgulho lusitano, *O Além-Mar na Literatura Portuguesa* é um compêndio de consoladora energia mental, de apologia excelsa da *nossa verdade*, — reforço incomparável para o combate sem tréguas à desnacionalização, dirigida ou inconsciente, da sensibilidade e da inteligência da grei.

RODRIGUES CAVALHEIRO

DIÁRIO DE UM ESPECTADOR

Todo o criador, no sentido degenerado da palavra, (não aquele que cria, mas aquele que modifica) é, primeiro um espectador, e depois um intérprete. Cavar um abismo entre ficcionistas e críticos, parece-me um erro tremendo — porque também o crítico é um espectador, porque também o crítico é um intérprete. A divergência é apenas quantitativa. Se o criador de literatura, é espectador e intérprete da vida — o crítico literário é, necessàriamente, espectador e intérprete da vida, e da literatura. Crerem-se isolados perante o objecto primário do seu pensamento — o livro — é o equívoco da maioria dos críticos. A vida, está sempre presente, como terceiro, ou melhor, como primeiro personagem. A vida : o «eu» global do crítico, o «eu» global da obra criticada, e os caminhos selvagens ou desbravados, entre os dois campos oponentes.

Espectador, crítico, confidente, não pode deixar de o ser quem estiver interessado em observar e examinar o que seja o fenómeno literário. Espectador, crítico, confidente—eis o que buscarei ser nesta rubrica periódica, ligeiro exame de alguns aspectos da vida intelectual. Não serei um juiz, e dos juízos de que, humanamente, não me souber libertar, me penitencio desde já. Serei apenas um espectador, pelo que observo, e um actor, pelo que, através de mim, a vida observa...

Na *Cidade e as Serras*, Eça de Queiroz definiu com muito acerto, o estado de espírito do citadino, farto de carros eléctricos, livros de ponto e má língua de Café, perante o campo, perante a simplicidade rústica da natureza e dos homens que não fazem muito para a transformar. A sensação é de beleza esmagadora, de grandeza irredutível, de poesia, de infinito. A sensação é, acima de tudo, de pureza. Quando, pela manhã, atravessamos a aldeia, cruzamos duas mulheres que vão ao chafariz, de bilha à cabeça, um velho carro de bois pesado e barulhento, e o prior da freguesia que nos tira o chapéu com um sorriso de cumplicidade —, e subimos a montanha alegremente, escalando, correndo e parando aqui e ali para descansar, é como se, pouco a pouco, o nosso fardo se fosse tornando cada vez mais leve. Respiramos fundo, colhemos, com o olhar, as cores, os contrastes, os contornos, sentimo-nos perto do vento, do céu e das nuvens tão brancas. Chegam até nós, os mil ruídos da aldeia e da planície: chocalhos, vozes, sinos, assobios, cortando o silêncio sem o ferir. Ah, sim, somos mais puros, mais rectos, somos melhores.

Mas a que propósito, vem esta evocação? (Preso à lembrança de Castelo Novo, uma pequena aldeia da Beira onde tantas vezes senti esta «*libertação*» pela natureza e pela rusticidade, já me ia esquecendo da razão de ser primeira da presente nota). A propósito de um romance de ambiente rural que acabo de ler. Intitula-se *Ilhéus* (1), e assina-o Horácio Bento de Gouveia.

Sem deixar de lhe reconhecer as qualidades, dentro dos figurinos habituais do romance rústico à Aquilino, em que atinge um bom nível e revela um romancista —, não posso igualmente deixar de confessar a dificuldade com que venci a sua leitura. A culpa não pertence ao autor, mas ao caminho que ele perfilhou, cumprindo uma tradição raras vezes quebrada. É que, transcrevendo os falares dos ilhéus, empregando os termos locais, usando as denominações regionais, Horácio Bento de Gouveia, como aliás os da sua estirpe, valoriza etnogràficamente as suas obras — o que as desvaloriza, digamos, espacialmente. Se eu fosse às Ilhas, não precisaria de conhecer os nomes ali empregados, a linguagem ali falada, para me deixar penetrar pela beleza e pela riqueza humana. Mas para bem apreciar o romance, é indispensável. E o verbo, em vez de se tornar um veículo, torna-se uma prisão, um templo misterioso onde só têm entrada os iniciados. Nem pureza, nem libertação: antes um universo fechado, que se atravessa, por vezes, penosamente.

Abstraindo deste aspecto que, aliás, transcende o autor de *Ilhéus*, o que fica? Um romance social com a característica curiosa de não conter combate social. É de um drama social que se trata, o dos «colonos» —, porém de um drama que se resolve no próprio livro. Na realidade, a literatura de carácter social portuguesa e brasileira tem-se ocupado exclusivamente dos problemas que não se encontram, ainda, resolvidos por completo. Há aqui um evidente partidarismo. Já o facto de se desprezarem os temas psicoló-

---

(1) Coimbra Editora, 1949.

gicos e individuais, ou as preocupações supra-temporais, me parece um engano muito grande, pois o social é sempre contingente e efémero. Se o espírito do escritor, não obstante, se inclina mais para as questões próprias do tempo e da sociedade em que vive, que seja então honesto para com o público e enfrente, ao mesmo tempo, o que está feito e o que ainda falta fazer. Neste caso, será um escritor social autêntico. No caso de escolher a primeira, ou a segunda alternativa, tomará, seja um conformista, seja um revolucionário, atitudes anti-literárias.

Horácio Bento de Gouveia é um escritor social autêntico, pois que se, por um lado, deixa em suspenso certas injustiças e desigualdades, por outro, completa um ciclo e, francamente, diz-nos no fim do livro, que o regime da «colónia» é abolido.

E que mais? Poder descritivo, incapacidade para fazer viver a burguesia, preferência decidida por tudo quanto é rural, sentido do belo, emoção, e uma tentativa — a mim, leigo, que nunca fiz o roteiro das Ilhas, deu-me a impressão de falhada — uma tentativa, dizia, para transcrever fonèticamente a linguagem local.

Acabo de reler o que escrevi. Descosido, sem unidade, sem princípio, meio e fim. Por um segundo, pensei em riscar, e recomeçar. Mas não. Assim, está menos intelectualizado, mais puro. Assim, sou, de facto, um espectador.

O mistério do Paço do Milhafre (1): contos de Vitorino Nemésio. Eis um escritor forte e empolgante, se bem que se lhe possa apontar o mesmo senão que apontei a Horácio Bento de Gouveia, e se bem que se lhe possa criticar uma marcada tendência para «embrulhar» a acção, uma como que repugnância pela clareza de confabulação e simplicidade de processos. Não obstante estas observações, que são, talvez, muito pessoais, considero Vitorino Nemésio um dos mais perfeitos cultivadores da língua portuguesa. A construção gramatical, impecável, redime, quando não anula, o seu estilo por vezes tortuoso. O leitor avança com toda a facilidade, mesmo que nem sempre conheça muito bem os terrenos que atravessa.

Os seus contos são quadros de vida que se justificam apenas como quadros de vida. Assentando no doseamento dos factores descritivo e psicológico — característica, aliás, comum aos livros de natureza campesina —, não se pode pedir às histórias de *O mistério do Paço do Milhafre*, largas excursões nos domínios da intimidade do homem. O homem é considerado em função do meio que o cerca.

E em tal plano — diálogo do homem com o meio — apenas são aproveitadas as suas características modificações segundo as circunstâncias. É o habitante das Ilhas, enquanto habitante das Ilhas, enquanto personalizado pelas circunstâncias ambientes e pelas raízes etnográficas.

Vistos de outro ponto, os contos de Vitorino Nemésio são espectáculos, perante os quais nos sentimos irremediàvelmente espectadores, e isto porque o próprio Nemésio se sente, irremediàvelmente, um espectador. Colocado diante de um trecho de vida, recusa-se a tomar partido, porque o domina a preocupação de seguir todos os caminhos que vão surgindo, as estradas reais como os atalhos. Está de fora. Observa. Prudentemente, toma o partido de olhar, olhar de longe, sem correr o risco do sofrimento, e conservando intacto o seu íntimo isolamento. Joga com as emoções alheias. E talvez por isso mesmo, a Vitorino Nemésio está mais ligada a ideia de prosador, do que a de criador. Por vezes, sente-se que vai «descer ao povoado». Mas logo se arrepende, preso por um trecho da paisagem, ou por uma feição do enredo. Dir-me-ão que esse é o tributo da literatura rural. De acordo. Mas eu estou a verificar, não a censurar. E, para terminar, acrescentarei que, para além dos desacordos que atrás tentei exprimir, permanece, durante toda a leitura de «O mistério do Paço do Milhafre», a certeza de que foi escrito por um grande prosador, possuidor de um estilo próprio e de um poder de observação e descrição, que o colocam na primeira fila dos escritores portugueses virados para a vida campesina.

Comprei a *Peau de Chagrin*, de Balzac, numa pequena livraria de Coimbra, e devorei o romance de ponta a ponta, no comboio para Lisboa, olhando de vez em quando para a paisagem, e descansando o espírito, por intervalos, naquela humanidade misturada, onde se sentam, lado a lado, os industriais de voz forte e determinada, e as tímidas senhoras provincianas que vão visitar a família. Nada melhor do que um comboio, para ler. E, sobretudo, para ler Balzac. Quando levantamos a vista, perante os personagens vivos que nos rodeiam, o nosso espírito actuante, não cessa de trabalhar, prolongando o influxo comunicado pelo romance. E sobre Balzac? Num ponto, concordo com a opinião corrente: subjuga o

---

(1) Livraria Bertrand, 1949.

leitor, vence-o, curva-o à força de peso e de músculos. Noutro ponto, discordo: Balzac não é, não pode ser, um escritor genial. Que há nos seus romances uma grande soma de humanidade, que está ali uma época, uma geração, de acordo.

Não creio, porém que o principal valor da literatura de ficção seja documental, e por esta razão, não creio na escola realista francesa, imbuída de ideias positivistas e cientistas. Fazer da literatura, fotografia da realidade, não é mais do que deturpar a realidade, ignorar as causas profundas, proclamar um acto de fé na aparência das coisas. O homem é dado em superfície, e movido apenas por duas ou três molas fundamentais e simplificadas; no caso de Balzac, o dinheiro, o amor, a posição social. A literatura pode valer, sim, como documento, mas depois de valer como explicação, interpretação, busca ou fuga. O homem, a humanidade, a natureza, são muito mais complexos do que Balzac imaginou. É possível que a *Peau de Chagrin* não seja o livro ideal como oportunidade para este tipo de considerações. O «Père Goriot», por exemplo, simboliza melhor o que quero exprimir. Quanto à *Peau de Chagrin,* direi que, não sendo um livro romântico, também não é um livro realista. Para romântico, falta-lhe o arrebatamento, a paixão, a entrega total ao sentimento. Para realista, falta-lhe o tema, que é anti-positivista no símbolo, e a qualidade do diálogo, recheado de tiradas longas. De romântico, tem o desprezo pela ciência, que, no entanto, resulta de uma atitude artificial do autor, e o amor exaltado, a paixão que mata, o final trágico, mas inevitável. De realista, tem tudo quanto é descritivo. Há todavia qualquer coisa que me está a escapar — encerrando o romance uma ideia com um ponto de partida fantástico e inverosímil, não me parece que Balzac a tivesse escolhido de acordo com a sua maneira de ser e de conceber o real. É como aquele pai que conta ao filho uma história de fadas, sem acreditar, não digo na existência das fadas, mas pelo menos na presença do mistério, de que as fadas não são mais do que figurações. Assim também Balzac não acredita na *Peau de Chagrin,* e eis o que rouba ao romance a amplitude que poderia ter tido. Que não devemos malgastar a existência, que não devemos ter ambições excessivas, que o desejo de glória e de fortuna só pode ser prejudicial, que a realização de tudo o que nos apraz tem o seu lado sombrio, foi a lição, a moral que Balzac emprestou ao seu romance. Um poeta, um místico, um filósofo ou, pelo menos, um romancista não imbuído do preconceito realista, teriam ido mais longe, e a lição teria sido mais alta, pois incluiria a indicação do misterioso, do sobrenatural, do profundo, do trágico. Seria moral, e também metafísica. Em *Peau de Chagrin,* Balzac extrai todas as conclusões morais possíveis, dentro de uma metafísica positivista que está em contradição com o tema. Balzac atraiçoou, desperdiçou o símbolo. Quando podia servir-se dele para abandonar o lodo das existências terrenas, preferiu chafurdar no lodo. O que não lhe posso perdoar. Note-se bem: não pretendo corrigir Balzac, indicar-lhe caminhos que nunca poderia, por cultura ou temperamento, ter seguido. Apenas condeno — quero acentuá-lo bem — que, de um tema tão vasto como o da *Peau de Chagrin* se tenha limitado a extrair consequências de carácter ético. A porta do ser ficou fechada — quando tudo para lá conduzia...

Leitura, na colecção «Les Oeuvres Libres», de um conto de Gorki, intitulado *Strasti-Mordasti.* Esplêndido conto, se bem que de carácter social. Depois de Balzac, como Gorki, como toda a literatura russa do século XIX, Dostoievsky à cabeça, me parece maior, melhor, mais profunda — mais séria. É o homem global — psicológico, emocional, sentimental, ético, metafísico. É o retrato, o documento, a interpretação, a lição. O escritor russo escreve com a inteligência, sim, mas com a sensibilidade, também.. O escritor russo confia na intuição, ao contrário do francês, que tudo imola no altar da razão. Todo o romance francês, com poucas excepções (Proust é a primeira), não é humano, porque o homem é parcializado e arrancado às suas raízes.

O positivismo, o racionalismo, causaram a rigidez, a frieza, a desumanidade do romance francês do século XIX. O empirismo fez do romance inglês qualquer coisa de mais aberto, de mais humano. Embora seja ainda o homem fechado sobre si mesmo, trata-se do homem-força, do homem vencendo a natureza, do homem amoldando a natureza às linhas determinantes da sua vida interior. O romance inglês, possui, ao contrário do francês, um elemento poético, mas ambos, inglês e francês, estão longe da grandeza do romance russo.

E o romance português? Não julgo que o português tenha génio para o romance, pelo menos no significado que hoje se atribui à palavra, degenerado ou evoluído, como quiserem. mas filològicamente errado. Os nossos maiores romancistas, Camilo e Eça, pecaram cada um por seu lado. Mais portu-

guês, mais integrado no génio nacional, Camilo não é, no entanto, um grande escritor. Estilista e linguìsticamente se afirma a «qualidade» camiliana. Fundamentalmente, porém, no que se refere ao essencial da criação romanesca, Camilo é excessivo, exagerado, fácil, repetindo-se muito, fora da realidade no mau sentido, isto é, inconsciente ou negligentemente fora da realidade, não por posição tomada, mas por romantismo levado aos últimos extremos — por romantismo filho de uma certa transigência para com o público, para com os gostos piegas de um sector do público.

É pena, na realidade, que Eça de Queiroz seja um romancista de tradição francesa porque, como romancista, o seu valor é muito superior ao de Camilo. É a posição tomada frente ao real — posição realista, positivista, francesa — que diminui Eça de Queiroz. Donde vem, afinal, a despreocupação eciana, a ligeireza de espírito, a ironia superficial, o julgamento caricatural dos homens e da vida? Da crença realista nas coisas, na independência das coisas. Para Eça de Queiroz, a existência restringe-se ao objecto. Confiando nesta premissa, Eça anda levianamente para a frente, sem dó, sem piedade, sem o sentimento trágico da vida, sem dúvida, e também sem ódio e sem amor. O mundo está fora dele, e ele fora do mundo — é a base da metafísica velada, mas presente nos romances de Eça de Queiroz. Metafísica fora da tradição nacional, eis o que não lhe perdoam certos escritores, por vezes, mesmo, inconscientemente. Direi por outro lado: metafísica que não é original, que vem tarde, que não espelha o homem português e que, transportada para o nosso meio, se torna um pouco artificial.

A N T Ó N I O   Q U A D R O S

DAS LETRAS BRASILEIRAS

A OUTRA FEIÇÃO DO ROMANCE BRASILEIRO

TODA a gente conhece, hoje, em Portugal, os romances de Graciliano Ramos, de José Lins do Rego, de Jorge Amado e de Erico Veríssimo. Os deste último têm sido, quase todos, reeditados entre nós; do romance *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado, fez-se uma edição em Portugal; de um dos romances do José Lins do Rego, *Eurídice*, também se fez entre nós uma edição, mas esse, precisamente o último publicado, é dos romances menos representativos do criador do *Ciclo da Cana de Açúcar*, do autor de *Pedra Bonita* e de *Fogo Morto*. Pelas reedições portuguesas ou pelas edições originais, esses quatro romancistas são bem conhecidos do nosso público para que se torne necessário dizer sobre eles seja o que for. Acrescentarei, apenas, a quanto eu próprio tenho dito sobre eles, o que me aconteceu em Porto Alegre e na Baía. Logo ao primeiro contacto com a clara cidade de Porto Alegre, estranhei não ver a «cosmópolis» descrita nos *Caminhos Cruzados* e perguntei: «Onde está a cidade dos romances de Erico Veríssimo?», e os que me acompanhavam, todos amigos ou, pelo menos, admiradores do brilhante romancista, então na América do Norte, contestaram: «Mas essa cidade não existe; foi inventada pelo Erico». Na Baía, depois de ir ao mercado, depois de me demorar, de noite, no cais dos saveiros, depois de visitar as igrejas, depois de passar, a horas diferentes, pela Baixa dos Sapateiros, depois de assistir a um candomblé, perguntei a um carioca, que andava também à descoberta da Cidade do Salvador: «Onde estará a Baía do *Jubiabá*, de *Mar Morto* e dos *Capitães da Areia?*», ao que ele respondeu: «Creio que essa Baía é uma invenção do Jorge Amado». Conto estes dois casos para que se compreenda que, por mais realistas que os romancistas brasileiros queiram parecer, há muito de transposição poética ou de deformação intencional da verdade nas suas obras.

Mas o Romance brasileiro tem outra feição, além dessa que os leitores portugueses conhecem. Não é ainda o momento para proceder à análise crítica que requer a outra feição, toda voltada para dentro das almas, para a vida interior do homem universal e eterno, muito embora com as particularidades do homem brasileiro. Pertencem a esse sector distinto da literatura brasileira de hoje, que não é menos brasileiro do que o outro: Octávio de Faria, que está construindo a mais ambiciosa obra romanesca da nossa língua: a *Tragédia Burguesa*, que deverá constar de vinte romances, cinco dos quais, bem volumosos, estão já publicados; José Geraldo Vieira, de que conheço apenas um romance cosmopolita: *A Quadragésima Porta* — tentativa de suma romanesca do mundo moderno; Lúcio Cardoso, autor de alguns romances de pesquisa do subsolo da alma humana; Cornélio Pena, de que falarei adiante; Clarice Lispector, autora de um romance, *O Lustre*, altamente considerado nos meios intelectuais, mas que não conheço, e Ledo Ivo, chefe de fila da nova geração de poetas, romancista, e sempre poeta, em *As Alianças*, para não falar já de Jorge de Lima, que em *O Anjo* e *Calunga* exprimiu, com igual intensidade, as duas feições do Romance brasileiro.

Cornélio Pena é, talvez, o mais estranho dos romancistas do Brasil. Na nossa lín-

gua, só tem um rival, no poder dramático e na criação de atmosferas de angústia: Raul Brandão. Como n'*A Farça*, n'*Os Pobres* e no *Humus*, do grande escritor português, nos romances de Cornélio Pena a anedota não tem importância e só conta o drama das almas, emparedadas na dor, na desgraça e na fatalidade — no português, também emparedadas na miséria; no brasileiro, sobretudo emparedadas numa semi-loucura. O primeiro romance de Cornélio Pena chama-se *Fronteira* e passa-se na zona que separa a razão da loucura, ou, mais exactamente, no espaço onde se confundem a realidade e a alucinação. O seu segundo livro, *Dois romances de Nico Horta*, manteve, se é que não avolumou, a atmosfera de misteriosa opressão, devida, talvez, à presença de um trágico motivo inexplicado. No seu terceiro romance, *Repouso*, recentemente publicado, o drama é mais concreto, mas nem por isso a atmosfera obcessiva deixou de pesar da primeira à última página, como pesam, nas almas, as velhas casas das antigas cidades de Minas Gerais e as montanhas que as rodeiam. Porque Cornélio Pena é mineiro, de uma pequena cidade estrangulada pelo sonho morto da riqueza, sepulcro dos homens ambiciosos de outros tempos, que nela vagueiam como fantasmas. Os descendentes desses homens, como a «Dodôte» de *Repouso*, não estão mais vivos do que eles.

Apesar do escritor falar dos seus personagens no tempo presente, a impressão que temos é que se trata de espectros. A verdade é que, mais do que qualquer cidade antiga de Portugal, as velhas cidades de Minas vivem no Passado, porque, com a interrupção da sua única actividade, que era a mineração, ficaram paradas no século XVIII. É preciso ter visto Ouro Preto, Mariana ou Sabará, e ter sentido a desgarradora tristeza dessas cidades mortas, para compreender a atmosfera de além-túmulo dos romances de Cornélio Pena. As pessoas vivas que nos descreve é como se estivessem mortas para o Mundo, metidas entre muros, incapazes, como são, de comunicar com os outros seres. Nos romances de Cornélio Pena quase não há diálogos e os personagens não falam, nem consigo próprios. Só um talento com qualquer coisa de prodigioso conseguiria fazer-nos compartilhar das dores mudas e das tragédias secretas, nunca completamente desvendadas, de criaturas que nem sequer pelo monólogo interior se confessam.

Tão fechadas em si próprias, tão ensimesmadas são as personagens de Cornélio Pena, que nos ocorre perguntar se a incomunicabilidade não será, para o autor, o verdadeiro drama da condição humana. Mas se não comunicam entre si, as criaturas de Cornélio Pena têm a singularidade de comunicar, íntima e profundamente, com os objectos, como se as coisas fizessem parte, não só da sua vida exterior, mas da sua alma. Dir-se-ia que, para esse escritor, os pobres seres humanos estão tão isolados por sólidos muros de incompreensão, que lhes é mais fácil entender a linguagem dos objectos, talvez porque semelhante linguagem seja, ainda, a de cada um. Julgo ser essa a mais terrível afirmação da obra de Cornélio Pena.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

REVISTAS DE NOVOS

A PESAR de vários esforços para que o intercâmbio intelectual e artístico entre o Brasil e Portugal seja uma bela realidade, a verdade é que nos últimos anos se tem acentuado uma indiferença entre as mais jovens gerações destes dois países que, além de literàriamente se expressarem pela mesma língua, tantas afinidades têm.

Recordo-me ainda do tempo em que os *modernistas* brasileiros eram lidos e criticados por nós como se portugueses fossem, e lembro-me bem do alvoroço que entre nós suscitava o aparecimento de um novo livro de José Lins do Rego, de Raquel de Queiroz, de Erico Veríssimo, de Jorge Amado, de Amando Fontes ou desse enorme escritor que é Graciliano Ramos... e não posso negar que a geração a que pertenço muito deve a esses e a outros autores brasileiros, porque a sua influência em muitos de nós foi grande — grande e por vezes útil, por vezes perniciosa.

Os novos do Brasil lançaram-se, nos últimos tempos, numa extraordinária actividade de imprensa, possuindo actualmente inúmeras publicações que, de uma maneira geral, aqui se desconhecem mas que dão bem a paisagem intelectual e artística das novas gerações do Brasil; que são bem o testemunho dessa nova aventura que os mais novos dos escritores brasileiros estão vivendo.

Seria enfadonho esmiuçar os grandes inconvenientes que resultam do desconhecimento que aqui se tem por esses novos aspectos da literatura brasileira. E se esse desconhecimento é bem real, é verdade também que nessas publicações, salvo uma ou outra excepção, se nota uma inteira ausência de interesse pelas questões da gente nova de Portugal.

Um ou outro suplemento literário de qualquer grande diário brasileiro, que de vez em quando chegava às nossas mãos, dizia-nos que lá no Brasil os novos tinham os seus jornais e as suas revistas onde publicavam os seus escritos, onde afirmavam e defendiam os seus pontos de vista e as necessidades e esperanças das suas gerações. Sabíamos que novas publicações existiam: *Sul, Joaquim, Clã, Meia Pataca, Revista Branca, Literatura, Região, Orfeu, Cadernos da Baía, Quixote, Presença, Século, A Ilha,* e tantas outras mais... mas não sabíamos o que, na realidade, cada uma dessas revistas representava.

De vez em quando, o amigo Marques Rebelo enviava-me *Sul* — revista do Círculo de Arte Moderna de Florianópolis — e por ela eu podia avaliar o enorme interesse que as artes plásticas, em todas as suas mais ousadas tentativas, suscitam no Brasil; a poesia contemporânea, os movimentos artísticos dos últimos anos são, nessa revista, estudados, interpretados e criticados, ora com entusiasmo, ora com verdadeiro sentido crítico; mas, sobretudo, os rapazes do *Sul* se esforçam por impor a arte moderna ao grande público, explicando-a estética e històricamente. Lemos esta revista, encontramos-lhe deficiências e excessos, mas não podemos deixar de louvar o entusiasmo dos seus dirigentes, e de lastimar a inexistência, entre nós, de uma publicação semelhante.

Provindencialmente, mão amiga fez-me chegar à secretária de trabalho um masso de revistas novas do Brasil. Lia-as com aquele interesse que todas estas coisas em mim despertam. Seria curioso, tentar esboçar o momento intelectual do Brasil através dessas publicações... Na impossibilidade de o fazer, não quero, no entanto, deixar de anotar algumas considerações suscitadas por essa leitura.

Já me referi a *Sul,* mas quero, ainda, dizer, que é pena que uma revista assim

seja apresentada com mau aspecto gráfico e má impressão — senões de que se ressentem as reproduções de obras de arte nela publicadas.

O n.º 10 de *Região*, que aqui tenho, reflecte, também, um grande interesse pelas artes plásticas modernas e pela poesia de hoje. É um número em que muito se fala de Cícero Dias e que pelas reproduções que desse pintor insere nos dá um novo aspecto desse brasileiro que durante algum tempo viveu junto de nós. Nela inserem os rapazes de Pernambuco um artigo do português Diogo de Macedo.

Quixote, a revistazinha de Porto Alegre, cujo n.º 3 lemos, apresenta uma deliciosa capa onde se lê a seguinte epígrafe que vale como um programa: «*Vamos fazer uma barbaridade*». Destaquemos um belo artigo de Wilson Chagas sobre Charles Morgan e um poema de Fernando Ferreira de Loanda, um poeta nascido em Angola e que dia a dia mais se vai impondo entre os mais novos poetas do Brasil. Artigos e notas críticas sobre Hermann Hesse, Sinclair Lewis e outros testemunham o interesse que os assuntos literários estrangeiros suscitam entre os escritores novos do Brasil.

É agora a vez de me referir a *Clã*, a revista da gente nova do Ceará e da qual lemos o n.º 5. Vários contos, vários poemas — entre eles destaquem-se os de Ledo Ivo e Fernando Ferreira de Loanda, dois poetas que aguardam a sua difusão em Portugal — crónicas de aspecto crítico e de divulgação e um artigo, assaz tendencioso, de Mozart Soriano Aderaldo, intitulado: «*Esboço de História da Literatura Brasileira*».

Deixo aos brasileiros os protestos, que me parecem inevitáveis, contra certas afirmações que atingem os escritores do Nordeste; como português, compete-me protestar contra o que atinge Portugal. Taxar de *decadente* a actual literatura portuguesa é simplesmente injusto — e desonesto, por não ser fundamentado.

Não é decadente uma literatura que ainda não há muito viu desaparecer Raul Brandão, Teixeira Gomes e Fernando Pessoa; uma literatura na qual ainda se ouvem, como se fossem de hoje, as vozes de Camilo Pessanha e de Mário de Sá Carneiro; uma literatura que conta grandes poetas vivos, como Teixeira de Pascoais; uma literatura que já neste século deu movimentos como o da «*Renascença Portuguesa*» e o do «*Orfeu*», para só falar daquelas individualidades e daqueles grupos que já fizeram jus à desapaixonada admiração dos contemporâneos.

Insistimos neste infeliz artigo, não pelo que ele vale, mas porque de ideias malévolas têm surgido os mais graves mal-entendidos de hoje.

Deixámos para o fim, exactamente, as duas revistas que mais despertaram a nossa atenção: *Orfeu* e *Presença*.

Orfeu, do qual lemos os n.ºs 4 e 6, é uma revista de novos que se destina a apoiar o mais recente movimento poético do Brasil. Esse movimento e as características dos rapazes que dirigem *Orfeu* estão expressos nas suas próprias afirmações: «*Verdade humana que as escolas e os sistemas são demasiado estreitos para conter e só a livre actividade do espírito é capaz de criar, na sua complexidade e vida*» (Wilson Chagas). «*Criar, estèticamente, é comunicar através de uma forma sensível aquilo que se apreendeu pela intuição ou pela experiência.*» (Xavier Placer). « *Ser livre, na poesia, não é fazer versos livres; é antes saber o poeta ter liberdade para usar a forma que melhor lhe convier ao poema, dentro da sua expressão individual. Se unirem a assimilação da experiência modernista aos recursos inesgotáveis do verso metrificado, serão os poetas da geração que está surgindo, mais «eles mesmos», mais livres do que os rapazes da Semana de Arte Moderna.*» (Afonso Félix de Sousa).

Estamos pois esclarecidos, de uma maneira breve e geral, sobre aquilo que esté-

tica e humanamente os rapazes do grupo do «*Orfeu*» pretendem. Os sonetos de Darcy Damasceno estão de acordo com a afirmação de Afonso Félix de Sousa acima transcrita... e são belos sonetos, bela poesia de hoje, autêntica poesia de sempre.

Eclécticos, esclarecidos e humanos, os rapazes de «*Orfeu*» têm um belo caminho a seguir, e estou certo que o seu movimento corresponde às exigências e tendências do momento, não só no Brasil como em todo o mundo.

Os dois números que li da revista em questão, deixaram-me a melhor impressão, não só no ponto de vista crítico como na orientação e até nas obras já apresentadas. Na impossibilidade de me demorar sobre cada um dos colaboradores — e todos merecem uma paragem — permitam-me que destaque o artigo de Ledo Ivo sobre Rimbaud; o artigo de Wilson Chagas sobre Gilberto Freyre; a maravilhosamente poética carta de Fernando Ferreira de Loanda para Cecília Meireles (uma carta que cita Raul Brandão e nos fala de Angola e da raça portuguesa); os poemas de Vicente Moliterno, Fernando Ferreira de Loanda e Ledo Ivo; as notas de Teresa Eboli; e algumas belas reproduções de obras de arte estrangeiras e brasileiras.

Notamos, também, o interesse pelas coisas de Portugal, pois além da reprodução de um fresco de Almada Negreiros, publicam transcrições de Álvaro de Campos e Adolfo Casais Monteiro; por outro lado, incitam à leitura das revistas portuguesas: «*Atlântico*», «*Mundo Literário*», «*Vértice*», «*Ocidente*» e «*Seara Nova*».

Igual interesse pelas coisas de Portugal testemunha a simpática «*Presença*» — revista de sociologia, literatura e arte do Recife. Estamos na presença de uma publicação séria, de gente nova, que encara a literatura e a arte não como meras distracções do espírito mas como actividade essencial do homem, e delas exige qualquer coisa de actuante. Uma breve mas especial referência ao artigo de Sousa Barros sobre a arte moderna; ao artigo de Haroldo Bruno sobre Graciliano Ramos; ao inédito de Gonçalves Maia; ao artigo de Maurílio Bruno sobre António Machado; ao artigo de Alfio Ponzi sobre «*Literatura calmante e excitante*», e ao artigo de Vicente Lima sobre o «*Sincretismo Religioso no Brasil*». Além disso, «*Presença*» publica uma entrevista realizada em Paris com o romancista português Ferreira de Castro.

Como nota final a esta crónica, desejo fazer salientar a inteira liberdade com que os novos escritores brasileiros assinam os seus trabalhos e colaboram em várias revistas, sem comprometerem a sua individualidade.

Uma geração que assim desponta, exige, naturalmente, que nela confiemos.

T O M A Z R I B A S

N. da R. — Mais uma revista de novos brasileiros chegou até nós. Chama-se Cronos *e publica-se no Rio, vindo juntar-se a uma já longa lista, que damos a seguir, pelo muito que significa essa actividade literária e cultural da mocidade do Brasil:* Orfeu, Revista Branca, Arte Jovem *e* Arco, *no Rio;* Região, Presença, Letras *e* Resenha Literária, *no Recife;* A Pena, *em Mato Grosso;* Joaquim, *em Curitiba;* Quixote, *em Porto Alegre;* Sul, *em Florianópolis;* Colégio *e* Revista Brasileira de Poesia, *em São Paulo;* Caderno da Baía, *na Baía;* Clã, *no Ceará;* Malasarte *e* A Ilha, *no Maranhão;* Encontro, *no Pará;* Meia Pataca *e* Acaiaca, *em Minas*

Gerais, e não sabemos quantas mais. De algumas dessas revistas só conhecemos os títulos, mas em todas vibrará a mesma ânsia de vida intelectual, que anima, nesta hora, a gente nova, por todo o imenso Brasil — a tal ponto que a Cronos *pretende organizar um Congresso Brasileiro dos Dirigentes e Colaboradores das Revistas de Novos. A essa lista, na qual seria lícito incluir alguns suplementos de jornais, como o interessante e vivo* Correio das Artes, *do diário* A União, *de João Pessoa, capital da Paraíba ; e essa lista, dada pela* Cronos, *acrescentamos nós mais uma revista :* Serras, *que se publica na cidade de Timbaúba, do Estado de Pernambuco, e em que um grupo de jovens duma terra de província supera a condição dos escritores «municipais» sem a renegar. Quando veremos, entre nós, movimento semelhante, estendendo-se do Minho ao Algarve, do Continente às Ilhas, da Metrópole a todas as terras do Império, na afirmação de uma vitalidade espiritual que sentimos latente?*

DRAMATURGIA DE LISBOA

A dramaturgia de Lisboa decorre em dois lugares. Ao topo do Rossio, em edifício pesado e frio, mas um tanto discreto, erguido por mercê dos esforços de Almeida Garrett; é um teatro do Estado onde as autoridades oficiais só administrativamente interferem... E a meio da «avenida», num parque que é o único lugar de diversão lisboeta; aí se erguem três edifícios toscos, com as cadeiras entaladas umas entre as outras, quase sempre cheio de um público, curioso até à sequiosidade, a assistir com encantamento a um espectáculo característico, de predominância plástica, que vai subsistindo por entre as vicissitudes que lhe advêm do interesse comercial dos empresários e do provincianismo burguês de pretensiosidade parisiense.

Falar da dramaturgia de Lisboa sem incluir o teatro revisteiro, seria falar apenas da dramaturgia de Paris ou de Madrid. Com efeito, não só a revista é um espectáculo com dignidade teatral e com nobreza genuína, como ainda longos anos verificaram que, nos outros géneros teatrais, a dramaturgia de Lisboa quase se limita ou à representação de traduções de peças estrangeiras, escolhidas pelo êxito alcançado nos países de origem, ou à encenação de obras nacionais que imitam este ou aquele autor parisiense, madrileno e londrino. Exemplo que bem ilustra esta actividade descaracterizante é o inexplicável procedimento dos directores teatrais quanto à dramaturgia clássica: representam Gil Vicente em obscuras récitas a que só pode e interessa assistir um público de colegiais e asilados; e representam Molière em espectáculos normais, com encenação cuidada, se possível, pela última montagem de Luís Jouvet, e de modo a interessar todo o público de teatro.

A nossa dramaturgia divide-se, pois, entre o género revisteiro e os demais géneros dramáticos que são representados por uma só companhia em um único palco. A esta situação se costuma chamar «a crise do teatro português».

O sentido do desenvolvimento da nossa dramaturgia é, por conseguinte, duplo: por um lado, prolongar os géneros clássicos; por outro lado, «sublimar» o género revisteiro.

No primeiro sentido, parece-nos difícil, se não impossível, buscar inspiração ou lição no estrangeiro onde, com mais verdade do que entre nós, se manifesta a crise do teatro. Com mais verdade porque, ao considerarmos as obras mais representativas e valiosas, as de Pirandelo ou Bernardo Shaw, verificamos que elas são constituídas de crítica: crítica ao próprio teatro no dramaturgo de «Seis personagens em busca de um autor»; crítica, por conseguinte impossibilidade de teatralização, da vida e da história, no autor de «Santa Joana». E só nos referimos a Shaw e a Pirandelo por nos parecerem ociosas, ou antes: negociosas, as referências a dramaturgos mais vulgarizados, desde Giraudoux a O'Neill, ou menos vulgarizados, como João Paulo Sartre ou Gabriel Marcel: naqueles, o recurso a uma imitação historicista; nestes, a fuga para a crítica às relações entre os homens.

É pois evidente que na dramaturgia estrangeira a crise subiu à ribalta. Entre nós, o teatro não é crítico, é caótico, o

que, para quem fie do futuro, motiva contentamento: a indeterminação crítica está no fim, pode ser mortal; a indeterminação caótica está no começo, pode ser genética.

Chegada agora a seu termo uma temporada teatral, dela extraímos a sempre inconsiderada lição dos anos anteriores. Em despercebidas «récitas culturais», representou-se Gil Vicente; em serões ofuscantes de luzes, representou-se Molière. Em páginas de livros e revistas e em palcos fugazes de «teatros experimentais», despercebidos dramaturgos manifestaram tentativas e entusiasmos que poderiam vir a formar — consideradas as lições — caudal poderoso e fecundo; no Teatro de Almeida Garrett representaram-se Ramada Curto, Júlio Dantas e Carlos Selvagem, autores cujo mérito não discutimos embora gozem de ampla consagração. Há já muitos anos que estes autores são representados, e a dramaturgia de Lisboa está como está. Em Ramada Curto e Carlos Selvagem, meia dúzia de cordelinhos fazem mover meia dúzia de personagens de uma sociedade serôdia que Júlio Dantas trata com aparato histórico e maior cuidado literário.

Entre os dramaturgos dos «teatros experimentais», dispersos por sociedades recreativas e institutos de cultura, são os jovens que especialmente se distinguem: Ricardo Alberty, Carlos Montanha, Pedro Bom, David Ferreira. É-lhes comum a tendência para um teatro adjectivável de poético ou de lírico, feito mais de sugestões do que de personagens, mais de alegorias do que de símbolos. Sinal comprovativo reside na denominação dos personagens por termos genéricos—um homem, uma mulher—e não pelo nome que define o personagem como pessoa ou *personna;* outro sinal comprovativo é a escolha da fábula em temas culturais. Na encenação destas obras, o carácter genérico dos personagens e poético da intriga tem sido acompanhado, com coerência, pelo predomínio de um movimento do «ballet». Se a dança constitui um elemento da representação, não o constitui do mesmo modo que no «ballet»; neste, o movimento é significativo; em teatro, o movimento não significa, representa apenas. Com efeito, o movimento significativo corresponde à alegoria, enquanto que o representativo corresponde ao símbolo.

Há, enfim, nestes dramaturgos, o entusiasmo do início. A iniciação, porém, parece-nos prejudicada pela intromissão do lirismo, incompatível com o teatro.

No desenvolvimento do género revisteiro, reside o segundo sentido da nossa dramaturgia. O esquema da «revista» consiste numa viagem realizada com o «compère»; as fases da viagem são os quadros da revista e abrangem larga variedade, desde o «music-hall», como interlúdio, até à farsa, como fundamentante do género. A nobilitação dramática da revista fica assim possibilitada: pelo carácter viageiro, análogo teatral da mais fecunda estrutura do pensamento; pela dupla radicação na farsa e na comédia; pela actualidade concreta dos seus temas. De transitório, tem a revista a farsa de crítica social; mas como a integra na sequência de uma viagem, tem de perene a concepção ética do «homo viator».

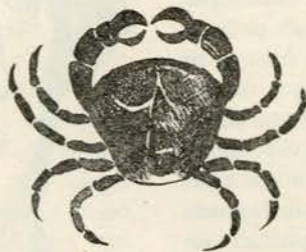
Desta concepção advém-lhe a defesa da sensibilidade libertária, pois a liberdade é a imprescindível garantia do aperfeiçoamento ético; e como tem de referir tal defesa ao quotidiano, valoriza a ociosidade contra a escravatura do trabalho e opõe o impulso genésico do amor à diplomacia que a sociedade e a moral exigem dos amantes.

Este é o esquema da revista. Seus personagens e quadros são-lhe condizentes: o polícia, que figura a ambiguidade das obrigações sociais e das exigências humanas; o bêbado, que figura o estado de inconsciência que permite a crítica sem oposição; os almoços «fora de portas» que rompem os «muros da cidade»; o ridí-

culo da hipocrisia moral dos pares de namorados; a mulher que perturba os homens experimentados ou ingénuos.

Na temporada revisteira do reabilitável Parque Mayer, acentuaram-se as vicissitudes da revista: foi com mais empenho que Piero procurou reduzir a genuinidade do género ao tipo internacional do «music-hall». O espectáculo «Ora agora viras tu» atingiu toda a vacuidade dos espectáculos que podemos também ver em Madrid ou em Pequim. Entretanto, dèbilmente, Rosa Mateus impõe, no «Maria Vitória», a revista tradicional, provinda de Guerra Junqueiro, de Guilherme de Azevedo e de Eduardo Schwalbach.

Senhor das melhores possibilidades espectaculares, empresário de três teatros, Piero deixa o destino da revista entregue ao gosto do público, que continua a preferir, com natural bom-senso, as revistas de Rosa Mateus.

ORLANDO VITORINO

CINEMA PORTUGUÊS

UM FILME SOBRE GARRETT

Considerações prévias

Um filme biográfico não pode nem deve dar a vida inteira do herói, para que não se perca a unidade de interpretação e não se dilua em demasiados episódios a intensidade dramática. Sob o ponto de vista teatral, o mais conveniente seria concentrar todo o desenho psicológico da figura em torno de um único episódio. Mas no caso de Garrett torna-se impossível essa simplificação, dado o número de sucessos históricos em que esteve envolvido ou de que foi actor principal. É preciso que o filme dê, ao mesmo tempo que o seu drama pessoal, o drama colectivo da época. O que não quer dizer que o filme não tenha um episódio central em que se defina aquilo que consideramos o drama íntimo de Garrett: o conflito da sua alma, dividida entre a vida exterior, vida mundana e vida de acção, de «dandy» e de político, de homem dos salões e de homem público, e a sua íntima necessidade de ternura, frustrada junto da esposa: Luísa Midosi, encontrada junto de Adelaide Deville, perdida com a morte da companheira, de novo procurada junto da amiga: Maria Kruz, e substituída, ilusòriamente, pela paixão dos sentidos, junto da Baronesa da Luz. O que se torna inútil, numa vida tão cheia de incidentes, é dar a infância e a juventude, por um lado, e, por outro, a decadência e a morte. Tomemo-lo quando homem, amadurecido pela vida e pelo estudo, mas pleno de vigor — quando mais luta, quando cria maiores obras, quando triunfa na tribuna e quando ama melhor — quando é totalmente e perfeitamente ele.

Esquema do argumento

O filme deve começar pela partida de Garrett, com vinte e nove anos, em companhia da esposa, para o seu terceiro exílio, ao proclamar-se D. Miguel rei absoluto. Encostado à amurada do navio,

junto da mulher, contempla Lisboa com o magoado olhar de proscrito.

A seguir, encontrá-lo-emos em Londres, recebido quase na intimidade pelos Marqueses de Palmela e vendo, na casa da Embaixada, a menina de dez anos que é D. Maria II bordar, a fio de oiro, a coroa real, numa bandeira destinada ao batalhão que se revoltara a seu favor na Ilha Terceira.

Durante a sua estadia anterior em Inglaterra nasceu nele a ideia romântica, ou melhor: nasceu com ele o Romantismo

português, assim como a consciência de uma literatura verdadeiramente nacional, — o que deve ser dado, no filme, pelas ruínas de castelos, que tanto o impressionaram, e pela saudade, sentida ao fogão, das coisas de Portugal.

Nas dificuldades da sua vida em Londres ver-se-á o drama da emigração, ao mesmo tempo que se revelará o donjuanismo de Garrett, mesmo nessas circunstâncias «flartando» com três raparigas inglesas: as irmãs Robinson.

Para se transferir para França, de onde sairá a expedição aos Açores, é obrigado a vender parte da roupa que possui e a pedir dinheiro emprestado — o que deve ser dado para que se avalie do seu entusiasmo pela causa liberal.

Tendo assentado praça num batalhão de Caçadores, segue com a segunda divisão de emigrados, da qual faz parte, também, o futuro grande historiador Alexandre Herculano. Vê-lo-emos em Angra do Heroísmo, cidade onde passou a adolescência e onde volta a abraçar a mãe, depois de dez anos de ausência.

Tendo-se alistado no Corpo de Voluntários Académicos, vê-lo-emos trabalhar junto de Mouzinho da Silveira, no Secretariado do Reino. Completa em Angra a sua colecção de «romances», ouvindo uma mulata brasileira, mucama de sua irmã, e focando esse facto deve ser dado o acontecimento histórico que é o *Romanceiro* e, ao mesmo tempo, a sua ternura pela família reencontrada. No palácio do Governo, que foi colégio dos jesuítas, diante de um retrato de D. Sebastião, que passa por autêntico, veremos nascer no seu espírito a ideia do drama nacional, que será o *Frei Luís de Sousa*.

Para mostrar a «constante» amorosa do poeta, pode focar-se o fugidio episódio de amor com uma «jovem senhora» de olhos pretos, nas vésperas da sua partida, de Ponta Delgada para o Continente, com a expedição liberal.

O desembarque, na praia do Mindelo, dos sete mil e quinhentos defensores da causa constitucional, e a sua entrada no Porto, por entre aclamações, deve focar a figura de D. Pedro, à frente das tropas, mas mostrar, como sempre, o poeta, de espingarda ao ombro e mochila às costas. Ver-se-á, depois, o futuro homem de Estado trabalhando com Mouzinho da Silveira ou com o Marquês de Palmela, depois de ter acompanhado o Batalhão Académico à linha de fogo. Será, assim, evocada a vida do Porto durante um ano de cerco.

Vitorioso o partido da Carta, veremos Garrett entrar na vida social, que tanto o seduz, como Encarregado de Negócios na Bélgica. E assistiremos à sua tragédia em Bruxelas: dificuldades financeiras para manter o brilho do cargo e adultério da mulher.

Regressa a Lisboa, vencido e humilhado, separando-se da mulher. Mas vê-lo-emos, logo a seguir, voltar à ilusão do amor, com a preceptora francesa e poetisa Pauline de Flaugergues, e às lutas políticas, agora pela Constituição. E com a vitória da revolução de Setembro, ver-se-á Garrett na sua hora de triunfo, junto de Sá da Bandeira e de Passos Manuel. Deputado às Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, enche com os ecos da sua eloquência o edifício de São Bento, e ouvi-lo-emos, por isso, num dos seus célebres discursos.

Surge-lhe, nessa altura da vida, o grande amor feito de ternura que tem procurado sempre, personificado numa simpática rapariga de dezoito anos, burguesinha sentimental que ainda não amou e que se deslumbra com o homem célebre e com a sua elegância de «leão das salas». O janota em plena glória mundana, o homem ilustre, que tem trinta e oito anos, vendo Adelaide Deville a uma janela da Rua dos Capelistas, durante a passagem da procissão do Corpo de Deus, enamora-se dela. Luta com a sua consciência porque, embora separado da mulher que

o traiu, é um homem casado, mas não pode viver sem ternura. Quando regressa a casa, depois dos triunfos nas Câmaras ou nos salões mundanos, sente o vazio da sua vida solitária. Adelaide Deville tem a coragem de ir viver com ele, e Garrett, embora não possa casar, procede com ela como um esposo exemplar, ainda mais enternecido quando ela o torna pai e, assim, perfeitamente feliz.

Com vinte e dois anos, desaparece da Terra aquela que foi, para Garrett, a «maga musa do amor». E Garrett fica de novo desamparado, com uma filha pequena nos braços: Maria Adelaide — a única filha sua que vingou, para ser sua consolação e seu tormento. Com efeito, Garrett não pode legitimar essa filha do amor e, feito Visconde, a sua única preocupação é obter da Rainha que o título possa ser herdado por aquela que tem o seu sangue, para que a nobilitação faça esquecer a situação civil irregular. A recusa da rainha em aceder a esse desejo do poeta, pode, com alguma liberdade histórica, proporcionar, mais adiante, um momento dramático.

Mas a angústia de Garrett pela situação da filha vai exprimir-se por intermédio de uma criação: a de «Maria de Noronha», no *Frei Luís de Sousa*. De perna estendida por causa de uma canelada, Garrett escreve em quinze dias, na sua casa da Rua do Alecrim, a maior obra do teatro português.

Pode dar-se, ainda, a sua ligação com a bailarina Valdini, do corpo de baile de São Carlos — o que será uma maneira de evocar o São Carlos da época, como, aliás, deverão ser evocados os outros lugares consagrados pelo Romantismo: Sintra, o Passeio Público, o palácio das Laranjeiras durante um dos célebres bailes dados pelo conde de Farrobo, o teatro particular da quinta do Pinheiro, onde é representado, pela primeira vez, por pessoas da Sociedade, o *Frei Luís de Sousa*.

Com a leitura do *Frei Luís de Sousa* no salão de Maria Kruz, nasce a grande «amizade amorosa» de Garrett. Mas nem esse novo e puro sentimento, nem as representações teatrais em que toma parte, nem a vida mundana nos salões literários e elegantes, o impedem de se envolver nas lutas políticas, e um debate nas Câmaras leva-o a um duelo à pistola junto ao aqueduto das Águas-Livres — duelo tìpicamente romântico.

Passos Manuel, desiludido da política, exilado voluntário na sua quinta de Alpiarça, convida Garrett a ir a Santarém. E não se pode evitar a evocação da mais famosa viagem que um português tem feito dentro de Portugal, pois que dela nasceu a criação da figura da «Menina dos rouxinóis», a «Joaninha dos olhos verdes» — que deve aparecer, num breve parêntesis lírico do filme, como a idealização, que foi, de Adelaide Deville.

Possivelmente, aproveitar-se-á, nesta altura, o facto histórico de Garrett, perseguido pela polícia, ter encontrado abrigo na Legação do Brasil.

Surge, então, a grande tormenta passional que há-de inspirar a Garrett o seu último canto de amor e o mais alto do seu estro lírico: a ardente paixão outonal, e derradeira, por uma espanhola esplendorosa de vinte e seis anos, Rosa Montufar Infante, filha dos Marqueses de Selva Alegre e mulher do oficial do Exército Vellez Barreiros, futuro Barão e, depois, Visconde de Nossa Senhora da Luz. Com essa última paixão, que lhe inspirou as *Folhas Caídas*, e evocada de maneira que o simbolismo desse título se torne evidente, deve terminar o filme — talvez por um encontro na estrada, quando, a passeio com Herculano (em cuja casa fora refugiar-se, buscando consolo para os seus desesperos de apaixonado de cinquenta anos), surge num carrinho a Baronesa, e Garrett, esquecido do companheiro austero, fica momentos sem fim a conversar, sempre enamorado e ainda iludido.

Uma carta

«16 Setembro 1946.

Meu caro José Osório:

Em continuidade de tantas conversas que sobre o «Garrett» temos tido, venho gostosamente confirmar-lhe o que há já tantos meses lhe disse.

Depois de ter feito «Bocage» e agora «Camões», você calcula bem com que carinho e interesse ergueria na tela a figura do grande mestre do nosso nacionalismo, tão cheia de sedutora elegância moral — mais notável talvez que a elegância física que, aliás, o caracterizava.

A história, ou argumento, que você me contou tem muito interesse. O «clima» social que o seu livro descreve, primorosamente, é um fundo dentro do qual conseguimos sem esforço ver andar, sofrer, amar e morrer, o criador inolvidável do *Frei Luís de Sousa*. Vejo todas as possibilidades em erguer daí um espectáculo cinematográfico grande, como interesse artístico [...]

Seu certo e velho amigo:

J. Leitão de Barros».

Conclusão melancólica

É claro que esse filme, com «interesse artístico» e nacional, não foi realizado até hoje, apesar dos esforços desenvolvidos, durante dois anos e meio, para encontrar capitalistas interessados por esses dois aspectos da produção cinematográfica, e não obstante o Estado oferecer a sua protecção ao Cinema que não seja, apenas, uma especulação comercial sem carácter português.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

CRÓNICA DAS ARTES PLÁSTICAS

Dantes, se um pintor, amoroso de «assuntos do ultramar», se decidia a ir até lá, para fixá-los com o viático das suas tintas e dos seus lápis, tinha de vender as alfaias que possuísse, toda a moxinifada de seus «trastes», para realizar o dinheiro das passagens e o custo da estadia nos sítios escolhidos, e a colheita, que trouxesse, secava-se-lhe, à míngua do interesse de compradores.

O entusiasmo da abalada, o alvoroço do seu filé pelo *diferente*, pelo pitoresco, pelo *novo* característico, *cheirando saborosamente a Africa*, — esse entusiasmo e esse alvoroço resultavam-lhe em «fiasco», e o que lhe restava fazer era continuar sendo a testemunha das peralvilhas bugiarias do Chiado.

Agora é diferente. Cuido que esta expressão: política do Espírito, se reforçaria dum mais eficiente significado do seu objectivo, se a enunciássemos antes, deste modo: reconhecimento do Espírito.

Reconhecimento semelhante pode-se afirmar que tem constituído a parte essencial do programa dos governantes portugueses, desde que dirigir núcleos de população deixou de ser o duelo de esgares e de acometidas, o fulo, o estrepitante, o bélico entrechoque de interesses, que era noutros tempos.

Os dois casos, agora, de que vou ocupar-me: as exposições de Martins da Costa e Neves e Sousa, autenticam a verdade do que deixei dito.

Martins da Costa beneficiou da circunstância de ter estado a administrar os destinos da Guiné o homem activo e compreensivo, empreendedor e culto, antigo camarada de plásticos e letrados, que é o capitão de fragata Sarmento Rodrigues.

Com ser *dinâmico* (segundo a expressão consabidamente definidora), as suas outras qualidades por assim dizer, intrínsecas, moleculares de enraizado nas coisas da Sensibilidade e do Pensamento, não se lhe divorciaram do indivíduo social, investido em funções de mando.

Daí, a existência na Colónia de um «Centro de Estudos», que o seu entusiasmo a sério pelas actividades do Espírito deliberou que lá se instituísse em Dezembro de 1945, incumbindo-o de promover o desenvolvimento da cultura e proceder à organização dum Museu, já, de facto, existente em Bissau, com biblioteca anexa e arquivo histórico.

É atribuição do mesmo «Centro» gizar um vasto programa de conferências e estudos sociais; conceder prémios para publicações, e levar a termo exposições de Arte, em que os motivos característicos do meio orientem a tónica exclusiva dos «assuntos».

Ora, para transformar um desses propósitos de exposição em realidade magnífica, foi que se fez a chamada à Guiné de Martins da Costa.

Acertada escolha! Comparticipando do grupo dos modernos plásticos do Norte, em que a audácia dos processos técnicos emparceira com uma proba compreensão de seus papéis de Artistas, e *mais nada*, Martins da Costa soube respeitar a solicitação que lhe era feita.

A prova esteve patente, no mês de Março findo, numa das salas do Secretariado Nacional de Informação.

Reunia a sua amostra pública de Arte,

quarenta e quatro lonas e cartões, a que se acrescentavam sete «motivos» de desenhos.

Os trabalhos expostos repetiam o certame inicial, efectuado na Guiné. Ela, pode dizer-se que está toda nas composições, que realizou o pintor, seu intérprete.

É a terra adusta, com o verde *necessàriamente* mineral das ramadas das suas árvores, de que os troncos sejam, mais, figurações de divindades coléricas, do que incidentes vegetais de paisagem; com a praga dos céus plúmbeos, detrás de que é difícil imaginar que está, *de facto*, qualquer airosidade de azul, ansioso por aparecer; com o livor de água, com a tóxica reverberação dos seus rios e lagoas, de seus canais e represas, e em que no mais pequeno grumo líquido residem mundos inteiros de destruição e de sanha, freimas de estracinhar, raiventas, obcessivas...

É a terra estrugindo de timpânicos coloridos, com o *sui generis* dos seus usos e costumes: charivaris de «tabancas»; o frenesim dionisíaco das danças; a chafra-nafra, o *puzzle* ecoante dos mercados...

Martins da Costa andou por lá, a observar, a sentir tudo isso, e os seus pincéis e os seus lápis deixaram marcado o que ia observando e sentindo.

E é assim, a vasta e intensa «composição» do seu óleo: «No mercado indígena», em que, apesar do, quero crê-lo, propositai engonçamento *bizantino* das figuras, elas se não colam à tela, e antes representam elementos *vivos*, na movimentada tapeçaria do conjunto; é o «achado» dos *Coqueiros*, inscrevendo a linearidade bárbara dos seus hieróglifos nas violentas colorações da atmosfera, tão certa de específico tropical; é o exacto da «bolanha de Bambadinca», e o ritual friso móbil do «batuque», cadenciado, dir-se-ia, por obsidiantes instigações de cantilenas; é a primitividade, contemporânea das baixamares da Judeia, da sua *Praia de Varela*; são os minúsculos agrupamentos de pessoas, *apenas indicadas*, com que confere ao flagrante de certas aguarelas (para mim, o mais forte da sua obra) uma sensação de estampas japonesas...

Neves e Sousa é o outro dos Artistas, a que os patrocínios oficiais têm atribuído atenção e assistência.

O seu *curriculum* esclarece que, nascido em 1921, fez a sua primeira exposição individual no Andula, Angola, em 1937, tinha 16 anos, e três anos depois, expõe, novamente, em Luanda. Vem para a Metrópole em 1944, com as suas *valises* de viajante atochadas de cartões, incluindo esquissos e apontamentos, de mistura com saborosas «coisas», já definitivas: figuras de dança, desarticuladas, contorsionadas, coreicas de força expressiva; recortando-se entre rituais fulmíneos de labaredas, báquicos chamejamentos de queimadas; soltando-se da prisão precária da substância colorida, e vindo para nós, arfantes, estuantes de vida frenética.

São estes trabalhos, que expõe, então, na Capital, onde justamente, *se começa a falar de si*, como de «um certo», cujo nome tem de ficar na memória de todos os sensitivos.

Matriculando-se na Escola de Belas-Artes do Porto, ali conquista, além de outro, em desenho, o prémio de Soares dos Reis (Classificação Geral no Curso Especial).

A exposição de novas obras suas, que teve, há poucos meses, numa das salas do Palácio Foz, e com a intervenção da Agência Geral das Colónias, veio trazer, para o que já se sabia das suas possibilidades de plástico, outras credenciais de mérito.

Este movimentador de cenas negras, este anotador intenso de usos e costumes do lá longe africano, é também um retratista.

O seu temperamento estruturalmente dramático, serve-lhe para conferir uma

como que *seriedade* de linhas, uma espécie, dir-se-ia, de compostura solene a cada uma das criaturas, que enquadra nas suas telas.

Por isso nos impressionam, nos obrigam a reparar nelas, nos contagiam da verdade particular, que cada uma tem para nos dizer.

Podem os grandes inquisidores da técnica, os peguilhentos ortodoxos do «*métier*», sentenciar que os seus processos claudicam de segurança; que, em vez de ter feito *assim*, ficava melhor, mais certo, picturalmente, *apoiando*, e não *tocando de leve*...

Riamos todos nós destes conselhos e destas sabatinas dos «doutos».

Neves e Sousa tem já, muito mais que as virtuosidades do prático na profissão, — a esquisitez da imaginação visual, a força interior do emotivo, desejoso sempre de comunicar «ao seu semelhante, ao seu irmão», o recado da sua sensibilidade, não deixando nunca de se solidarizar com o que quer que trate, *de se lhe dar todo*, num símile aureolado e magnífico de núpcia.

A *Campina alentejana* não esquece nunca, de tal maneira nela é reflectida toda a sobranceira desolação, a humana, a crispada melancolia da vastidão cismática, em que os motivos que a constituem, de graça elegíaca e desafiadora aceitação de secas e intempéries, como que se conjugam, para orquestrar o intérmino rebôo wagneriano duma angústia de princípio do mundo, do primeiro grito, que ecoasse entre os espantos elementares da Génesis...

O *Marroquino* e o *Mexilhoeiro*, esse «achado» do *spleenético* gentil-homem da paisagem, — documentam, do mesmo modo, a valia experimentadamente técnica do seu autor, mirando sempre as coisas com o entusiasmo duma pupila emocionada, a esmigalhar a malsinação de tantos incônscios, que o apodavam de desdenhoso.

***

Outras manifestações de Arte têm que ter nesta crónica a referência devida.

Merecem-na em absoluto as lonas do Rei pastelista, que a lucidíssima directoria de Diogo de Macedo trouxe ao Museu de Arte Contemporânea, onde têm estado a comprovar a alta estirpe vibrátil do monarca desditoso.

Mais ainda, talvez, do que como vítima injustamente expiatória duma época de inconsequências a estralejarem de retórica inflamada, duma amálgama de indignações mentindo sinceridade, — D. Carlos de Bragança terá de ficar nos *rememberes* do tempo pelas suas qualidades de realizador admirável de cores e tons justos, de Mestre de plásticos, digno de que o coloquemos a par dos condestáveis egrégios da Pintura.

***

O Congresso Internacional de História de Arte, que nesta Capital reuniu um sem número de eruditos dos mais recônditos segredos da estética, veio restabelecê-la, juntamente com outras visitas, já levadas a efeito, de «*representatives men*» lá de fora, e com as que se anunciam para dias futuros,—no papel de metrópole-centro das actividades do Pensamento, que ela teve noutros tempos, na Idade de Oiro, em que os Portugueses comandavam iniciativas, quando um malsorteado mestre de balança se chamava Gil Vicente e um assomadiço espadachim barbi-ruivo compunha essa epopeia da Sabedoria, que são os *Lusíadas*.

Integrada no programa comemorativo desse Congresso, figurou a exposição, no Museu Nacional de Arte Antiga, de obras de Arte do «quattrocento» e da época de quinhentos, da Ilha da Madeira.

Todo o património espiritual da «Ilha Loira», consoante a tão bela expressão de Nobre, lá se encontrou, para regalo

dos oficiantes anónimos da Beleza e para orgulho dos patriotas a sério, descortinando na admirativa reacção dos olhos estrangeiros um estímulo contra o cepticismo que, em certas horas de crise, têm os seus.

Cepticismo semelhante, desde há muito que continuadas amostras públicas de sensibilidade efectiva, real, por parte deste e daquele, têm estado a espavorir, a relegar para um plano misérrimo de fantasma sem préstimo, desbotado de uso, embaraçado pela própria sombra da sua pequice...

Sucedem-se, de facto, os certames, sob a acolhida hospitaleira de quem na casa histórica da Praça dos Restauradores exerce o mecenato das suas múltiplas curiosidades, que se refrangem em outras tantas cartas de pergaminho concedendo direitos de cidade a quem quer que se lhe aproxime, uma vez que tenha que dizer...

Às exposições, a que já me referi, de Martins da Costa e Neves e Sousa, podem acrescentar-se, nos dois meses de Março e Abril, as de Júlio de Sousa e João Carlos, o primeiro com os pequenos *panfletos,* saudàvelmente e encantadoramente dicazes, das suas *pessoas* de trapos, a *airosa fealdade* das suas cerâmicas, e o barulhento amavio das suas elegantes espiando-nos do alto dos seus centímetros de lona; o segundo, com as suas traças subtis de ilustrador e decorador, a que as proficiências do médico norteiam, não há dúvida, a perfectibilidade no *rendu* da linha anatómica e a que as aptidões suplementares do homem de letras limitam algum tanto, talvez, a estreme altitude da realização artística, quanto de desejar, *assim,* que fosse exclusiva...

Distante do «estúdio» do Palácio Foz, Carlos Botelho, alcandorado no seu bairro, em que é, na verdade, por senhoria de predilecção, *dono da casa,* — encanta-nos com a galantaria «gris-verde-e-rosa» dos seus trabalhos.

Pode-se discordar deste pintor da pitoresca Velha-Lisboa e dos «tipos» desengonçados, desvertebrados, muito menos preenchidos de carne, do que construídos em abstracções geométricas de carne. Mas, numa coisa temos todos de convir: na forte, na rica substância do seu talento.

Em tudo o que compõe vinca-se a marca de que é *alguém,* a fazer-nos reconsiderar que nem sejam defeitos a *acintosa rigidez* das personagens que incrusta em seus quadros, ou a monotonia dos cinzentos, com que espectraliza a natureza. Defeitos realmente porquê? Em nome de que dogma podemos decretar que aquilo que ele sente, *não seja assim?* Séculos de experiência deviam elucidar-nos de que *nada há mais falso que o tal e qual...*

⁂

Acontecimento de relevo é a nova característica do «Salão da Primavera», inaugurado no lugar de sempre: a Sociedade Nacional das Belas-Artes.

Já não são apenas os grossos bons senhores respeitáveis, que conhecem a fundo os manuais do «bom emprego» do pincel e do escopro, os admitidos a franquear a soleira do frio casarão.

Também a gente moderna, os estouvados rapazes dos «processos de agora», tiveram lá entrada.

E é realmente como se um repercutir aliciador de clarim imprimisse uma sensação de vivência àquilo tudo. Milagre dos ousios esbeltos!

Diríeis até que os obstinados bonzos de outras idades, que ainda ali teimam no seu borralhoso ronrom, remoçaram, e na indumentária consabida dos insossos «assuntos de sempre», apuseram, com cautela embora, pequeninas listras de escarlate.

Claro que nem tudo é louvável na produção exposta dos impertérritos demolidores do bafiento. Mas só os que reconstroem conquistam o direito de nem sempre verem certo. A felicidade de conseguirmos

o imprevisto, o que nos parece *que ainda não foi dito*, tem uma equivalência transfiguradora de hipertrofia, põe-nos no outro lado das calhas cordatas do consuetudinário. As circunstâncias mais tarde se encarregarão de dizer se errámos de todo...

Na sua quase totalidade, o que a gente moça, o que a grei moderna trouxe ao certame da Rua Barata Salgueiro, afirma temperamento e carácter. Exemplos: Júlio Pomar, António Aragão, Avelino Cunhal, Mário Dionísio.

Moços são também os que, segundo os cânones civis, não podem ser tidos precisamente como tal. Na escultura, sobretudo (ressalvada a homenagem devida, como pintor, a um Abel Manta, pela maestria do seu «retrato», a Varela Aldemira, a Falcão Trigoso, aedo do Algarve, *cantando-o* em dionisíacos evoés de luz, a Domingos Rebelo, salmista veemente do «Em louvor da terra»)...

...Na escultura, sobretudo. É o caso de Leopoldo de Almeida, com o clássico acabamento dos seus mármores. É o caso de José Farinha, cuja máscara de bronze fala, respira, obsidiante de vida arterial. É o caso de João da Silva e Júlio Vaz, aquele, cheio dó mais nobre, do mais depurado retransimento, na evocação dum longínquo passado heróico; este, a bem dizer inigualável na poemática obra-prima da sua «Nostalgia».

É o caso, ainda, de Euclides Vaz, que continua respeitando o compromisso, há anos tomado, de ser um excelente obreiro da pedra trabalhada, e muito para lá do côvado comum, o caso, sob todos os títulos, notável, de Anjos Teixeira, com o hinário castamente heterodoxo do seu «Nu», levita orando, aureolado de comoção extrafísica, à magnificência, à esplendorosidade do Eterno Feminino.

*
* *

Venho fechar esta crónica, referindo-me a três outros acontecimentos, pelos quais Lisboa fica acrescentada nos seus títulos de altanaria sensível: a XIII Exposição de Arte Moderna; a dos Artistas premiados em salões anteriores, e o 1.º Salão Nacional das Artes Decorativas, estes três acontecimentos verificando-se nessa Meca do Bom-Gosto, de que há que fazer sinónimo o Secretariado Nacional da Informação.

A pessoa que o dirige com experimentado saber, no acto inaugural dos dois primeiros certames, marcou a circunstância de ele ter sido o lar dos pintores e escultores portugueses, sem nada se lhes pedir, facilitando-se-lhes tudo: salas e catálogos, publicidade e ambiente, prémios pecuniários e demais incentivos.

Exactas e justificadas palavras! E de que modo têm correspondido os escultores e pintores portugueses a este infatigável afã de estímulo e de apoio? A retrospectiva dos artistas premiados, que no 1.º andar do Palácio-Falanstério congrega doze anos de pertinácia no Sonho, — responde à pergunta com admirável desgarre. Quase todo o armorial do grande mundo plástico dos tempos de hoje, ali se encontra.

Não fossem os três, ou quatro, que as minhas susceptibilidades de espírito ainda se não convenceram de que os devemos distanciar do côvado comum, e poderia bem dizer-se que o que preenche aquelas paredes e se recorta sobre os plintos, é uma autêntica galeria de notáveis.

António Soares, Mário Eloy e Almada Negreiros comandam a patuleia magnífica. Que maravilhosa sinfonia de tons justos o retrato de mulher, que subscreve o primeiro!

Não ignoro, não quero ignorar que o original da figura *não era nada assim*, com a esplendência dominadora, com o sortilégio de feminilidade, que, como uma luz jamais vista (a «outra luz», de que fala o soneto de Antero), dir-se-ia que transcende, dir-se-ia que galvaniza de sedução toda essa pessoa, — afinal uma

mescla de tintas nuns tantos centímetros de lona... Mas o Artista conferiu-lhe a *realidade* da sua Realidade!

Para um registo de catálogo é *apenas*, sucedendo-se a outros *números* e antecedendo outros *números*, o retrato da bailarina *Natacha*... Na verdade, para os registos do porvir, é um surpreendente momento de Pintura.

O «assunto», de que trata Mário Eloy obsidia-nos com o seu *impromptu* de matéria viva. Um toque de pincel, uma justaposição *adivinhante* de cores, e o modelo ficou lá todo, com o seu desigual, o seu assimétrico de fisionomia; com o jeito propositalmente desportivo da indumentária, a afirmar a uniformização da era contemporânea, desdenhosa dos atributos românticos, que *distinguiam dantes* os artistas.

Um luar de extrafísica harmonia como que sobrenaturaliza as duas criaturas do desenho de Almada. Vê-se que não *precisava* de Picasso para poder ser, como, de facto, é, um perfeitíssimo obreiro de linhas, um intenso e subtil realizador de imagens...

***

Os componentes da XIII Exposição de Arte Moderna correspondem também, com galhardia e altura, ao acolhimento que obtiveram.

Se este e aquele, lá pelo facto de se entenderem na obrigação de, fazendo «modernismo», desrespeitar o *irremissível clássico* do que, muito mais do que *actual*, é eterno, — cometem, com os trabalhos apresentados, um pecado nefando de blasfêmia: blasfêmia contra uma divindade: a Beleza, — a grande parte do resto convence-nos, porque, aliás (como creio) está convencida...

...convencida, sim, do *sério* do que lhes cumpre, convencida de que uma vez ultrapassados os carreiros normais do sentir, há que ficar para todo o sempre preso ao compromisso de sofrer e criar, de produzir e voltar a sofrer, para criar ainda e mais uma vez, e exclusivamente, sofrer...

***

O 1.º Salão Nacional das Artes Decorativas tinha de ser, para falar assim, o complemento necessário, o fecho de cúpula dos dois acontecimentos que deixei referidos.

Nenhuma das modalidades da arte aplicada podendo deixar de figurar nele: desde a tapeçaria à vidraria, desde a ourivesaria e a prata lavrada às coisas de cerâmica e do barro, aos bonecos de trapos e aos *modos* gráficos, — no catálogo que as menciona forçoso era encontrar o mesmo escol de pessoas conhecidas.

...Porque, — acentuou-o António Ferro, com a compreensiva inteligência costumada —: decorador pode, também, ser sinónimo de génio.

Arte decorativa, o que subentende, na verdade, no seu intrínseco sentido superior? Um exercício de altruísmo, de que os casos individuais de artistas são o outro lado, de egoísmo.

Qualquer dos que, neste sumptuoso e diversíssimo certame, contribuíram para que se generalize um certo jeito particular de biombo, ou para que passe a datar a airosidade específica deste, ou daquele galbo de castiçal, — fazendo isto, *transigindo* com isto, *vindo até à rua, para se ocupar também disto*, o que conseguiu foi, afinal, conquistar outros títulos de glória, no mesmo nível dos que lhe trouxeram as suas «iluminações» para «raros apenas»...

Lisboa, Maio de 1949

C A R L O S   P A R R E I R A

N O T A S

A propósito de Menendez Pelayo

Não podem os portugueses cultos ficar indiferentes perante o grande acontecimento que é a conclusiva publicação da obra de Menendez Pelayo, *História dos Heterodoxos Espanhóis* que, há muito esgotada, o Consejo Superior de Investigaciones Científicas agora reeditou, com esmero, em oito grossos volumes. Constitui esta reedição um inestimável serviço prestado à cultura católica e à cultura ibérica. É que, neste monumento de erudição, se encontram também estudadas as heterodoxias e, ainda, as heresias expendidas por território português, desde a gnose priscilianista do século IV até às sociedades maçónicas do século XIX.

Com efeito, o conhecimento das heresias e heterodoxias é imprescindível para a compreensão, não só da história religiosa mas também da fenomenologia cultural. Importam elas à história religiosa enquanto discutem a fidelidade ortodoxa, dogmática ou ritual; importam à fenomenologia da cultura enquanto determinam discussões teológicas que dinamizam a filosofia e animam a poesia, certo que uma e outra encontram origem no pensamento de Deus.

Aos estudos portugueses, crucialmente importa, por conseguinte, o conhecimento das heresias e heterodoxias que denunciam sempre, por sua natureza e por suas negações, a originária reacção.

Ao estudioso da nossa erudição, deparam-se inúmeras tentativas para explicar certos aspectos culturais como expressões heréticas. São mais conhecidas as das origens heterodoxas da poesia trovadoresca, de parte da obra de Gil Vicente, Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, do profetismo de António Vieira, do teatro de António José da Silva, ou, finalmente, da poesia de Fernando Pessoa.

Especial interesse para a explicação de algumas correntes poéticas tem a heresia de Prisciliano que, pela inspiração gnósica, se relaciona, por um lado, com a tradição religiosa do Oriente, e, por outro lado, defende amplíssima compreensão dos cultos, a qual aspira ao supremo conhecimento teológico. Foi ainda da gnose que o priscilianismo herdou a primacialidade que confere, sobre todos os outros, ao problema do mal — característica que se vai projectar e prolongar no pensamento português; comum também ao pensamento português é a preferência pelo realismo sobre o idealismo, afirmada na especial concepção da Trindade Divina. Por isso, não estranhamos que um grande poeta contemporâneo tenha confessado corajosa admiração pelo priscilianismo.

A doutrinação de Prisciliano, que surgiu na Galiza em 379, se alargou com impetuosidade à Lusitânia e à Bética e chegou a ter prosélitos no sul da França, foi condenada, em 380, no Concílio de Saragoça, e Prisciliano decapitado em 385. A heresia, contudo, persistiu durante dois séculos, pois a constituição do reino suevo permitiu-lhe amplo desenvolvimento no noroeste da Península. Tal persistência justifica que o priscilianismo tenha sido condenado novamente no Concílio de Braga (561-563), chefiado por São Martinho, posterior Bispo bracarense que tem o mesmo nome de S. Martinho de Tours, com o qual se não deve confundir, pois este último protestou contra a decapitação de Prisciliano. A violência da condenação conciliar, que acrescenta dezassete cânones à «regra de fé», constitui prova da funda radicação de uma heresia, contra a qual escreveu Santo Agostinho, e que ainda encontrava sectários no século VIII. Por isso Menendez Pelayo exclama:

«Quantas relações de conquistas e batalhas, quantos catálogos de dinastias e linhagens se poderiam dar em troca de sabermos quando e de que modo morreu, no povo da Galiza, a heresia de Prisciliano!».

Estes ligeiros apontamentos sobre as vicissitudes e permanência do priscilianismo são suficientes para mostrarem ao leitor a importância que poderá ter tido, na formação da nossa mentalidade, uma heresia que dominou com tal força e durante tão longo período as populações que iriam originar a nacionalidade portuguesa. E exemplo constitui este de quão necessário é para a explicitação da cultura de um povo o estudo das suas heresias; também para a doutrinação ortodoxa, que o inevitável, definido fracasso do pensamento hereje vem enriquecer. Esta dupla finalidade confessadamente presidiu à elaboração da obra do grande investigador espanhol.

Seria, pois, esclarecida iniciativa a de divulgar, nos nossos ambientes dominados de

cultura profana, esta obra de Menendez Pelayo, mais fecunda pelas informações que oferece do que nociva pelo absurdo espanholismo. Dotado o pensamento português de uma teologia diversa da espanhola, não haveria para nós interesse imediato no conhecimento das heterodoxias da pátria de Menendez Pelayo. A divulgação da *História dos Heterodoxos Espanhóis* poderia consistir na edição de um livro constituído pelo resumo daquela obra seguido de uma antologia dos textos referentes aos heterodoxos que influíram em terras portuguesas.

Os editores ou os organismos editoriais, suficientemente informados para saberem quão prestimosa tem sido, para a cultura católica e para a cultura espanhola, a obra monumental do autor das *Origens da Novela*, encontrarão porventura nesta breve nota sugestão para obra que os dignificará.

O. V.

Os livros que nos deviam interessar

Os quotidianos não devem ter publicado uma linha sobre o livro cujo aparecimento queremos registar aqui. Intitula-se: *Vilarinho da Furna (Uma aldeia comunitária)*, e é seu autor Jorge Dias. Trata-se de uma edição do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, que esse estudioso foi incumbido de organizar pelo Instituto para a Alta Cultura. Prefacia-o o professor da Universidade de Lisboa Orlando Ribeiro, autor de um *estudo geográfico* notável: *Portugal, o Mediterrâneo e o Altântico*, que passou despercebido, não só do grande público, mas dos homens de cultura que não possuem essa especialidade científica.

É para os trabalhos desse género que queremos chamar a atenção dos intelectuais portugueses que não sejam exclusivamente literatos. Não se pode ser conscientemente português sem se conhecer Portugal. Se um país é o espírito, o pensamento e a sensibilidade dos seus indivíduos superiores, é, também, o meio geográfico, o estilo de vida e a cultura social do seu povo. Nem mais nem menos, mas tanto uma coisa como outra. No nosso tempo, para o conhecimento da personalidade do Português, importa conhecer a poesia de um Camilo Pessanha ou de um Fernando Pessoa, mas importa, também, conhecer, por exemplo, aquilo que Orlando Ribeiro chama «a revolução do milho», ou porque vive em organização comunitária a gente de Vilarinho da Furna. A obra de um José Leite de Vasconcelos não é maior nem menor, mas tão necessária como uma antologia da lírica portuguesa contemporânea.

Faltou ao velho mestre, e falta aos seus continuadores, a arte literária de um Gilberto Freyre, que lhe permite interessar todos os leitores da língua portuguesa num estudo ecológico circunscrito a parte de uma zona do Brasil, como é o da influência da cultura da cana de açúcar sobre a vida e a paisagem do Nordeste agrário? Cremos que é outra a razão porque livros como os de Leite de Vasconcelos ou como os de Orlando Ribeiro e de Jorge Dias não alcançam o público, mesmo só o público intelectual. Os portugueses ignoram Portugal, mas estão convencidos que o conhecem. E como estão convencidos disso, não têm o interesse dos brasileiros pelos livros que possam revelar-lhes a terra e a alma do país a que pertencem. Falem aos portugueses de Paris, mas não de Vilarinho da Furna; dos escritores existencialistas em moda, mas não da poesia do povo de que fazem parte (tão admiràvelmente estudada pelo notável poeta Afonso Duarte, no ensaio de síntese: *Um esquema do Cancioneiro Popular Português*, que também passou despercebido). O que é francês é que interessa aos leitores das páginas literárias dos raros quotidianos que as publicam, e aos que nelas escrevem.

J. O. de O.

O sortilégio da África

João Martins da Costa, frio, louro, metódico, pintor de discretas harmonias cromáticas em que predominam os tons neutros foi indicado para a missão de pintar a Guiné.

Não lhe seria fácil a tarefa dado o seu temperamento pouco acessível às emoções rápidas.

Assistimos, todavia, a um fenómeno notável, o frio temperamento, no escasso lapso de tempo de dois meses de convívio com a terra africana, muda um pouco, a paleta enriquece-se de novos tons, entenebrecem-se os céus, as manchas de sol são violentas, o próprio traço dos apontamentos rápidos torna-se mais e mais nervoso como presa do sortilégio ambiente.

Martins da Costa é um trabalhador notável, servido além do mais por uma sólida técnica de pintura.

Para ele não houve aquele doloroso período de adaptação que tão bastas vezes conduz quem visita as colónias a um estado de desânimo todo especial.

Chegou à Guiné e no dia seguinte sem hesitações começou a fazer o retrato do que via com os olhos deslumbrados de quem acha um mundo novo.

Talvez por isso mesmo continuou a ser europeu, apesar da excitação das novas cores e dos novos ritmos.

Ele procurou penetrar a África, jamais pensou porém deixar-se penetrar por ela.

Extraordinàriamente pessoal, Martins da Costa continuou a ser o mesmo na Guiné. Assim, tentando explicar a Guiné em pintura, é mais ainda a si próprio que se explica.

Não nos mostra o exotismo das figuras através de novos prismas, mas antes com uma grave compostura de retratos oficiais, que, embora perfeitamente executados, pintados com a sua técnica segura, pouco dizem do que vai para além da máscara dos retratados.

Num só dos quadros de figura se surpreende uma outra feição menos europeia, na ideia, no sentido cálido da cor, na própria composição.

É no quadro «Mulheres indígenas», em que duas ou três negras, entregues à faina de preparar o quotidiano «irandé» têm todos os gestos impregnados dum fatalismo ancestral que transcende a simples pintura do assunto no que possa ter de estreitamente etnográfico e documental.

Essa feição, estou certo, impregnaria por fim toda a sua obra colonial se o convívio fora mais longo.

É contudo na paisagem, e especialmente nas aguarelas, que sem abdicar do cunho da sua personalidade o pintor nos dá um melhor documento do seu trabalho na Guiné.

A Guiné no tempo das chuvas: pesada de nuvens, verde, do verdenegro das mangueiras, pitoresca e colorida os alvos «boubous» dos fulas, os cofiós vermelhos, mouros nos mercados, carregadores de mancarra, coqueiros, as marés deixando o costado despido dos veleiros encostado aos cais como vacas em descanso, sortilégio de cor, fogueira verde... Sugestão de estranhos mundos que são a nossa pátria desdobrada em novos horizontes. A Guiné está nos quadros ora reunidos de Martins da Costa.

Vi a Guiné na Rua de Santo António, nesta cidade do Porto — cidade brumosa e fria, das melodias grisalhas das árvores despidas e dos passeios solitários, inspiradora dos Pintores a cuja escola Martins da Costa pertence.

Sei que Martins da Costa voltará à Guiné. O tempo foi pouco para a ver, não chegou, decerto, a conhecê-la.

Mas a África é um feitiço e hoje ou amanhã, ou daqui a dez anos, o «mecinho» Guiné arrastá-lo-á para lá outra vez.

Martins da Costa pintou dois meses na Guiné, teve as primeiras febres... Martins da Costa voltará à Guiné.

Nessa altura o veneno terá trabalhado o suficiente para que Martins da Costa pinte mais Guiné que Martins da Costa, e então, em vez de tentar penetrar a África, deixar-se-á penetrar por ela, calmamente, serenamente, definitivamente...

NEVES E SOUSA

Centenário de Joaquim Nabuco

Vivemos tão separados do Brasil, ou tão distraídos da vida brasileira, que nos esquecemos, todos, de que no dia 19 de Agosto de 1849 nasceu em Pernambuco uma das mais nobres figuras da história social e literária do país que é nosso filho. Até a Academia das Ciências de Lisboa, talvez por estar em férias, deixou passar essa data sem uma sessão de homenagem à memória de um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e seu primeiro Secretário Geral, autor, ainda por cima, de um dos mais notáveis ensaios que já se escreveram sobre Camões. Até eu, que vivo a pensar no Brasil, só por acaso me lembrei de que se completava este mês o primeiro centenário do nascimento desse que foi, talvez, o exemplar mais perfeito do homem brasileiro : Joaquim Nabuco. Ele foi, é certo, um escritor de espírito europeu — «um puro caso de *transoceanismo* intelectual», como já dissemos. Mas se pertencia à Europa pela cultura, procedeu, na vida política, como um cidadão brasileiro, quer lutando pela Abolição — ele, um aristocrata do canavial, de uma família de senhores de engenho —, quer servindo o regimen republicano como diplomata — ele, o monarquico convicto, o filho de um estadista do Império. Não foi, porém, só a razão que o levou à campanha abolicionista, mas a formação brasileira da sua sensibilidade, como se, brasileiro pelo sangue e pelo nascimento, e apesar da sua consciência de estirpe, só a infância passada no engenho Massangana, de sua madrinha, tivesse podido lutar vitoriosamente, na sua alma, com todas as influências da cultura europeia e de uma vida cosmopolita. Por isso mesmo, de toda a sua obra, que vai ser agora reunida em quatorze volumes, mais do que o livro modelar que é *Um Estadista do Império* — biografia de seu

pai e história de uma época da vida política e social do Brasil —; mais do que os seus ensaios, mais do que a sua correspondência com Machado de Assis, sobreleva o capítulo de memórias da infância: *Massangana*, da sua auto-biografia espiritual: *Minha Formação*. Esse capítulo merecia bem outro título, que já nos atrevemos a propor: «Formação de uma criança brasileira».

J. O. de O.

Machado de Assis em alemão

O professor Erwin Georg Meyenburg, que vive em Portugal, não é só o mestre de Teatro a quem se deve a encenação de *A Ascensão de Joaninha*, do seu compatriota Hauptman, e de *O Avarento*, de Molière, tais como se representaram no Teatro Nacional de D. Maria II; é um homem de cultura e nessa qualidade foi convidado, por uma editorial suíça, a traduzir para a língua alemã o *D. Casmurro*, de Machado de Assis. Essa tradução, para a qual José Osório de Oliveira escreverá um prefácio cremos ser a primeira que se faz, de uma obra de Machado de Assis, para o idioma de Goethe, embora, em vida do mestre supremo da literatura brasileira, tenha havido o projecto de traduzir as *Memórias Póstumas de Braz Cubas*. É possível que seja igualmente traduzida para o alemão a antologia de *Contos* de Machado de Assis, que Osório de Oliveira organizou para um editor português.

Homenagem a Jorge de Lima

A *Revista Académica*, do Rio de Janeiro, que não tem nada que ver com a Academia Brasileira de Letras nem é já revista de estudantes, mas publicação de Arte e Literatura de vanguarda, dedicou um número recente ao poeta Jorge de Lima, como já tinha feito com os poetas Carlos Drummond de Andrade e Augusto Frederico Schmidt e com os pintores Segall e Portinari. Trata-se de uma das mais justas homenagens que é possível prestar, hoje, no Brasil, e nela colaboram, além de vários outros escritores, alguns que ocupam, ao lado de Jorge de Lima, a primeira fila das Letras brasileiras: Murilo Mendes, Manuel Bandeira, Tristão de Ataíde e Artur Ramos.

Queríamos — nós, que consideramos Jorge de Lima um dos grandes poetas do Brasil — que fosse ainda mais expressiva a homenagem; que nela colaborassem todos quantos, no Brasil, representam alguma coisa, nos campos do pensamento, da cultura, da sensibilidade literária e, até, da crítica de Arte, pois que Jorge de Lima é, além de poeta e de romancista, autêntico pintor. Alguns portugueses, se tivessem sido convidados, podiam ter colaborado nessa homenagem, dizendo da sua admiração pelo poeta brasileiro de *Inverno*, *Madorna de Yayá* e *Essa Negra Fulô*, pelo poeta universalista de *A Túnica Inconsútil*, pelo romancista-poeta de *O Anjo* e pelo dramático romancista de *Calunga* — honra da literatura do seu país e da poesia de língua portuguesa.

Uma revista brasileira de cultura

A revista *Portucale*, que há vinte anos se publica no Porto, insere, no seu número duplo de Janeiro-Abril do corrente ano, uma referência bibliográfica ao primeiro número, relativo a Setembro-Dezembro de 1948, de uma revista brasileira intitulada *Cultura*, editada pelo Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde — revista que não foi recebida na redacção da *Atlântico*. Nessa nota da revista portuense lê-se o seguinte:

«O departamento de propaganda dos Estados brasileiro e português editaram, conjuntamente, durante algum tempo, a excelente revista *Atlântico*. Segundo cremos (não tem sido recebida nesta redacção), a revista tem continuado a sair, com aspecto mais modesto, e não sabemos sob que normas editoriais mas parece que mais portuguesa do que brasileira. Do Brasil, e precisamente do Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde, chega-nos este primeiro número de *Cultura*, revista de formato e volume semelhante ao de *Atlântico* na primeira fase, embora menos luxuosa e sem a relevante colaboração poética que *Atlântico* apresentava. Pretende-se, com a nova revista, fazer por conta própria o que se fazia de colaboração connosco?»

Devemos explicar que a *Atlântico* surgiu e continua a publicar-se em função do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, firmado no Rio de Janeiro, em 4 de Setembro de 1941, pelo Director do Departamento de Informação e Propaganda (depois Departamento Nacional de Informação e, finalmente, Agência Nacional), por parte do Brasil, e pelo Director do Secretariado da Propaganda Nacional (depois Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo), por parte de

Portugal. O Departamento brasileiro dependia directamente da Presidência da República e passou a depender do Ministério da Justiça, não tendo nada que ver com as funções próprias do Ministério de Educação e Saúde, como o Secretariado português depende directamente da Presidência do Conselho, não tendo nada que ver com as funções próprias do Ministério da Educação Nacional. Estranhar que o Serviço de Documentação do Ministério de Educação, do Brasil, edite uma revista de cultura sem ser de colaboração connosco, é tão absurdo como estranhar que o Instituto para a Alta Cultura, de Portugal, exerça a sua acção sem a colaboração dos brasileiros. Repare-se que a *Atlântico* é uma revista de cultura, sim, mas cultura luso-brasileira, ou melhor: lusíada. Quanto à revista *Cultura*, se é, como se diz na *Portucale*, uma «publicação rica no conteúdo, com artigos de alto interesse», só temos que nos felicitar, quer como portugueses, quer como amigos e admiradores do Brasil.

DOCUMENTÁRIO

Duas cartas inéditas de Cheng Tcheng

Em 1928 apareceu em França, apresentado por Paul Valéry, o livro de um chinês: *Ma Mère*, de Cheng Tcheng — primeiro de uma série de obras subordinadas à epígrafe *Vers l'Unité*, em que esse «Chinois européanisé», esse «Oriental occidentalisé», como ele próprio se classificava, se propunha contribuir para a «unité des civilisations de l'Orient et de l'Occident». «Plus spécialement des civilisations chinoise et européene». A escritora Ana de Castro Osório, tendo lido esse livro, publicou sobre ele um artigo, no jornal do Porto *O Primeiro de Janeiro*, com o título *Uma Revelação*. Foram dirigidas a Ana de Castro Osório as duas cartas que arquivamos — a primeira, pela revelação de um facto que julgamos desconhecido (a associação que os chineses fazem — pelo menos no Norte, de onde é natural Cheng Tcheng — do nome de Portugal com o do fruto que os portugueses foram os primeiros a levar até à China, como se pretendessem designar o nosso país por «país das uvas); a segunda, como documento curioso de um desejo utópico de unificação da multímoda espécie humana.

Paris, le 14 Janvier 1929.

Chère Madame,

Mon éditeur m'a bien fait parvenir votre lettre du 19 décembre et votre article.

Je vous remercie de tout mon coeur pour votre attention particulière accordée à mon premier livre : Ma Mère.

J'ai entendu parler du Portugal depuis ma tendre enfance. En Chinois, Póu-Tó-Ya, le Portugal ; et Póu-Tó signifie les raisins. J'ignore l'étymologie de la traduction.

Sûrement, un jour, je viendrai visiter votre pays. Mais je serai obligé de retarder cette visite jusqu'à mon retour en Europe.

Je partirai pour l'Orient au mois de février, puis pour la Chine. Je rentrerai en Europe en 1930.

Malheureusement je ne connais pas votre belle langue. Vous serez bien aimable de me donner la traduction française du contenu de votre article.

Dans l'espoir de vous lire toujours, je vous envoie mes salutations amicales et mes respects confraternels.

Cheng Tcheng

2, rue Berthollet.

Paris Ve — France

Paris, le 28 février 1929

Ma Chère Amie,

J'étais fort touché par votre bien aimable lettre et votre excellent article dont je lis avec tant de plaisir la traduction. Je vous en remercie beaucoup, beaucoup et beaucoup ! Mes compliments à la traductrice !

Oui, superficiellement, extérieurement, il y a beaucoup de différences, beaucoup de limites, entre un Chinois et un Portugal, entre un Jaune et un Blanc — aussi entre un frère et une soeur de la même mère.

Mais, au fond, au fond, au fond, nous sommes les mêmes, justement les mêmes, exactement les mêmes. Les sensibles du coeur humain répondent à toutes les notes qui nous sont communes.

Votre portrait et celui de la petite me donnent tout un choc à l'intérieur :

«Mère !».

«Enfant !».

«Inséparables !».

Je partirai pour l'Orient à la fin du mois de Mars. Je vous enverrai de temps en temps mes nouvelles, aussi celles de ma mère.

Bien à vous, cordialement.

Cheng Tcheng

2, rue Berthollet — Paris Ve

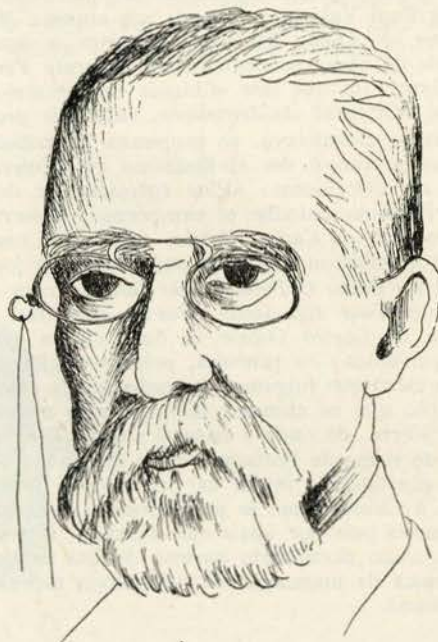
A R Q U I V O

MACHADO EM PORTUGAL

É impossível dedicação maior pelas letras brasileiras que a do Sr. José Osório de Oliveira. Tornou-se esse escritor, filho de Ana de Castro Osório e irmão desse generoso e admirável espírito que é João de Castro Osório, um conhecedor avisado e lúcido de nossa literatura, um sabedor incomparável, um mestre de coisas brasileiras, capaz de, aqui mesmo, ensinar em qualquer cátedra o muito que sabe.

Em Portugal, José Osório é o incansável revelador de nossos valores, o infatigável rectificador de enganos, o homem que não hesita e não erra em dizer o que é falso, o que é matéria de exportação pura e simples e o que é realmente substancial e merecedor de ser conhecido e celebrado. Devem, os escritores brasileiros, a esse espírito combativo, apaixonado e que vive realmente a sua paixão pelo Brasil (e que é mesmo uma paixão, quer dizer sentimento ora desconfiado e agudamente descontente, ora abundante) feliz e de si mesmo satisfeito; devem os homens de letras e a nossa literatura grande parte do que se sabe hoje em Portugal das nossas coisas e dos nossos escritores, poetas, ensaístas, enfim, de todos os que escrevem e vão procurando formar uma literatura nesta terra.

Não é apenas, porém, José Osório um informante alerta e um divulgador avisado, mas deverá ser contado como um dos melhores críticos que possuímos, alguém que tem sabido julgar as letras brasileiras com segurança, fora mesmo do relativo de ser português e assim crescer-lhe o mérito da atenção que nos dedica.

Naturalmente, o que o Sr. José Osório tem feito até aqui pelas letras brasileiras inglòriamente lhe tem saído; sem essa recompensa indispensável da gratidão e do público reconhecimento que tarefas que ocupam uma vida inteira merecem e reclamam. É que ele não escolheu para o seu trabalho pelo Brasil *a estrada de Damasco de todo o mundo*. Não repetiu louvores a quem os não merecia, não disputou lauréis, não se candidatou a prémios literários, não se quis transformar em uma espécie de medalhão do intercâmbio luso-brasileiro. Estudou apenas profundamente os nossos autores, os de ontem e os de hoje, e só rigorosamente lhe há a perdoar a abundância que esse homem, que não é fácil e nem sempre ameno, pôs em nos amar, em se abandonar à sua verdadeira mania do Brasil.

Vários são os livros que às nossas letras dedicou José Osório de Oliveira; organizou colecções e antologias, e durante anos, na imprensa portuguesa, dedicou-se pacientemente a nos fazer presentes em Portugal; a lembrar-nos aos portugueses, a repetir que nós, brasileiros, valemos algo e que é indispensável que Portugal nos conheça e admire, que em nós reveja uma das glórias, a maior glória, segundo José Osório, do seu génio criador.

Estou agora particularmente contente e grato a José Osório de Oliveira porque deu ele um grande passo para que o nosso Machado de Assis se torne mais conhecido em Portugal. Não compreendo bem, aliás, o não ser o autor de *Quincas Borba* nome mais conhecido e admirado entre a gente portuguesa que se deveria orgulhar desse brasileiro (filho de uma mulher da ilha Terceira, segundo se pode ler na modelar biografia de

Lúcia Miguel Pereira, e de um nosso mestiço) que por si mesmo, graças ao instinto e vocação da sensibilidade, concedeu e encarnou o espírito da língua lusíada renovando-o, dando-lhe uma graça, uma pureza, uma malícia, uma flexibilidade únicas, sem heresia, antes na ordem e na ortodoxia do idioma, o que tornou esse Machado de Assis ao mesmo tempo como São Francisco de Assis, se é possível aproximar um Santo de um demónio, ao mesmo tempo um revolucionário e um clássico, uma expressão singular e um modelo de ortodoxia. Por mais estranho que pareça não encontrei em Portugal nada que se pareça com a mania que aqui no Brasil se tem por Eça de Queiroz. Recolhi a impressão de que muitos, entre os mais ilustres escritores de hoje, nunca leram o nosso grande mestre literário. E eis que, de acordo com essa opinião se põe logo José Osório de Oliveira, e recomeça em Portugal a sua pregação machadiana. E a recomeça da melhor maneira, publicando, o que sempre me pareceu indispensável de facto, uma colecção de contos machadianos, arte em que o nosso grande escritor é inexcedível até hoje nas literaturas lusa e brasileira. Dos diversos volumes do Mestre, volumes de histórias, crónicas e esparsos, em que matéria de valor desigual se reúne, recolheu José Osório o que lhe pareceu melhor entre os contos do brasileiro. Não posso deixar de aplaudir também a selecção; a escolha tendo sido feita por quem foi, não podia deixar de ser boa. Lamento apenas que a José Osório tenha passado, sem lembrança, a necessidade de se incluir nessa sua colecção algumas das obras primas, no género, do Autor que tanto ele admira. Não encontrei, por exemplo certas das minhas preferidas histórias, e que julgo entre as melhores, a saber: *Uns braços*, *A cartomante*, *O alienista* e outras, que bem poderá José Osório incluir, se as houver, nas novas edições do livro, o que espero e desejo como prova de que o interesse dos portugueses pelo maior dos escritores do Brasil cresce e aumenta.

Valem apenas estas linhas, porém, como um modesto reconhecimento por quem tanto se tem cansado para tornar justo o conhecimento do Brasil em Portugal.

AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT

(Do «Correio da Manhã», do Rio de Janeiro).

N. da R. — *Schmidt não reparou nas explicações que José Osório de Oliveira dá, no Prefácio, sobre a não inclusão de «Uns braços» e de «O alienista» entre os «Contos» de Machado de Assis: o primeiro, já o incluíra numa antologia de «Contos brasileiros»; o segundo, fora recentemente editado em Portugal, num caderno. Quanto ao outro mencionado por Schmidt, talvez José Osório de Oliveira não o escolhesse por ser melodramático e, como tal, menos machadiano.*

FALTA DE SOCIABILIDADE

COSTUMO dizer que no povo brasileiro se reproduziram e refinaram todas as qualidades e defeitos do Português. Mas um dos nossos maiores defeitos — a falta de sociabilidade —, também terá proliferado no Brasil, se já passou em julgado a opinião do escritor Ribeiro Couto, segundo a qual o seu povo dará ao mundo o «homem cordial»? Creio que a cordialidade, na medida em que a palavra define um feitio afectuoso, nada tem que ver com a sociabilidade, pois que esse feitio pode manifestar-se por uma atitude passiva e ineficaz, ao passo que a sociabilidade é, mais do que um sentimento activo, uma forma de actividade. Todos quantos têm tido relações com brasileiros, sabem como eles são amenos no trato e afectuosos nos contactos pessoais, mas como, uma vez longe, se esquecem de escrever. Tenho ouvido inúmeras queixas de portugueses que, não conhecendo profundamente a psicologia do Brasileiro, estranham o silêncio de pessoas que, de passagem por Portugal, lhes tinham parecido extremamente afectuosas, deixando-os cativados, e que nunca mais tiveram para com eles uma palavra. Dir-se-á, a ser assim, que o que falta ao Brasileiro é a civilidade, mas não seria justa, essa conclusão apressada, porque o Brasileiro conhece as regras do convívio social e não as desrespeita intencionalmente. O que lhe falta é a noção de que, nas sociedades civilizadas, o homem não vale, apenas, pelas afeições, que, mesmo quando constantes, se manifestam intermitentemente e só na presença, mas por princípios determinantes de uma convivência sempre activa, mesmo a distância.

Ainda há pouco tempo verifiquei a diferença que existe, nesse ponto, entre os brasileiros e os franceses. Tendo sido oferecidas colecções da segunda série da revista *Atlântico* a algumas dezenas de intelectuais brasileiros e a instituições culturais do Brasil, a única pessoa que escreveu a agradecer foi o professor francês da Faculdade de Filosofia de São Paulo, Roger Bastide. Pessoal-

mente, tenho tantas razões de queixa dos brasileiros como qualquer outro português — ou mais ainda, porque não sei de quem, em Portugal, tenha feito tanto pelo Brasil. Basta dizer que organizei já seis antologias da literatura brasileira, que nelas figuram bastantes autores vivos, e que, até hoje, não houve um autor escolhido que me agradecesse, sequer, a oferta do exemplar que sempre mando a cada um. Nem mesmo qualquer crítico brasileiro disse, até hoje, uma palavra sobre a minha actividade como antologista da literatura do seu país! Já estão habituados à minha amisade. Nem eu, aliás, me queixo. Se menciono o facto é só para que os portugueses compreendam que, quando os brasileiros se esquecem de escrever, e não respondem, e deixam de cumprir as promessas, não é por mal, mas, sim, em virtude de um defeito de que não são culpados.

Também nós, portugueses, somos assim, embora o defeito tenha refinado no Brasil. Com tantos amigos brasileiros, só dois posso apontar, perfeitos na convivência a distância: Mário de Andrade e Cecilia Meireles. Mas o primeiro foi, sem dúvida, a mais rica natureza que o Brasil produziu até hoje, e escrever cartas era, nele, mais do que um acto de sociabilidade, uma manifestação do seu sentimento fraternal do mundo. A segunda, talvez encontre na correspondência com os amigos a atmosfera de uma pátria ideal.

Isso não quer dizer que os outros brasileiros sejam, todos, infiéis à amisade. Recebo muitos livros enviados pelos autores e outras provas de estima: lá de vez em quando, um artigo ditado pelo afecto; uma ou outra carta, apressada mas carinhosa. E sei que, mesmo que decorra uma dezena de anos, voltando ao Brasil, encontrarei sempre alguns amigos indefectiveis. Convivi em 1923 com Prudente de Morais Neto, o futuro crítico literário Pedro Dantas; voltei ao Brasil três vezes, e só da última vez, vinte e quatro anos depois, tornei a falar com ele por nos termos encontrado por acaso. Pois foi como se nos tivéssemos deixado de ver há pouco tempo, tão naturalmente cordial se mostrou esse que nunca dera um passo para me ver, das três vezes que voltei à sua terra, mas que, como verifiquei, conservava viva a lembrança de uma camaradagem de poucos meses, nos tempos já distantes da juventude, com um incipiente literato português. Talvez o Brasileiro, como já uma vez diagnostiquei, não tenha a noção do Tempo.

Aliás, como todas as regras, essa da insociabilidade do Brasileiro tem excepções. Ainda há pouco me comoveu um gesto, da mais pura sociabilidade, do poeta riograndense Mansueto Bernardi. Lendo o que escrevi sobre o rapsodo gaúcho Simões Lopes Neto, foi à sua biblioteca e tirou de lá um dos dois exemplares que possuia da edição conjunta dos *Contos Gaúchescos e Lendas do Sul*, que constitui raridade bibliográfica, para mo enviar como presente de Natal. E como ele recorda, encontrámo-nos apenas duas vezes, fugidiamente, há uns quinze anos! E nunca — sou eu quem o lembra — dediquei a esse poeta um momento de especial atenção! Mas não admira tal generosidade da parte do quem soube erguer a um amigo morto o monumento que é a edição de *A Divina Quiméra*, de Eduardo Guimaraens.

É, sem dúvida, mais fácil praticar a sociabilidade quando se vive na província. Cidades tumultuosas, como o Rio de Janeiro e São Paulo, não permitem a disponibilidade de espírito necessária à execução de actos de desinteressada simpatia espiritual, como esse do cristianíssimo poeta Mansueto Bernardi. Talvez por isso eu continui fiel à lembrança de Porto Alegre, onde, com excepção de três talentosos autores da extrema-esquerda, todos os escritores conhecidos me acarinharam, fazendo-me o dom gratuito da sua companhia a todas as horas, e não, apenas, durante os escassos momentos que obrigatòriamente se dão aos conferencistas em «tournée» e aos hóspedes oficiais.

Um dos escritores do Rio Grande do Sul — Manoelito de Ornelas — é tão firme e tão constante na sua estima por Portugal (eu sei que foi Portugal que eles acarinharam em mim) que ainda há pouco, com todo o direito, teve uma queixa comovedora. Enviando-me um jornal em que, uma vez mais, mostrou o amor intelectual que o nosso país lhe inspira (filho, também, do sangue ilhéu que lhe corre nas veias), escreveu na indicação do remetente: «Do amigo esquecido». E tem, aparentemente, razão, porque eu ainda não disse à «inteligência» portuguesa que deve ler o seu último livro: *Gaúchos e Beduinos* — ensaio da mais alta importância para a compreensão desses «fronteiros» do Brasil, que mantêm vivas, junto às nações do Prata, a língua portuguesa e a herança cultural do génio lusíada.

Também nós cometemos pecados contra as tácitas leis da sociabilidade. Quantos dos nossos deixarão de agradecer os livros que lhes enviam do Brasil! Até eu, já cansado, deixo, muitas vezes, de cumprir esse dever! E faltas dessas podem levar espíritos bem

dispostos para com Portugal a afastarem-se, magoados, do nosso convívio. Estou convencido de que conheço a razão oculta porque Monteiro Lobato se mostrou sempre hostil a tudo quanto era português. Aí por 1918, já com o vício das letras e já interessado pela literatura brasileira, entrei, uma tarde, na extinta Livraria Ferreira, na Rua do Ouro. Em cima do balcão estava uma rima de exemplares da primeira edição do *Urupês* — livro de um desconhecido escritor brasileiro que dentro em pouco, graças a ele, se tornaria célebre. Peguei num exemplar, e vi que era oferecido a Raul Brandão, peguei noutro, e ainda noutro, e vi que todos tinham dedicatórias do autor a escritores portugueses que parecia admirar. Perguntei ao gerente da Livraria se não fazia tenção de enviar os volumes aos destinatários, e ele respondeu-me que não estava para maçadas. Suponho que os escritores portugueses nunca receberam o livro do confrade brasileiro que tão expontaneamente, ao iniciar a carreira literária, testemunhava por eles admiração ou apreço. Monteiro Lobato deve ter pensado que nenhum deles compreendera o seu gesto ou apreciara o seu talento. Daí a antipatia e a animosidade que sempre manifestou por nós, com grave repercussão na mentalidade da criança brasileira, pois que até num livro de História Universal para a infância se traduziu. O que prova que a falta de sociabilidade de um gerente de Livraria pode trazer prejuízos morais ao país. Nem todos são capazes de continuar a amar outra nação depois de se julgarem repelidos pelos seus homens de letras, ou apesar de serem mal recompensados.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

(Do «Diário Popular», de Lisboa).

MENSAGEM PARA PORTUGAL

Meu caro José Osório de Oliveira:

As referências feitas por V., na imprensa de Lisboa, exaltando a minha constante devoção a Portugal, à sua história e às tradições de sua cultura, revestiram-se, aos olhos do provinciano que sou, dos mesmos atavios dos grandes prémios diplomáticos. É que às mais insignes condecorações que luzem nos peitos inflados dos homens públicos, prefiro essas palavras tão cheias de calor fraterno e que tanto disseram aos portugueses do meu afecto à terra de Portugal.

Quando me joguei à defesa sistemática do rico património das tradições rio-grandenses — numa hora em que parecíamos perder o contacto com a terra, numa transgressão estrangeirista — pensei nas raízes profundas de meu povo, embebidas no solo do velho Reino onde, em cada palmo de terra, poderíamos assinalar um feito de renúncia e heroísmo.

Mostrar à minha gente nossa identidade racial, falar à minha gente da nossa história comum, dizer à minha gente dos nossos hábitos, costumes e tradições afins, era, — e o é no superlativo da eloquência — defender a nossa própria estrutura já não digo étnica porém moral. Disse uma vez — e como é bom repetir! — que o Brasil surgiu sob o sinal da Cruz. E essa Cruz que Frei Henrique plantou no solo virgem do Brasil era também o signo de uma predestinação histórica. Nos velames das Caravelas de Cabral vinha desenhada, em rubro, a mesma Cruz de Avis — aquela que D. João I levantou sob os céus de Lisboa, que Nuno Álvares defendeu heròicamente nas gargantas de Aljubarrota e o Jovem «Capitão de Deus», o Rei Visionário D. Sebastião, iria levar aos gentios da África...

Amo, sim ao velho Portugal. E quantas vezes me parece vê-lo integrado na imagem do meu Avô — aquele velho pioneiro das ilhas portuguesas que ainda há pouco exaltei numa página toda feita de comoção e ternura!

— Não será na lembrança de sua voz, repassada de melancolia que me reaparece o Portugal tão lírico e terno dos versos de Nobre, tão simples e bom, dos *Simples* de Junqueiro? Das ermidas brancas, escondidas nas montanhas? Das moleirinhas de saias rodadas e faces de maçã? Das cantigas de Monsanto? Das danças de Trás-os-Montes? Das fainas campeiras do Garbe?

Se a imaginação é a *fata morgana*, que nos concede, de quando em quando, os mundos impossíveis do sonho, porque não partirmos nas asas imponderáveis da fantasia, numa fuga sentimental ao passado?

— Saiba, então, que estive em Sagres, na companhia do nobre Infante D. Henrique. E foi ali, no *Sacrum Promontorium*, que ele me falou de seu sonho desbravador. Vi-o como nos dias grandes que marcaram o crepúsculo do século XV, a olhar para a incógnita do Mar e a ver, através das brumas oceânicas, o friso longínquo da terra brasileira...

Agradeço a V. a recomendação que fez

de meu livro *Gaúchos e Beduínos* à inteligência portuguesa.

Seu grande espírito e sua bela cultura fizeram com que V. compreendesse a legítima intenção da minha tese. Se ali comentei as lutas de Espanha e Portugal, nestas paragens del-Rei, com a predominância horizontal da Espanha por longo tempo sobre as nossas campanhas influindo em nossos hábitos e costumes e no tipo do gaúcho, bilingue e comum a três pátrias — fi-lo para destacar a pujança racial dos portugueses que, insignificantes em número, prevaleceram soberanamente na espécie. V., como bom português e bom brasileiro, poderá verificar melhor do que ninguém a verdade da minha observação histórica: do Algarve partiram as caravelas que puseram em relevo o arcabouço geográfico do Brasil nos mapas do mundo. E do Algarve partiram também para as Ilhas os primeiros lastros humanos da colonização. O arquipélago recebeu do Algarve, nos começos do século XVI, o seu contingente formador. E se o Padre Fernando Augusto da Silva no seu *Elucidário Madeirense* afirma que o outro elemento básico dos Açores — além do Algarvio — foi o *mouro*, ali chegado em *verdadeiras multidões*, V. há de convir comigo que não é conjectura, simples conjectura, ligar, no tempo, o mouro do Algarve ao mouro das ilhas e vê-lo, transposto ao Rio Grande, nos hábitos, costumes, tradições, cantares, música e superstições dos açoritas, sem desprezar-se a contribuição respeitável do espanhol, por outra parte.

V. sabe que é essa uma verdade histórica e não a negou, aceitando meu livro. Fialho de Almeida também o sabia quando escreveu esta frase que Athos Damasceno transcreve em seu ensaio *Xeripá — croisé & slack*, ora no prelo: «Expulsa da Península, eis a mulher árabe legando às suas filhas — a espanhola e a portuguesa — os mesmos cuidadosos hábitos de recato, fundamentados, como sempre, no espírito religioso: e volvidos tempos, evolucionado o *costume* de época em época, o turbante maometano transfaz-se no bloco medievo, sem fosforecências rutilas de sequins, brumas de gaze, reviravoltas de estofos alvacentos, mas como uma espécie de apagador de pano, lúgubre e monástico». Sabia-o Herculano, quando escreveu, nos seus livros históricos, que a Península Ibérica ainda era África, fendida pelo Mar do Calpe. E Eça de Queiroz não fugia à evidência da verdade, quando, nas suas saborosas *Notas Contemporâneas*, descobria: «No nosso canto, com a azulada doçura do nosso céu carinhoso, a contente simplicidade da nossa natureza meio árabe»... Sabia-o Ramalho Ortigão, quando sentia na própria paisagem do Algarve — a presença do árabe, viva na arquitectura, na indumentária e nos costumes de seu povo. Sabia-o Oliveira Martins, quando escreveu, na sua História, que era perceptível, no Norte da Península, a marca do *berbere* que, em certas zonas vizinhas da Espanha constituíra verdadeiro *nódulo racial*. Sabia-o Norberto de Araújo quando pintou em suas *Legendas de Lisboa* o retrato daquela Lissibona árabe, émula de Chenchir. Sabe-o Garcia Domingues, através das páginas seriíssimas e eruditas de sua *História Luso-Árabe*. A menção dessa influência nem a todos aqui soube bem. Mas a verificação não há de ser um problema de simples aceitação ou recusa. Será questão de pesquisa, de leitura, de estudos conscienciosos.

Agradeço a V. essa recomendação e a forma como qualifica o meu livro. É o primeiro aplauso que recebo de Portugal. E não poderia deixar de ser o seu esse primeiro aplauso quando é V. um embaixador da cultura brasileira nessas terras da Europa, V. a quem o Brasil deve o que ainda não teve tempo de valorizar, perturbado pelos fenómenos físicos e psíquicos de sua turbulenta puberdade...

Aceite, meu querido amigo, o abraço transoceânico que lhe manda o

MANOELITO DE ORNELLAS

(Do «Correio do Povo», de Porto Alegre).

SUPLEMENTOS

DA

REVISTA «ATLÂNTICO»

I

BALANÇO DO ANO CULTURAL E ARTÍSTICO PORTUGUÊS — 1948

PRETENDE-SE, neste Balanço, dar uma ideia sumária da vida de Portugal durante um ano, nos campos do Pensamento, da Literatura, das Artes e da Cultura Popular. Não se englobam todas essas formas de vida intelectual, estética e social na designação genérica: Vida do Espírito, porque não se pôde dar a devida atenção à vida religiosa, sendo este Balanço, como é, obra de leigo. Mas se não podemos falar da acção da Igreja no plano da cultura intelectual, devemos dizer que grande parte da vida colectiva do País, naquilo em que se mostra mais nacional, não pode ser compreendida sem uma referência prévia ao sentimento religioso do povo. A devoção por Nossa Senhora de Fátima tomou tão natural incremento que se pode afirmar ser esse, hoje, um dos principais elementos da nossa cultura social.

A necessidade desta referência indica quanto seria conveniente uma definição do que se entende, neste Balanço, por Cultura. Mas como não se trata de um ensaio sobre ideias, e, sim, de uma simples resenha de factos, limitamo-nos a declarar que admitimos igualmente, aqui, os dois sentidos que a palavra pode ter: o de essência das conquistas intelectuais de uma civilização e o de súmula das experiências vitais de um grupo humano. Num e noutro caso, a Cultura tem sempre uma feição nacional, mesmo quando, nas suas expressões mais individuais, tem como objectivo a universalidade. Cremos que a Cultura Portuguesa, muito em especial, sem perder de vista o fundo telúrico e étnico de todas as culturas originais, procurou sempre o universal, quer por ser de inspiração católica quer por constituir a manifestação espiritual de um povo dado, por condicionalismo geográfico e determinação histórica, à expansão marítima, ao descobrimento de novas terras e à comunhão com gentes de outras raças. Pela acção, unimos o que em nós pertence à antropologia cultural com o que, sendo particularmente nosso ou do Mundo Ocidental, espalhámos por toda a parte: uma concepção da Vida, expressa nas obras de pensamento ou na criação poética. Daí, que igualmente nos preocupe a definição do nosso papel histórico e do nosso carácter de povo — preocupação que se traduz pelo predomínio do historicismo na produção livresca e por um acentuado pendor para os estudos folclóricos. É certo que esse historicismo não passa, muitas vezes, de investigação arquivística, e que nem sempre, pelos estudos folclóricos, se atinge a finalidade demopsicológica. Não errará, no entanto, aquele crítico da vida portuguesa que tomar por padrões da nossa preocupação nacional, de um lado a Academia Portuguesa da História, do outro a obra social das Casas do Povo, com o seu *Mensário*, ou o Museu do Povo — realização do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. Que não são esses os dois únicos sentidos em que se projecta a inquirição da nossa psique, feita pela nossa mentalidade, prova-o o facto de o mesmo Secretariado Nacional editar uma colecção intitulada *Idearium*, que é uma *Antologia do Pensamento Português*. Que existe um Pensamento Português, que a Literatura continua viva em Portugal, que todas as formas de Arte enraízam no torrão lusitano, que a alma do povo

lusíada conserva a sua autenticidade, que não diminui o alto nível da nossa Cultura — eis o que este Balanço de um ano procurará demonstrar, mesmo quando por ele se verifique não terem surgido, nas Letras ou nas Artes, novas obras de génio. Nem todos os anos essas obras aparecem, mas só está vivo o país em que todos os dias os intelectuais e os artistas contribuem para que a alma da nação continue a florescer.

I

Três são as Academias portuguesas: a Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, de gloriosas tradições culturais, a Academia Portuguesa da História e a Academia Nacional de Belas-Artes — estas duas criadas já no regime do Estado Novo, por imperativo da doutrina nacionalista que o inspira e em função da Política do Espírito que é uma das suas directrizes.

No ano académico de 1948, a Academia das Ciências de Lisboa elegeu académicos correspondentes, da Classe de Ciências: o médico português João Manuel Bastos, o norte-americano Walter Freeman e o espanhol Gregório Marañon; da Classe de Letras: o brasileiro Magalhães de Azeredo. Numa resenha como esta, é impossível mencionar as comunicações, os elogios históricos, os discursos, os relatórios e os pareceres que constituíram os trabalhos académicos em 1948, numerosos como foram. Realizou a Academia das Ciências vários actos solenes: à memória do comediógrafo Eduardo Schwalbach; comemorando o centenário do nascimento do romancista Teixeira de Queiroz; em homenagem ao falecido economista Francisco António Correia; para recepção do neurologista norte-americano Walter Freeman; comemorando o 4.º centenário de Francisco Suárez (o «Doctor Eximius», também celebrado pela Universidade de Coimbra); para recepção do jurista brasileiro Levi Carneiro; consagrando, conjuntamente, a Cultura de Portugal e da Grã-Bretanha. O «Prémio Larragoiti», de 1947, «destinado a galardoar, em cada biénio, o mais notável livro publicado em Portugal sobre assunto de interesse luso-brasileiro», que a esse prémio concorra, foi, em 1948, atribuído à obra em dois volumes: *Memórias de Forasteiros — Aquém e Além-Mar (Brasil — Do Descobrimento à Independência)* — uma compilação de Eduardo Dias. O «Prémio Ricardo Malheiros», também de 1947, foi, em 1948, atribuído à obra *Terra Campa*, de Manuel Teles de Carvalho (Noel Teles) — romance da gleba alentejana, que o autor conhece como lavrador que é. No Instituto de Altos Estudos da mesma Academia, já no XVII ano de existência, deram lições dois estrangeiros: Jules Romains e I. S. Revah, este sobre *Deux «Autos» de Gil Vicente restitués à leur auteur*. Além do *Anuário Académico de 1948*, publicou a Academia das Ciências o XX volume do seu *Boletim*.

À Academia Portuguesa da História apresentaram comunicações: o Tenente-Coronel Augusto Botelho da Costa Veiga, Director da Biblioteca Nacional, sobre *Alguns problemas da Proto-História de Lisboa*; o Reverendo Dr. Eugénio Jallay, sobre *Franz Cumont e a Arqueologia Portuguesa*; o Capitão Gastão de Matos, sobre a *Correspondência do Marquês das Minas com Diogo de Mendonça*; o Professor Doutor Marcelo Caetano, sobre *Administração municipal de Lisboa na primeira dinastia*; o musicógrafo Mário de Sampaio Ribeiro, sobre a *Livraria Real de Música — Mais Subsídios para a sua História*. A Academia da História prestou homenagem ao Professor Doutor Manuel Paulo Merêa, que elevou, de académico

de número a académico de mérito, como merecia o notável historiador do Direito. Distribuiu, a mesma Academia, o volume XI dos seus *Anais* (1.ª série).

A Academia Nacional de Belas-Artes atribuiu o «Prémio José de Figueiredo — 1948» ao arquitecto Raul Lino, pelo seu livro *Os Paços Reais da Vila de Sintra*, que já inspiraram uma obra à Rainha Senhora Dona Amélia. A propósito desse prémio, que consagra a memória de um grande investigador da Arte Portuguesa, diga-se que, no Porto, o Círculo Dr. José de Figueiredo está realizando uma notável acção, no campo da cultura artística, com a publicação da revista *Museu*. Diga-se, ainda, a propósito do premiado, novo Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que é notável a obra realizada por esse serviço do Estado, restaurando castelos e templos, salvando o património monumental da Nação.

O Instituto de Coimbra prosseguiu na sua actividade de índole académica, promovendo conferências e publicando-as na sua já antiga e prestigiosa revista. No Porto, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social promoveu nada menos de treze conferências, algumas de interesse cultural, e publicou, em volume, a VI série dessas conferências, além de outras em separata, realizando uma benéfica acção moral e educativa.

Como Portugal não vive isolado do Mundo, antes, pelo contrário, a ele se abre, há que fazer referência, neste capítulo, aos conferencistas estrangeiros, de entre os quais deve ser destacado o filósofo e dramaturgo francês Gabriel Marcel. Também é justo aludir à actividade dos Institutos estrangeiros: Espanhol, Francês, Italiano e Britânico, que têm em Portugal um ambiente favorável de compreensão e simpatia. Faz-se eco do interesse da nossa gente pelas culturas estranhas, a Emissora Nacional, que transmite regularmente programas espanhóis e ingleses, além de um programa brasileiro.

Fazendo parte daquilo a que se poderia chamar Mundo Lusíada, verdadeira comunidade espiritual de nações e de territórios, os brasileiros, falando a língua de Camões e contribuindo, hoje, tanto como os portugueses, para a Cultura Atlântica, são especialmente benvindos. Foi, por isso, com particular satisfação, que os portugueses cultos receberam, entre outros, dois intelectuais brasileiros convidados pelo Secretariado Nacional da Informação a visitar o solar da raça: o poeta Augusto Frederico Schmidt e o crítico literário Álvaro Lins. As relações entre os dois países estreitaram-se mais ainda, oficialmente, pela assinatura, em Lisboa, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, de um novo acordo de cooperação intelectual. O Secretariado Nacional da Informação, pela sua Secção de Intercâmbio Luso-Brasileiro, prossegue na execução do Acordo Cultural firmado no Rio de Janeiro pelo Director do então Secretariado da Propaganda Nacional, continuando a publicar a Revista Luso-Brasileira *Atlântico* e os *Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil*.

Ao Instituto para a Alta Cultura compete a concessão de bolsas para estudos científicos e aperfeiçoamento artístico dos portugueses, em Portugal e no estrangeiro. Mas compete, também, a difusão da nossa Cultura lá fora, por intermédio dos leitorados de português nas Universidades dos outros países. Como auxiliar dos alunos desses leitorados, editou o Instituto um volume organizado pelo homem de letras e professor Doutor Vitorino Nemésio: *Portugal: a Terra e o Homem*, que é uma antologia de Portugal extraída de alguns dos mais notáveis escritores dos séculos XIX e XX.

Para a Cultura, e não só para o ensino, trabalham as duas Faculdades de Letras, de Lisboa e de Coimbra. A de Lisboa contribui com a acção extra-escolar de alguns dos seus professores e com uma revista para o acervo de ideias críticas e de saber humanístico da intelectualidade portuguesa. Um sector dessa intelectualidade, fora do círculo universitário, em brochuras, em revistas literárias e, até, nas colunas dos jornais, preocupa-se com a definição de um espírito filosófico nacional. Dentro da sua esfera de acção, a Faculdade de Letras de Coimbra trabalha muito e bem, por intermédio dos seus Institutos: o de Estudos Clássicos, que publica a revista *Humanitas*; o de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, que prepara a publicação de uma *Revista Portuguesa de História*; o de Estudos Geográficos, que está a organizar um *Atlas Universal Histórico e Geográfico*; o de Estudos Brasileiros, que tem no prelo o IV volume da *Brasília*. Além dessas publicações, a Faculdade edita regularmente a sua revista: *Biblos*, que vai no volume XXIII. Entre as publicações especiais dos vários professores e assistentes, devem mencionar-se o volume II dos *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XVI*, do Doutor Joaquim de Carvalho; o *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*, do Doutor Rebelo Gonçalves; o volume III da obra *Coimbra e D. António Rei de Portugal*, do Doutor Mário Brandão; o trabalho *Adolfo Coelho e a filologia portuguesa e alemã do século XIX*, do Doutor Paiva Boléo, que dirige a *Revista Portuguesa de Filologia*, de que saiu o tomo II; a *História da Literatura Portuguesa*, em curso de publicação, em fascículos, do Doutor Costa Pimpão. Com os mestres portugueses, colaboram professores estrangeiros, como Joseph M. Piel, que publicou, na *Acta Universitatis Conimbrigensis*, o *Livro dos Ofícios de Cícero*. Além da sua actividade no seio da histórica Universidade de Coimbra, os professores dessa Faculdade de Letras deram a sua colaboração ao Centro de Estudos Humanísticos, anexo à Universidade do Porto, realizando ali conferências, entre outros, o Doutor Providência Costa, que se ocupou de *O chamado erasmismo de Gil Vicente*.

Também as Câmaras Municipais do Porto e de Lisboa têm contribuído para a Cultura nacional, com iniciativas de carácter histórico, artístico e, mesmo, puramente intelectual. A Câmara de Lisboa, além da Biblioteca Municipal Central, mantém Bibliotecas Fixas, Bibliotecas dos Jardins e Bibliotecas Itinerantes, sendo interessante a frequência de leitores às dos jardins, pois o seu número ultrapassou, em 1948, os cem mil. Mantém, a Câmara da capital, dois Museus: o Museu da Cidade e o Museu Rafael Bordalo Pinheiro, promovendo, além disso, exposições temporárias no Palácio Galveias, como a que, em 1948, serviu para comemorar o centenário do nascimento de Gomes Leal — um dos maiores poetas líricos da língua portuguesa. A mesma Câmara publicou três novos fascículos da obra *Lisboa — Oito Séculos de História*, e três novos volumes do *Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565*, além de estudos vários sobre a cidade.

Como actividade cultural deve ser considerada a produção livresca da Agência Geral das Colónias, que em 1948, além do *Boletim Geral das Colónias*, publicou várias obras, de entre as quais se destacam: a *Quarta Década* da *Ásia*, de João de Barros, na nova edição revista e anotada pelo Professor Hernani Cidade; a 2.ª edição das *Plantas Úteis da África Portuguesa*, do Conde de Ficalho; *A Dupla Restauração de Angola*, pelo Reverendo Dr. António da Silva Rego; o 1.º volume da *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente*, coligida pelo mesmo investigador; o 1.º volume da *História da Colonização Portu-*

guesa na Índia, do Dr. Germano da Silva Correia; *Lunda — Sua Ocupação e Organização*, pelo Tenente-Coronel Alberto de Almeida Teixeira, e *Correntes Actuais do Pensamento Colonial*, pelo Cônsul Armando Martins. O Governo de uma Colónia portuguesa da África, e não das maiores, tem dado exemplos nesse terreno da acção cultural. Com efeito, a Guiné, graças à actividade do seu Centro de Estudos, ocupa hoje um lugar de relevo entre os elementos da Comunidade Lusíada, editando, além de um *Boletim Cultural*, estudos volumosos de etnologia, de entre os quais merece referência especial a obra colectiva *Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*.

II

Uma exposição que abriu ao público em Janeiro de 1948, no Palácio Foz, subordinada à designação: *14 Anos de Política do Espírito*, além de mostrar as múltiplas realizações do S. N. I. nos campos da propaganda, do turismo e da cultura popular, tornou patente a contribuição desse organismo do Estado no sentido de incentivar a vida literária por meio de prémios. Em 1948 foram atribuídos os prémios relativos à produção do ano anterior, cabendo: o Prémio de Camões, para uma obra de autor estrangeiro sobre o nosso país, à *History of Portugal*, do inglês Harold V. Livermore; o Prémio de História, de Alexandre Herculano, a Pedro Batalha Reis, pela obra *Numária d'El Rei Dom António — Décimo Oitavo Rei de Portugal — O Ídolo do Povo*; o Prémio de Poesia, de Antero de Quental, a Natércia Freire, pelo livro de poemas *Rio Infindável*; o Prémio de Literatura Infantil, de Maria Amália Vaz de Carvalho, ao escritor e desenhador José de Lemos, pelo volume ilustrado *Histórias e Bonecos*.

Talvez por falta de editores, pois que a indústria do livro atravessa uma crise em Portugal, como um pouco por toda a parte, o ano de 1948 não foi, literàriamente, dos mais fecundos. Na Poesia, houve duas estreias dignas de registo: a de António Manuel Couto Viana, com *O Avestruz lírico*, e a de Cunha Leão, com *O Anjo e o Homem*, e confirmaram o que deles se sabia ou se esperava: Francisco Bugalho (logo depois, prematuramente falecido), Alberto de Serpa, José Gomes Ferreira, Eugénio de Andrade e Carlos Queirós, este com um original *Breve tratado de não-versificação*. Apareceu, também, em edição póstuma, uma *Antologia de Poesias Religiosas*, organizada por um malogrado poeta de valor: Guilherme de Faria. No Romance, estreou-se, com *O caminho para lá*, um escritor já consagrado como contista: Domingos Monteiro, e revelou-se ao público da Metrópole, com *Chiquinho*, um escritor cabo-verdiano: Baltasar Lopes. Duas romancistas se manifestaram: Judith Navarro, que obtivera êxito assinalado com *Esta é a minha história*, publicou um segundo romance: *A Azinhaga dos Besouros*, de carácter populista; Ester Nobre de Sousa apareceu com um romance da vida rústica: *Rendeiros*. Além do mestre da prosa Aquilino Ribeiro, que nos deu *Cinco réis de gente*, publicaram romances, entre outros: Samuel Maia, Urbano Rodrigues, Augusto da Costa, Carlos de Oliveira e Manuel Martinho. Publicaram livros de contos ou novelas, entre outros: Joaquim Leitão, Olavo de Eça Leal, Fernando de Pamplona (até então conhecido apenas como crítico de Arte), Manuela Porto, José Marmelo e Silva, João de Araújo Correia, Antunes da Silva, Folgado da Silveira e Mário Braga. No Ensaio, quer filosófico, quer histórico, quer de crítica literária, além de uma obra particularmente importante sob o ponto de vista da cultura nacional:

O Além-Mar na Literatura Portuguesa, de João de Castro Osório, tomaram posição ou marcaram a sua presença: José Bruno Carreiro, com um estudo biográfico exaustivo de Antero de Quental; Elza Paxeco, com *Estudos em três línguas*; João Gaspar Simões, com um livro da sua melhor maneira: *Natureza e função da literatura*; o Professor Hernani Cidade, com uma obra de interesse nacional: *A literatura autonomista sob os Filipes*; o Professor Joaquim de Carvalho, com o já citado II volume dos *Estudos sobre a cultura portuguesa no século XVI*; Vitorino Magalhães Godinho, com *História económica e social da expansão portuguesa*, que enferma da concepção materialista da História; Eudoro de Sousa, mitólogo que saiu pela primeira vez das páginas das revistas, publicando em separata o breve mas denso ensaio de interpretação do mito de Psiché: *Quem vê Deus, morre*; Serras Pereira, com *O sofrimento, o amor e a morte*; Salette Tavares, uma licenciada em Filosóficas que ultrapassou a finalidade escolar das teses com: *Aproximação do pensamento concreto de Gabriel Marcel*; Mar Talegre, que se estreou, quer como ensaísta quer como contista, e, ainda, Almerindo Lessa, Costa Leão e outros. Colaboraram na vida intelectual portuguesa, contribuindo para ela com importantes instrumentos de Cultura, dois professores alemães: Harry Mayer, que nos deu notáveis *Lições de Filologia Românica*, e Wolfgang Kayser, que, tomando alguns exemplos da Literatura Portuguesa, escreveu a densa obra em dois volumes: *Fundamentos da interpretação e da análise literária*.

A produção livresca digna de destaque (algum esquecimento injusto, mas involuntário, haverá) não foi em 1948, como se verifica, muito numerosa, mesmo em relação à produção total. Com efeito o número de obras entradas no Depósito Legal, durante o ano, foi, aproximadamente, de 4.000, que se podem agrupar nas rubricas seguintes: livros escolares: 165, livros científicos (física, química, matemática, história, etc.): 160, livros de medicina: 85, livros de literatura (romances, ensaios, poesias, etc.): 270, livros de arte (escultura, pintura, etc.): 20, livros de literatura infantil: 70.

Quanto a publicações periódicas, foram estes os números: jornais e revistas várias: 624, revistas científicas (matemática, medicina, engenharia, física, etc.): 162.

As restantes obras foram: separatas de revistas científicas, programas de exposições, de concertos, etc., folhetos reclamos, estatutos, relatórios e outros congéneres.

III

O Teatro atravessa, como o Livro, uma crise que é, aliás, geral. Um crítico de Teatro, que é, também, humorista, resumia assim, no fim do ano, a época teatral: comédias dramáticas: 5, ditas brancas: 1, farsas: 1, operetas: 1, dita em fantasia, para crianças: 1, revistas: 5, peças soltas, passadas de novo: 4, idem, viradas do avesso: 3, etc., etc.. Alguma coisa, no entanto, se passou nos palcos, digna de menção. Em Janeiro, «Os Comediantes de Lisboa» repuseram a peça de Júlio Dantas *A Ceia dos Cardeais*, tendo como intérpretes Assis Pacheco, Alves da Cunha e João Villaret, e a companhia Amélia Rey Colaço — Robles Monteiro, concessionária do Teatro Nacional de D. Maria II, levou à cena uma tradução de *A Casa de Bernarda Alba*, de Federico Garcia Lorca. Em Fevereiro, houve duas reposições de peças portuguesas: *O Morgado de Fafe*, de Camilo, pelos

Comediantes de Lisboa, e *O Comissário da Polícia*, de Gervásio Lobato, no Teatro Nacional. Em Março, os Comediantes de Lisboa levaram à cena uma fantasia: *Noé voltou ao mundo*, de autoria de dois dos componentes do grupo: Francisco Ribeiro, o popular Ribeirinho, e Villaret. Em Abril, o Teatro Nacional estreou um original português, do romancista Joaquim Paço de Arcos: *Paulina vestida de azul*. Em Maio, apareceu em Lisboa uma equilibrada companhia brasileira: a de Eva Todor, que obteve, durante o resto do ano, sucessivos êxitos com comédias ligeiras. O Teatro-Estúdio do Salitre, levou, interpretada por jovens entusiastas, uma peça de autor português, num acto: *Lar*, de Redondo Júnior. Os Companheiros do Pátio das Comédias, outro agrupamento de novos, levou também um original: *Nocturno*, de António da Costa Ferreira. Em Junho, dois novos originais: *A vida é um jogo*, de Francisco Mata, no Nacional, e *O Arcanjo Negro*, peça extraída de um romance de Aquilino Ribeiro por Luís de Oliveira Guimarães, e que foi levada à cena pela companhia de Alves da Cunha. Em Julho, a companhia de Alves da Cunha representou, além de uma adaptação de Henrique Galvão, mais dois originais portugueses: *Deus dispõe*, de Laura Chaves, e *Um lugar à sombra*, de Cristiano Lima — a primeira com êxito. No mesmo mês, começou a sua costumada digressão pelo país o Teatro do Povo, iniciativa do S. N. I., levando no reportório dois originais portugueses: *Quem fizer juras de amor*, de Vasco Mendonça Alves, e *Feira Nova*, de Luís de Oliveira Guimarães e Rui Correia Leite. No Teatro-Estúdio do Salitre foram representados, nesse mês, os seguintes originais: *Fábula do Ovo*, de Carlos Montanha, *A menina e a maçã*, de Pedro Bom, *Dramas da vida*, de Sabino de Sousa, *Dois amores*, de Luna de Oliveira, e *Aquele homem*, de Augusto Pinto. Os Companheiros do Pátio das Comédias levaram à cena mais dois originais: *A continuação da comédia*, de João Pedro de Andrade, e *O gramofone*, de Armando Ventura Ferreira. Em Outubro, a companhia do Nacional estreou com êxito: *As meninas da Fonte da Bica*, de Ramada Curto. Em Dezembro, o Nacional proporcionou, como de costume, nessa altura do ano, um espectáculo às crianças, com a peça: *Aventuras do Capitão Bonifrate*, de Pedro Lemos e António Tavares.

É preciso não esquecer, quando se fala de Teatro em Portugal, o que representa o Teatro dos Estudantes de Coimbra, com as suas interpretações de Gil Vicente, os dois grupos teatrais da Faculdade de Letras de Lisboa, o Teatro da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, os esforços dos grupos de amadores, filiados na Federação das Sociedades Populares de Educação e Recreio, e o Teatro Radiofónico da Emissora Nacional de Radiodifusão, que realizou, em 1948, nada menos de 55 emissões. Quanto a bibliografia teatral, deve mencionar-se a publicação de uma nova série de críticas de Eduardo Scarlatti e a de três peças: *A Caixa de Pandora*, de Fernando Amado, que foi representada por um grupo de amadores, *Paulina vestida de azul*, de Joaquim Paço de Arcos, levada à cena no Nacional, e *Forja*, de Alves Redol, ainda não representada.

Já que falámos de um dos programas da Emissora Nacional, digamos que a Rádio, por intermédio dessa estação oficial, tem contribuído bastante para que aumente no público o interesse pela Cultura. Assim, em 1948, e além das Meias-Horas (Brasileira, Espanhola e Inglesa), em número de 43, a E. N. transmitiu: 41 Críticas Literárias, 41 Crónicas Cinematográficas, 8 Crónicas de Artes Plásticas, 32 palestras sobre História da Literatura, 31 sobre História de Portugal, 32 de Impressões de Teatro, 16 sobre Os Nossos Clássicos, 52 programas consagrados à

Poesia, incluindo recitais poéticos e apreciações críticas do poeta Carlos Queirós, sob a designação: Tempo de Poesia.

Com o bailarino e corégrafo Francis Graça de novo em Portugal, apresentou-se no Teatro de São Carlos, com três novos programas, o conjunto Verde-Gaio, pelo qual o S. N. I. vem contribuindo para a definição de um estilo de bailado nacional. O Círculo de Iniciação Coregráfica, dirigido pela professora do Conservatório Nacional: Margarida de Abreu, fez, também, uma demonstração das qualidades que já possuem os seus elementos.

Quanto a Cinema Nacional, pouco se pode dizer, pois que de quatro filmes completamente realizados em 1948: *Fado*, *Uma vida para dois*, *Não há rapazes maus* e *Heróis do mar*, só o primeiro passou, nesse ano, por aquela prova decisiva para obras de arte que são, acima de tudo, espectáculos para o público: a prova do contacto com as multidões.

A Música é muito apreciada em Portugal, mas ao gosto do público, ao número de audições e à qualidade dos executantes não correspondeu, em 1948, por parte dos compositores, nenhuma criação digna dos grandes temas musicais que são a terra portuguesa e a alma lusíada — facto acidental mas sempre de estranhar num povo dotado de sentimento melódico, como o prova o folclore musical, tão vivo do Minho ao Algarve. Além dos espectáculos de ópera italiana e alemã que o Teatro de São Carlos lhes proporciona, os amadores de Música têm sempre ocasião de ouvir notáveis concertistas estrangeiros, trazidos a Portugal pela Sociedade de Concertos ou pelo Círculo de Cultura Musical. Não faltam, porém, ocasiões de ouvir intérpretes do canto ou executantes portugueses, por intermédio da Emissora Nacional, de cujos estúdios se transmitem, regularmente, concertos de música de câmara, ou através de cujos microfones toda a população pode escutar os concertos públicos da Orquestra Sinfónica Nacional. Mas não só pela Rádio se pode escutar boa música, interpretada por artistas nacionais. A Sociedade de Música de Câmara e a organização Sonata ocupam frequentemente as salas de concertos. Uma nova organização musical: Sol Maior, promoveu, em 1948, concertos públicos, só com artistas novos, num teatro de Lisboa. O Conservatório Nacional organizou 7 recitais e 3 conferências ilustradas pela Música, além dos costumados concertos do Collegium Musicum, em número de 7, dos recitais chamados da Nova Geração, em número de 6, e das audições de alunos, em número de 28. A própria Câmara Municipal de Lisboa promoveu ou patrocinou concertos, uns da Orquestra Sinfónica Nacional, outros da Orquestra Filarmónica de Lisboa, com a comparticipação da Sociedade Coral de Duarte Lobo. No Porto, o Conservatório de Música, com a sua Orquestra Sinfónica, o Círculo de Cultura Musical, o Orfeão Portuense, o Grupo Musical Feminino e outras instituições muito fizeram, em 1948, pela cultura musical. Mas talvez não seja injusto distinguir, de entre todas as iniciativas musicais do norte do País, o coral de câmara: Pequenas Cantoras do Postigo do Sol, que constituem, realmente, uma réstea de sol.

IV

Fora do terreno da Cultura, é talvez no domínio das artes plásticas que o espírito vivo de Portugal se manifesta hoje melhor. Mas os Museus de Arte são hoje, em toda a parte e também entre nós, instrumentos de Cultura, como se

demonstra pela actividade dos Museus Nacionais, de Arte Antiga, de Arte Contemporânea e de Soares dos Reis. No de Arte Antiga — vulgarmente conhecido por Museu das Janelas Verdes — realizaram-se, durante o ano de 1948, quatro exposições, duas das quais de interesse para a história das indústrias artísticas portuguesas: uma de Rendas Portuguesas e Estrangeiras dos Séculos XVII a XIX, a outra de Alguns motivos ornamentais da Faiança Portuguesa também dos séculos XVII a XIX. No seu esplêndido salão de conferências, além de um curso de oito lições em francês, do professor Myron Malkiel Jirmounsky, sobre *Les Formes d'Expression Artistique à travers les âges*, realizaram-se quatro palestras de mestres estrangeiros da História da Arte e duas de portugueses, de muito interesse: uma do Padre Costa Lima, sobre *A Mística dos Presépios*, a outra do Director do Museu, Dr. João Couto: *Justificação do arranjo de um Museu*. Além disso, realizou-se no Museu um concerto de música clássica, dado pelo magnífico conjunto vocal Polyfonia.

O Museu de Arte Contemporânea abriu nas suas salas duas exposições temporárias, uma das quais dedicada a Columbano, e publicou a quinta monografia de Arte, da *Colecção Museum*, sobre José Malhoa. O Museu de Soares dos Reis, do Porto, abriu por quatro vezes as suas salas para manifestações não permanentes de Arte ou de Cultura, três delas de carácter nacional: uma exposição de águas-fortes do Rei D. Fernando, precedida de uma conferência do pintor e crítico de Arte Armando de Lucena, sobre *D. Fernando, água-fortista*; a 4.ª Exposição de Arte Moderna dos Artistas do Norte, promovida pela Delegação do S. N. I.; uma conferência-concerto do maestro Frederico de Freitas, sobre *A Música Trovadoresca Peninsular e sua projecção na obra de Gil Vicente*, com a colaboração de vários artistas.

Por iniciativa do Ministério das Colónias e sob a orientação do Director do Museu de Arte Contemporânea, escultor Diogo de Macedo, realizou-se em Luanda e, a seguir, em Lourenço Marques, uma Exposição de Arte Metropolitana, na qual, pela primeira vez, se mostraram em terras do Império obras dos nossos museus. Em Lisboa, realizou-se uma grande exposição de Obras Públicas, que foi uma parada dos nossos valores em Arquitectura moderna e onde, ao mesmo tempo, se viu, pelas estátuas de Francisco Franco, Leopoldo de Almeida, Canto da Maia, Barata Feyo, António Duarte e Álvaro de Brée, que é na Escultura que somos hoje maiores. Não esquecem, os escultores de hoje, o grande mestre que foi Soares dos Reis, a cuja memória o Grupo dos Artistas Portugueses dedicou a sua exposição. No Museu de João de Deus foi lembrado um mestre contemporâneo da Pintura: Sousa Lopes.

Foram muitas as exposições colectivas ou individuais. Só na Sociedade Nacional de Belas-Artes efectuaram-se vinte exposições — com excepção de uma, da Pintura Francesa de Hoje, todas de artistas portugueses, incluindo a do Grupo dos Artistas Portugueses, a Exposição Geral de Artes Plásticas, o Salão da Primavera e o Salão de Inverno. Nas salas do S. N. I. efectuaram-se outras tantas exposições, de entre as quais se devem destacar, além da intitulada 14 Anos de Política do Espírito: uma exposição de Moedas Antigas, uma de Livros e mapas antigos referentes a Portugal, a de Arte Moderna, a de Livros de D. Manuel II, a de cerâmicas do pintor Jorge Barradas, a de um aguarelista da Índia Portuguesa: Ângelo da Fonseca, e uma de Gravuras Antigas.

Com Prémios Artísticos tem o S. N. I. incentivado as artes plásticas,

atribuindo aos concorrentes à sua Exposição de Arte Moderna os prémios: de Columbano, que coube, em 1948, a Eduardo Viana; de Sousa Cardoso, que coube a Celestino Alves, e do Mestre Manuel Pereira, que coube a Martins Correia. Aos concorrentes às Exposições da Sociedade Nacional de Belas-Artes são, também, atribuídos prémios instituídos pelo S. N. I., cabendo os de 1948 a António Saúde, que obteve o 1.º prémio de Silva Porto; a Álvaro Perdigão, que obteve o 2.º prémio de Silva Porto; a João da Silva, que obteve o 1.º prémio de Soares dos Reis; a Anjos Teixeira (Filho), que obteve o 2.º prémio Soares dos Reis; a Alberto de Sousa, que obteve o 1.º prémio de Roque Gameiro; a António da Silva Lino, que obteve o 2.º prémio de Roque Gameiro. A Câmara Municipal de Lisboa, por sua vez, galardoou com o Prémio Valmor o arquitecto Jorge Segurado e com o Prémio Municipal de Arquitectura — Edificações — 1948 o arquitecto Pardal Monteiro.

Algumas publicações completaram, com brilho, o panorama das Artes em Portugal no ano de 1948. D. Tomás de Melo (Tom) publicou um álbum de desenhos: *Por terras de Portugal;* do falecido professor Aarão de Lacerda, saiu a incompleta *História da Arte;* de Reinaldo dos Santos, *A Escultura em Portugal,* editada pela Academia de Belas-Artes; o Padre Nogueira Gonçalves publicou o *Inventário de Coimbra;* além disso, apareceu o primeiro tomo de uma revista de luxo: *Arte de Ontem e de Hoje.*

O mínimo que se pode concluir deste Balanço, aliás incompleto, é que Portugal continua vivo, cultural e artìsticamente. Pode ainda dizer-se, sem fazer política, que, se o País está assim vivo, deve-o, em grande parte, a ter a existência assegurada por uma boa administração, garantida a paz por um regime de ordem, defendida a sua originalidade por um governo animado de espírito nacional. Sem essas três condições, dificilmente poderiam viver a Cultura e as Artes. Pelo menos, não seriam portuguesas.